

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"Júlio de Mesquita Filho"  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

LETÍCIA FERNANDA COLANGELO BRITSCHGY

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CATADORES(AS) DE MATERIAIS  
REICLÁVEIS: ANÁLISE DAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIO  
CLARO- SP NO PERÍODO DE 2009 à 2018**

Rio Claro - SP

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"Júlio de Mesquita Filho"  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

LETÍCIA FERNANDA COLANGELO BRITSCHGY

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CATADORES(AS) DE MATERIAIS  
REICLÁVEIS: ANÁLISE DAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIO  
CLARO- SP NO PERÍODO DE 2009 à 2018**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof(a). Dra. Silvia A. Guarnieri Ortigoza

Rio Claro - SP

2018

B862e

Britschgy, Leticia Fernanda Colangelo

Economia solidária e catadores(as) de materiais recicláveis : análise das ações e políticas públicas em Rio Claro- SP no período de 2009 à 2018 / Leticia Fernanda Colangelo Britschgy. -- Rio Claro, 2018  
175 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

1. Economia solidária. 2. Catadores(as) de materiais recicláveis. 3. Desenvolvimento socioespacial. 4. Políticas Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"Júlio de Mesquita Filho"  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

LETÍCIA FERNANDA COLANGELO BRITSCHGY

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E CATADORES(AS) DE MATERIAIS  
REICLÁVEIS: ANÁLISE DAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIO  
CLARO- SP NO PERÍODO DE 2009 à 2018**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof(a). Dra. Silvia A. Guarnieri Ortigoza - Orientadora

Prof(a). Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

Data da defesa: 29/10/2018

Resultado: Aprovado

Rio Claro - SP

2018

Dedico esse trabalho aos meus amados  
pais e irmã.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me iluminou durante esta caminhada e por me dar sabedoria e resiliência para persistir.

À minha família, núcleo de amor incondicional, meu pai José e minha mãe Sonia que sempre lutaram, me apoiaram e deram exemplos de ética, respeito e amor. À minha irmã Lívia, minha companheira de todas as lutas. Obrigada pela paciência, pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado nos momentos que precisei.

À minha orientadora Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pelo incentivo, paciência, sabedoria e amizade construída ao longo desses anos.

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação, a Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges e o Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes e da Banca de Defesa, a Profa. Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho e o Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, que apresentaram questionamentos e apontamentos que contribuíram para a elaboração desse trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Obrigada pela bolsa que viabilizou a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Câmpus Rio Claro, aos docentes, funcionários e colegas por todo o aprendizado e dedicação. Em especial à Francielly Naves Fagundes, amiga que tive a alegria de conhecer na pós-graduação e que me auxiliou nos momentos que mais precisei, e ao Edvaldo Guedes Junior, amigo que com muita paciência e dedicação elaborou os mapas desse trabalho.

A todos os catadores(as) que cederam seu tempo para a entrevista, sempre muito solícitos e atenciosos. Em especial a Washington da Conceição, “O bazuka”, que além de catador é um artista e artesão que me presentou com um avião confeccionado a partir de materiais recicláveis. Obrigada pelo carinho.

A todos(as) da Associação Novo Tempo, na pessoa da presidente Jozilma de Jesus Costa, gratidão por me acolherem, me ensinarem a lutar e a olhar para a vida de uma nova maneira. Levo comigo uma imensa alegria por ter tido a oportunidade de conhecer e conviver com vocês.

A todos(as) da Cooperviva, na pessoa da presidente Inair Francisca da Rocha Marcelino, agradeço por me receberem com muita atenção e carinho.

As minhas amigas Livia Bueno, Maíra Daitx, Marta Ferreira, Michelle Souza, Priscila Quintino, Suzane Pigossi e Thamires Reis pelo apoio e incentivo.

Por fim, e não menos importante, minha gratidão a todas as mulheres que tive o privilégio de conhecer ao longo da minha caminhada, que me motivaram a lutar e a acreditar que é possível uma sociedade justa, ética, igualitária e livre de opressão e de preconceitos.

## RESUMO

A economia solidária no Brasil é uma estratégia de enfrentamento da pobreza, sendo uma alternativa para os que se encontram à margem do sistema econômico vigente e que vivem em seu dia a dia numa estrutura excludente. Essa outra economia caminha na direção do fortalecimento e empoderamento dos sujeitos, promovendo, entre outras coisas, melhoria da qualidade de vida, uma cidadania plena baseada na autonomia, na democracia e na justiça social. Em Rio Claro, as ações envolvendo a economia solidária iniciaram-se na década de 1990, e desde então verificam-se períodos de queda e de aumento das práticas e experiências solidárias. Essa trajetória sempre esteve intimamente ligada aos catadores(as) de materiais recicláveis. Nos anos mais recentes e de forma sistemática houve busca de recursos por meio de editais para o fomento das ações e, nesse contexto, o município foi contemplado no edital 004/2011 da SENAES por meio do Projeto denominado de “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”, objeto este de análise desta dissertação. Esta pesquisa teve como objetivos compreender os principais conflitos e contradições no cotidiano de trabalho e vida dos catadores(as), apontar as principais ações, avanços e deficiências do Projeto 004/SENAES e analisar seus impactos procurando observar se, de algum modo, o mesmo repercutiu em um possível desenvolvimento socioespacial, tendo como base as condições de trabalho e de vida dos catadores(as). Para tanto, foi necessário realizar extensa pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento de dados secundários e coleta de dados primários por meio de entrevistas e aplicação de questionário e inúmeras visitas técnicas. Foram identificadas algumas diferenças no perfil dos catadores(as), ainda mais acentuadas entre os que estão na Cooperviva e na Associação Novo Tempo. Com o desenvolvimento do Projeto 004/SENAES verificaram-se avanços, entre eles, a identificação dos catadores(as) em Rio Claro, a distribuição de EPI, a realização de oficinas como um espaço de discussão acerca do trabalho dos catadores(as) e difusão da economia solidária e a constituição da Associação Novo Tempo, que por ter sido criada em 2016 ainda não foi capaz de eliminar algumas das fragilidades vivenciadas, como a baixa remuneração e as condições estruturais precárias para o trabalho. Por fim foi possível notar, com o Projeto, alguns avanços no desenvolvimento socioespacial, na medida em possibilitou melhoria na autonomia individual e coletiva dos beneficiários, na qualidade de vida e ganhos com relação à justiça social com a retirada dos catadores(as) do aterro sanitário e sua inclusão na nova Associação.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Catadores(as) de materiais recicláveis; Desenvolvimento socioespacial; Políticas públicas.

## ABSTRACT

Brazil's solidarity economy is a strategy to face poverty, being a choice for those who are on the margins of the current economic system and who daily lives in an excluding structure. This alternative economy is moving towards the fortification and empowerment of the subjects, promoting, among other issues, improvement in life quality, a full citizenship based on autonomy, in democracy and social justice. In Rio Claro, the activities that involve solidarity economy started in 1990, and since then there have been periods of decline and increase in solidarity practices and experiences. This path has always been closely linked to collectors of recyclable materials. In recent years, and in a systematic way, the search for resources through public notices for the promotion of actions, and in this context, the municipality was contemplated in the public notice 004/2011 of SENAES through the Project entitled "Cooperation and sustainable development: the valorization of the work of the collectors of the municipality of Rio Claro - SP", object of analysis of this thesis. This research aimed to understand the main conflicts and contradictions in the daily work and life of the collectors, pointing out the main actions, advances and GAP's of Project 004 / SENAES and analyzing their impacts, trying to observe if, in some way, this reverberated in a possible socio-spatial development, based on the working and living conditions of the collectors. Therefore, it was necessary to carry out extensive bibliographic and documentary research, primary and secondary data collection, also data collection through interviews and questionnaire application in several technical visits. Some differences in the profile of the collectors were identified, even more pronounced among those in 'Cooperviva e Associação Novo Tempo'. With the development of Project 004 / SENAES, advances were made, among them, the identification of the collectors in Rio Claro, the distribution of PPE's, the holding of workshops as a space for discussion about the collectors work and diffusion of the solidarity economy, also the constitution of the 'Novo Tempo' Association, which, having been created in 2016, has not yet been able to eliminate some of the weaknesses experienced, such as low pay and precarious structural work conditions. Finally, it was possible to see that, with the Project, some improving in socio-spatial development happened, in a way that it made possible improvement in the individual and collective autonomy of the beneficiaries, in their quality of life, and gains in social justice, with the removal of the collectors from the landfill and its inclusion in the new Association.

**Key-words:** Solidarity economy; Recyclable materials collectors; Socio-spatial development; Public policy.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Componentes do movimento da Economia Solidária no Brasil .....	23
<b>Figura 2</b> - Linha do tempo da Economia Solidária no Brasil .....	34
<b>Figura 3</b> - Localização do Município e perímetro urbano .....	36
<b>Figura 4</b> - Linha do tempo da Economia Solidária em Rio Claro .....	46
<b>Figura 5</b> - O desenvolvimento socioespacial .....	52
<b>Figura 6</b> - Instalações da Cooperviva .....	70
<b>Figura 7</b> - Máquinas e equipamentos da Cooperviva .....	72
<b>Figura 8</b> - Esteira reformada instalada no novo barracão da Cooperviva .....	73
<b>Figura 9</b> - Aterro sanitário de Rio Claro.....	84
<b>Figura 10</b> - Bairros destinados à Cooperviva e à Associação Novo Tempo .....	88
<b>Figura 11</b> - Primeira instalação da Associação Novo Tempo .....	89
<b>Figura 12</b> - Sanitários e escritório inacabados da Associação Novo Tempo .....	90
<b>Figura 13</b> - Instalação atual da Associação Novo Tempo .....	91
<b>Figura 14</b> - Mesa para a triagem e material já separado nos bags na Associação Novo Tempo.....	106

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Percentual de EES cadastrados no Brasil, por região, em 2018.....	25
<b>Gráfico 2</b> - Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis por região. ....	67
<b>Gráfico 3</b> - Percentual dos associados por gênero .....	92
<b>Gráfico 4</b> - Percentual dos associados por cor da pele ou raça.....	93
<b>Gráfico 5</b> - Percentual dos associados por faixa etária .....	94
<b>Gráfico 6</b> - Percentual dos associados por escolaridade.....	95
<b>Gráfico 7</b> - Origem geográfica dos associados por regiões .....	96
<b>Gráfico 8</b> - Percentual dos associados por situação de domicílio.....	97
<b>Gráfico 9</b> - Bairros de residência dos associados .....	98
<b>Gráfico 10</b> - Percentual dos associados por estado civil.....	99
<b>Gráfico 11</b> - Número de filho(s) por associado .....	100
<b>Gráfico 12</b> - Percentual dos associados que recebem benefício social.....	101
<b>Gráfico 13</b> - Percentual de retirada mensal pelos associados .....	102
<b>Gráfico 14</b> - Principal renda familiar dos associados. ....	103
<b>Gráfico 15</b> - Associados por tempo de participação no empreendimento .....	104
<b>Gráfico 16</b> - Percentual dos associados que trabalharam anteriormente como catadores .....	105
<b>Gráfico 17</b> - Percentual dos associados que utilizam EPI .....	107
<b>Gráfico 18</b> - Percentual dos associados que participaram de formação, encontro ou evento sobre Economia Solidária. ....	110
<b>Gráfico 19</b> - Percentual dos associados que deixariam a associação por outro trabalho .....	111
<b>Gráfico 20</b> - Percentual dos associados que conhecem o MNCR .....	113
<b>Gráfico 21</b> - Percentual dos associados que apontaram que a participação da associação melhorou sua vida.....	114
<b>Gráfico 22</b> - Como os entrevistados avaliam a relação entre a associação e o poder público .....	116

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Lei Orçamentária Anual voltada a programas da Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil no período de 2008 a 2018 .....	32
<b>Tabela 2</b> - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores (as) de material reciclável da Cooperviva – Rio Claro - SP.....	76
<b>Tabela 3</b> - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores(as) de material reciclável autônomos de Rio Claro- SP.....	80
<b>Tabela 4</b> - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores(as) de material reciclável atuantes no aterro sanitário de Rio Claro- SP .....	85
<b>Tabela 5</b> - Local de trabalho anterior como catador(a).....	105
<b>Tabela 6</b> - Atividades que os entrevistados realizam na Associação Novo Tempo ....	106
<b>Tabela 7</b> - Equipamentos de Proteção Individual utilizados pelos entrevistados.....	108
<b>Tabela 8</b> - Valor total do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” ..	122

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Eixos em que se desenvolveram as políticas públicas voltadas aos catadores de material reciclável .....	31
<b>Quadro 2-</b> Legislação/ações da Economia Solidária em Rio Claro no período de 2009 a 2017 .....	41
<b>Quadro 3-</b> Síntese das fontes dos levantamentos de dados .....	59
<b>Quadro 4-</b> Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem como catadores(as) .....	108
<b>Quadro 5-</b> Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem na Associação Novo Tempo .....	109
<b>Quadro 6-</b> Respostas dos entrevistados com relação ao que eles entendem por Economia Solidária .....	109
<b>Quadro 7-</b> Pontos positivos e negativos com relação ao trabalho e à estrutura da Associação segundo os entrevistados.....	112
<b>Quadro 8-</b> Aspectos da vida que melhoraram com a participação na Associação, segundo os entrevistados .....	114
<b>Quadro 9-</b> Respostas dos entrevistados sobre a existência de diálogo entre a Prefeitura e a Associação .....	114
<b>Quadro 10-</b> Objetivos específicos do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” .....	121
<b>Quadro 11-</b> Metas do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” ..	121
<b>Quadro 12-</b> Síntese do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” ..	123

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABIHPEC** - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

**ABIPLA** - Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza

**ANTEAG** - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

**CADSOL** - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo

**CEMPRE** - Compromisso Empresarial para Reciclagem

**CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializada em Assistência Social

**EAF** - Entidades de Apoio e Fomento

**EES** - Empreendimento Econômico Solidário

**EPI** - Equipamento de proteção individual

**FBES** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MCMV** - Minha Casa Minha Vida

**MNCR** - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social

**PLIS** - Plano Local de Habitação de Interesse Social

**PNRS** - Política Nacional de Resíduos Sólidos

**SENAES** - Secretaria Nacional de Economia Solidária

**UNISOL** - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA, DE VIDA E DE TRABALHO</b> .....	<b>15</b>
1.1 A Economia Solidária: conceito e abordagens .....	15
1.2 Contextualização da Economia Solidária no Brasil .....	21
1.3 Evolução da Política Pública de Economia Solidária no Brasil .....	26
1.4 A Economia Solidária em Rio Claro .....	35
<b>2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>47</b>
2.1 O território e a Economia Solidária .....	47
2.2 Desenvolvimento socioespacial .....	52
2.3 Procedimentos metodológicos .....	56
<b>3. CONDIÇÕES DE TRABALHO, VIDA E CONFLITOS DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE RIO CLARO- SP</b> .....	<b>61</b>
3.1 Os Catadores de Materiais Recicláveis e os Empreendimentos Econômicos Solidários .....	61
3.2 A Cooperviva e os catadores cooperados .....	69
3.2.1 O perfil dos cooperados e sua situação social e de trabalho .....	76
3.3 Catador autônomo .....	79
3.3.1 O perfil dos catadores autônomos e sua situação social e de trabalho .....	80
3.4 Catador do aterro sanitário .....	83
3.4.1 O perfil dos catadores do aterro e sua situação social e de trabalho .....	85
3.5 A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Tempo .....	87
3.5.1 O perfil dos associados e sua situação social e de trabalho .....	92
3.6 Considerações sobre os atores sociais apresentados .....	117
<b>4. O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO PROJETO DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES(AS)</b> .....	<b>119</b>
4.1 Análise do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” .....	119
4.2 Análise do impacto do Projeto e o desenvolvimento socioespacial .....	124
4.2.1 Parâmetros subordinadores para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Autonomia individual e coletiva .....	125
4.2.2 Parâmetros subordinados para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Qualidade de vida .....	134
4.2.3 Parâmetros subordinados para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Justiça social .....	142
4.3 Considerações sobre o desenvolvimento socioespacial e a economia solidária .....	150
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>155</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a economia solidária representa uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento da pobreza, sendo uma alternativa que abrange não só a produção, mas também a comercialização, crédito e consumo para os que se encontram marginalizados do sistema econômico vigente.

São diversas as experiências que compreendem o mosaico da economia solidária brasileira. A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) passaram a receber fomento, por meio de editais, com o objetivo de fortalecer a autogestão, prestar assessoria técnica e promover a sustentabilidade dos mesmos.

A economia solidária caminha na direção do fortalecimento e empoderamento dos sujeitos, promovendo o exercício da cidadania baseada na autonomia, na democracia e na justiça social. Busca-se com isso um desenvolvimento que vai além da questão econômica e que envolva, principalmente, o aumento da qualidade de vida, pois nessa economia o que se valoriza é o cidadão.

Em Rio Claro, o início das ações envolvendo a economia solidária se deu na década de 1990, e desde então houve períodos de queda e de aumento das práticas e experiências solidárias no município. Nos anos mais recentes essas práticas envolveram, com mais vigor, as entidades de apoio e, principalmente, a UNESP – Universidade Estadual Paulista, departamento de Geografia por meio do Laboratório de Estudos Territoriais (LAET), passando a ocorrer de forma sistemática a busca de recursos por meio de editais para o fomento e desenvolvimento desta outra economia.

O processo de institucionalização da economia solidária teve início por meio de leis que promoveram o embasamento jurídico e legitimaram as ações propostas. A trajetória da economia solidária no município está intimamente ligada aos catadores de materiais recicláveis e à constituição da COOPERVIVA. Buscou-se assim, por meio de ações, o reconhecimento e fortalecimento do trabalho do catador, destacando-se o Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP<sup>1</sup>”, que visou à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social e produtiva dessa população.

---

<sup>1</sup> Projeto contemplado no edital 004/2011. Termo de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária nº. 769779/2012. Os recursos financeiros são provenientes dessa Secretaria.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as ações e políticas públicas voltadas aos catadores(as) de material reciclável no município de Rio Claro - SP, e se desdobra nos seguintes objetivos específicos: 1) Compreender os principais conflitos e contradições no cotidiano de trabalho e vida dos catadores(as). 2) Elaborar um quadro-síntese do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” apontando as principais ações, avanços e deficiências 3) Analisar os impactos do Projeto procurando observar se, de algum modo, resultou em um possível desenvolvimento socioespacial<sup>2</sup>, tendo como base as condições de trabalho e de vida dos catadores(as).

Assim, a presente pesquisa, buscando colocar a questão espacial na sua devida relevância, terá como base o olhar sobre o território, pois, por se tratar da economia solidária, é necessário reconhecer e incorporar as especificidades do território na análise. Utilizou-se o conceito de “desenvolvimento sócio-espacial” de Souza (2003) como base para a verificação de possíveis melhorias, ou não, da autonomia, qualidade de vida e justiça social, após a execução do Projeto referido acima. Pretende-se, assim, contemplar nesse estudo o componente espacial do desenvolvimento que muitas vezes acaba sendo negligenciado pelos pesquisadores da temática da economia solidária.

Pode-se dizer que um dos meios de promover o desenvolvimento socioespacial está ligado a novas formas de relações econômicas e sociais, pautadas na igualdade, democracia, emancipação social e produtiva, sustentabilidade e solidariedade, ou seja, a economia solidária.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo busca compreender a Economia Solidária como conceito e suas abordagens, o processo de construção da Política Pública de Economia Solidária e seus avanços para os catadores de materiais recicláveis, além do panorama da economia solidária em Rio Claro – SP.

O segundo capítulo apresenta uma discussão teórico-metodológica sobre o território e a economia solidária e o desenvolvimento socioespacial, procurando, ainda, detalhar os procedimentos metodológicos realizados para o desenvolvimento da pesquisa. Já o capítulo três compreende as condições de trabalho, vida e conflitos dos catadores(as) de materiais recicláveis e a delimitação de seu perfil social e econômico.

---

<sup>2</sup> Será utilizado nesse trabalho o termo desenvolvimento socioespacial respeitando a ortografia da Língua Portuguesa oficial, embora o autor Marcelo Lopes de Souza utilize desenvolvimento sócio-espacial separado, quando trata dessa temática.



O quarto e último capítulo apresenta o Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”, construindo um quadro com as principais ações, avanços e deficiências, além de uma análise dos impactos do Projeto buscando observar se o mesmo resultou em um desenvolvimento socioespacial, a partir das falas dos catadores(as) beneficiários.

## **1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA, DE VIDA E DE TRABALHO**

“Solidários, somos gente;  
Solitários, somos peças.  
De mão dadas, somos força;  
Desunidos, impotência.  
[...] Inconscientes, somos massa;  
Reflexivos, somos grupo.  
Organizados, somos pessoas;  
Sem organização, somos objetos de lucro.  
Em equipe, ganhamos, libertamo-nos;  
Individualmente, perdemos, continuamos presos.  
Participando, somos povo;  
Marginalizando-nos, somos rebanho.  
Unidos, somos soma;  
Na massa, somos número.  
Dispersos, somos vozes no deserto;  
Agrupados, fazemo-nos ouvir. [...]”  
(Manoel Peixoto)

Este capítulo busca compreender o conceito de economia solidária, suas abordagens, apresentando um panorama desta alternativa econômica no Brasil, enfatizando a trajetória da política pública de economia solidária e seus desdobramentos para a vida e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Os aspectos tratados nesse capítulo contribuem para a compreensão da economia solidária em nível nacional, subsidiando-a com a análise das experiências em âmbito municipal, a qual será desenvolvida posteriormente.

### **1.1 A Economia Solidária: conceito e abordagens**

Economia Solidária, Outra Economia, Economia Popular, Economia Social e Solidária, diversos são os termos utilizados para denominar ações e atividades coletivas, baseadas na autogestão e solidariedade, que vêm crescendo em todo o mundo, como uma alternativa de inclusão social e produtiva da população que se encontra excluída do sistema econômico dominante.

Inúmeros estudiosos sobre a temática vêm desenvolvendo o conceito de economia solidária no Brasil, América Latina e Europa, como Singer (2005), Coraggio (2012), Laville (2001) e França Filho e Laville (2004), apresentando um viés ora da dimensão social e econômica, ora da dimensão política.

Segundo Singer (2005), o surgimento da economia solidária está ligado ao capitalismo na sua fase industrial e seus desdobramentos relacionados às transformações no mundo do trabalho, entre eles, a modernização do processo produtivo (inserção da máquina a vapor), diminuição dos postos de trabalho e aumento da concentração de renda pelos detentores dos meios de produção. Uma das formas de organização dos trabalhadores é por meio do cooperativismo. Segundo o autor:

As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SINGER, 2005, p. 83)

As cooperativas representam uma das maneiras de livre associação presente na economia solidária, podendo atuar em diferentes ramos da atividade econômica, como produção, serviços e comercialização, juntamente com as associações populares, grupos informais, empresas recuperadas de autogestão, fundos solidários e rotativos de crédito, lojas de comércio justo e bancos comunitários, todos que compreendem o universo dos empreendimentos econômicos solidários.

Tendo como base os princípios propostos por Robert Owen, no século XIX, iniciou-se o desenvolvimento da cooperação, buscando por meio da livre associação a transformação social e econômica dos cidadãos. (BHOWMIK, 2005)

Em 1844, na cidade de *Rochdale*, na Inglaterra, foi criada a primeira cooperativa, constituída por trabalhadores desempregados que atuavam anteriormente no setor têxtil. Com o intuito de comercializar mercadorias a valores mais justos que os praticados, os Pioneiros de *Rochdale*, como ficaram denominados, compreendiam que o processo em direção à mudança do sistema econômico ocorreria, num primeiro momento, por meio do cooperativismo, chegando-se até a construção de uma sociedade socialista e democrática. (BHOWMIK, 2005)

Os primeiros cooperados, como os Pioneiros de Rochdale e Robert Owen na Inglaterra, Schultz e F. W. Raiffeinsein na Alemanha, propagaram o movimento cooperativo como uma alternativa à natureza exploradora da sociedade capitalista do século XIX na Europa. Para eles, a cooperação era um veículo por intermédio do qual a exploração capitalista podia ser substituída por uma sociedade justa e igualitária sendo as cooperativas um instrumento de transformação dessas sociedades. (BHOWMIK, 2005, p. 373)

A luta por melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e erradicação da desigualdade social vem ocorrendo desde o século XIX, em diversas partes do mundo. Observa-se um movimento em direção a novas formas de pensar e agir na economia, buscando novas práticas econômicas pautadas por uma racionalidade centrada no ser humano e não no capital, valorizando o público e a coletividade em detrimento do privado e do individualismo.

O capitalismo, mesmo sendo o sistema econômico dominante, não impossibilita o desenvolvimento de modos de produção alternativos, devido, entre outros motivos, de sua incapacidade de incluir todos os trabalhadores nesse sistema. Assim, o crescimento da economia solidária está ligado às crises sociais e apenas se tornará de fato uma alternativa efetiva após a sociedade compreender a relevância da socialização dos meios de produção dos que os empregam para conceber o produto social. (SINGER, 2005)

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. (SINGER, 2005, p. 86)

Segundo Singer (2002), a construção de uma sociedade igualitária só seria possível com a transformação da economia e seus valores intrinsecamente ligados a ela, passando assim a adotar novos valores, como a solidariedade e a cooperação em vez da competitividade entre os agentes econômicos.

Buscando compreender a raiz da desigualdade gerada pelo sistema capitalista, vê-se necessário analisar como se constitui seu modo de produção. Para Harvey (1980), o modo de produção diz respeito às relações sociais, componentes e práticas relevantes para o desenvolvimento da vida material na sociedade e sua (re)produção.

O modo de produção capitalista está fundamentado em duas prerrogativas, o direito de propriedade privada dado ao capital e a liberdade individual. Com isso, gera-se uma sociedade fragmentada, composta basicamente por uma classe privilegiada, que detém o capital e os meios de produção, e uma classe de trabalhadores que, para sobreviver, resta somente vender a sua força de trabalho a outra classe. Observa-se claramente, assim, a existência de uma relação assimétrica que gera, ao longo do tempo, competição e mais assimetrias. (SINGER, 2002)

Para Harvey (1980, p. 171):

Cada sociedade desejará produzir uma fusão de elementos, uma mistura particular de atividades e um padrão particular de relações sociais. Todas essas, quando tomadas em conjunto, e na medida em que contribuem para a produção e a reprodução da vida real constituem o modo de produção.

Segundo Singer (2002), a economia solidária consiste num modo de produção inverso ao capitalista, sendo baseada na propriedade coletiva do capital e na liberdade do indivíduo. A partir desse arranjo se dissolve a divisão de classes existente anteriormente, surgindo apenas uma classe de trabalhadores que detém, de forma igualitária, o capital e os meios de produção nas cooperativas de produção ou empresas solidárias.

O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. (SINGER, 2002, p.10 -11)

Segundo a visão de Laville (2001), a economia solidária representa inúmeras práticas desenvolvidas pela sociedade civil, que colaboram para a construção de uma economia mais democrática, não devendo ser, de maneira nenhuma, associada à caridade ou à diminuição da ação do Estado. Esta outra economia deriva da livre associação e de atividades coletivas que visam à construção de normas em nível local e internacional.

Para França Filho e Laville (2004), o termo economia solidária está ligado a um movimento que vem ganhando força em várias partes do mundo, na atualidade, de crescimento e multiplicação de ações e atividades organizadas pelos cidadãos, com o objetivo de desenvolver práticas econômicas alternativas às realizadas pelo sistema econômico vigente. Ainda segundos os autores:

[...] um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 6)

França Filho e Laville (2004) colocam ainda que a economia solidária diverge do capitalismo no que tange às questões do público e do privado, pois contempla o espaço público como um espaço do agir, do intervir, considerando-o legítimo e independente da ação do capital. É esta dimensão do público que atribui à economia solidária um aspecto político essencial. Assim, levar em consideração a dimensão política desta outra economia não quer dizer que é interessante a tomada de poder a qualquer custo.

Mas de pensar as formas de economia solidária também como um modo de agir no espaço público, em função dos problemas concretos que são levantados na sua prática. Esta é, além disso, uma forma de ação política, pois supõe também mudança ou transformação institucional, que se faz, porém, num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.19)

Para França Filho e Laville (2004), a economia solidária só será percebida como uma alternativa ao sistema dominante a partir da associação da dimensão econômica e política. A economia solidária pode ser, de modo parcial, uma alternativa que minimiza os malefícios de uma sociedade baseada na mercadoria e no dinheiro, permeada por relações sociais frágeis e líquidas.

Para Coraggio (2012), a economia solidária compreende novas possibilidades de desenvolver a economia, que levem em consideração a partilha em detrimento do consumismo, solucionando não apenas a questão da sobrevivência dos cidadãos, mas promovendo melhoria dos níveis de qualidade de vida. Mesmo tendo como foco principal a população empobrecida, é relevante destacar que esta outra economia é um projeto para todos.

Vislumbra-se, assim, uma economia onde predomine a livre associação e a cooperação da sociedade civil, apropriando-se do espaço público, considerando-o como patrimônio coletivo, buscando a inclusão de toda a sociedade para a construção dessa outra economia, levando em consideração as dimensões social, cultural e política. (CORAGGIO, 2009) Para isso, deve-se pensar na construção de uma sociedade que valorize as diferenças culturais, de gênero, de etnias, promovendo a igualdade, respeito, deixando de lado os vestígios de uma sociedade baseada no patriarcalismo, desigualdade, preconceito e exploração dos trabalhadores. (CORAGGIO, 2012).

Ou seja, segundo Coraggio (2008), pensar em uma nova economia é o primeiro passo de um movimento importante em direção à construção de novos paradigmas. Sendo assim, faz-se necessário desenvolver novos mecanismos políticos, uma sociedade com outros valores, outra cultura, um mundo distinto do que vivemos. Sobre o conceito de Economia Social e Solidária, Coraggio (2017) esclarece que:

[...] o vemos como um grande guarda-chuva que engloba conceitos e práticas muito diversos. “Social” e “solidária” não são sinônimos; mesmo que às vezes usados desta maneira, possuem diferenças e se combinam de maneiras diversas. “Social”, como já dito, se refere a considerar expressamente a relação entre formas de integração social da economia, enquanto “solidário” se refere a uma sociedade que organiza sua economia de modo a alcançar solidariamente a reprodução e o desenvolvimento da vida de todas e todos em uma relação virtuosa com a natureza da qual fazemos parte. (CORAGGIO, 2017, p. 31-32)

No âmbito da América Latina, a economia social e solidária refere-se a um mosaico de possibilidades, composto por diversos atores sociais, entidades, movimentos sociais e setores públicos, que lutam contra a reorganização imposta pelo neoliberalismo criando, assim, propostas de atividades econômicas baseadas em valores como a justiça social, igualdade e cooperação, buscando incluir todos os trabalhadores, ao contrário dos preceitos do sistema capitalista, que visam à competitividade e à racionalidade econômica à custa de prejuízos sociais. (CORAGGIO, 2009).

Com relação ao componente espacial dessa transformação, esse movimento em torno da construção de um mundo novo sob outra lógica, a solidariedade, implica também na necessidade de repensar e (re)criar uma outra cidade, diferente da cidade contemporânea, que se (re)produz a serviço dos atores hegemônicos globais e especificamente como um palco para o consumo.

Mesmo não se referindo à economia solidária como o caminho para essa mudança, Lefbreve (2011) aponta a necessidade de emergência de uma nova cidade, pois é “impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade.” (LEFBREVE, 2011, p. 106).

Assim, o autor questiona o que atualmente é considerada uma necessidade urbana, apontando que deveriam ser “[...] necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de

troca, pelo comércio e pelo lucro.” (LEFBREVE, 2011, p.105-106) Ou seja, lugares baseados em outros valores e, por que não, os valores da economia solidária?

Haveria assim a necessidade de que essas mudanças propiciadas pela economia solidária na economia, na vida e no trabalho, se materializassem no espaço, multiplicando os territórios da inclusão social e tornando visíveis as transformações positivas.

Diante do exposto, pode-se dizer que a economia solidária representa uma alternativa a ser explorada não somente na esfera social e econômica, como já vem acontecendo, mas também politicamente, representando uma possibilidade de desenvolvimento socioespacial por meio de relações sociais pautadas na igualdade, solidariedade e democracia.

## **1.2 Contextualização da Economia Solidária no Brasil**

O Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, encontrava-se em uma profunda crise, não somente financeira, mas também social e política. Ocorreu o fechamento de inúmeras indústrias, o desemprego tornou-se crônico, ocasionando o aprofundamento do cenário de desigualdade social e exclusão dos trabalhadores. (SINGER, 2002)

Também na década de 1990 teve início a abertura do mercado, ou seja, um processo de internacionalização que proporcionou a entrada maciça de produtos a preços mais competitivos do que os praticados internamente. A esse cenário atribui-se o acirramento do processo de globalização como sendo o responsável pela velocidade e intensidade da crise.

Segundo Laville (2001), data deste período o início do processo de decadência da soberania dos Estados-Nação gerando, conseqüentemente, a diminuição dos direitos básicos dos trabalhadores. A globalização tem como alicerce a concorrência desenfreada, propondo a flexibilização e incorporando de novas técnicas de produção e de mecanismos de mercado. Os desdobramentos deste cenário para o mundo do trabalho, em nível internacional, representam a precarização das relações de trabalho e a terceirização.

Para Santos (2000), a globalização pode ser definida a priori como geradora de perversidades para grande parte da população mundial. Tais perversidades são sentidas desde a esfera socioespacial até a econômica, com destaque para o agravamento do



desemprego, o aumento da miséria e a consequente diminuição dos níveis de qualidade de vida.

A perversidade sistêmica pode ser considerada como geradora de um desenvolvimento humano danoso, promovendo ações, práticas e até relações sociais sob o princípio da competitividade, característica do contexto hegemônico. As adversidades e externalidades negativas observadas por todo o mundo, de maneira mais devastadora nos países em desenvolvimento, estão ligadas à expansão e consolidação da globalização. (SANTOS, 2000)

São apontados como fatores que compõem o processo de globalização “[...] a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.” (SANTOS, 2000, p. 24). Especificamente sobre o motor único, é relevante destacar:

[...] motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. Esta tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá à escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. As que resistem e sobrevivem são aquelas que obtêm a mais-valia maior, permitindo-se, assim, continuar a proceder e a competir. (SANTOS, 2000, p. 29-30)

Foi nesse contexto de acirramento das forças hegemônicas, em busca de maximizar a acumulação, que a economia solidária começou a ser vista como uma possibilidade de enfrentamento, ainda que lentamente, por meio do desenvolvimento de ações e práticas visando à construção de empreendimentos autogestionários, solidários e de caráter popular.

No Brasil, segundo Singer (2005), a economia solidária emergiu como reação a um cenário de crise, com o fechamento e a falência de empresas por todo o país, no período de 1981/83. Foi nesse período que começaram a se formar algumas cooperativas de trabalhadores que buscavam recuperar indústrias em processo falimentar, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. São exemplos disso: a Wallig, em Porto Alegre, que produzia fogões; em Criciúma a Cooperminas, que atuava na mineração; em Recife e São José dos Campos unidades produtivas da extinta Tecelagem Parahyba, que produzia cobertores.

Verificou-se, ao longo das décadas de 1980 e 1990, uma acentuada diminuição dos postos de trabalho do setor industrial, com o fechamento ou falência de inúmeras empresas, provocando a busca de alternativas para que os trabalhadores, embasados

pela legislação, pudessem assumir ou arrendar a estrutura do antigo local de trabalho, transformando as empresas em autogestionárias. (SINGER, 2005)

Para Harvey (2016), as crises impulsionam processos de modificação da configuração existente não somente no espaço físico, mas profundas transformações nos hábitos e entendimento da realidade, na relação entre os indivíduos, nas instituições e valores até então predominantes, nas normas e sistema político, nas técnicas e arranjos empresariais e até mesmo nas escolhas culturais que permeiam o cotidiano.

As crises abalam profundamente nossas concepções de mundo e do lugar que ocupamos nele. E nós, como participantes e habitantes inquietos desse mundo que vem surgindo, temos de nos adaptar, por coerção ou consentimento, a um novo estado de coisas, ao mesmo tempo que, por meio de nossas ações e do modo como pensamos e nos comportamos, damos nossa pequena contribuição às complicações desse mundo. (HARVEY, 2016, p.9-10)

A seguir, apresentamos os componentes do movimento da Economia Solidária no nosso país, procurando demonstrar a importância das parcerias e articulação em prol de um bem comum.

**Figura 1-** Componentes do movimento da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Singer (2002)  
Elaborado e adaptado por BRITSCHGY, L. F. C

A economia solidária no Brasil pode ser considerada como um movimento formado inicialmente pela sociedade civil, a Igreja Católica por meio da Caritas, as universidades, os movimentos sociais e sindicatos, que questionam duramente as

externalidades negativas provocadas pelo capitalismo, principalmente para os trabalhadores e a população empobrecida. (SINGER, 2002) Buscou-se estruturar, por meio dessa inquietação, outras maneiras de produção, comercialização, distribuição, consumo e finanças que promovessem, de fato, um acesso igualitário à economia para todos os cidadãos.

Gaiger (2000) aponta a atuação principalmente da Igreja Católica, por meio da Caritas, na década de 1980, que promoveu, mesmo que aos poucos, o fomento e o desenvolvimento de iniciativas pautadas na solidariedade como alternativa de atenuar a pobreza e o abandono da população em determinadas regiões do país. Ao longo dos anos, o campo da economia solidária foi se estruturando, obtendo visibilidade social e efetividade no campo político.

Na década de 1990, conforme Singer (2005), começaram a se estruturar associações e grupos para dar sustentação e fortalecimento ao desenvolvimento da economia solidária e dos empreendimentos econômicos solidários promovendo, entre outras atividades, incubação, assessoria e assistência técnica, destacando-se a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) e a Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários).

Ainda segundo Singer (2005), o surgimento da Anteag, em 1994, representou uma contribuição para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora pela manutenção dos postos de trabalho. Com uma proposta muito semelhante a Unisol, que surgiu em 1999, constituiu-se como “[...] uma associação de cooperativas, que embora por enquanto se localizam todas no ABC paulista, pretende abranger entidades de todo o estado de São Paulo.” (SINGER, 2005, p.94)

Com a finalidade de atuar em prol do cooperativismo solidário no Brasil, houve em 2014 a criação da Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias), formada pelas organizações nacionais do cooperativismo de maior representatividade: a Unisol, a Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e a Unicatadores (reúne cooperativas de catadores de recicláveis de todo o Brasil). (UNICOPAS, 2018)

Juntamente com a economia solidária, surgem alguns conceitos que buscam explicar essa nova realidade, entre eles o conceito de empreendimento econômico solidário, que diz respeito a cooperativas, associações, empresas recuperadas de autogestão e grupos formais ou informais que desenvolvem atividades para a geração de

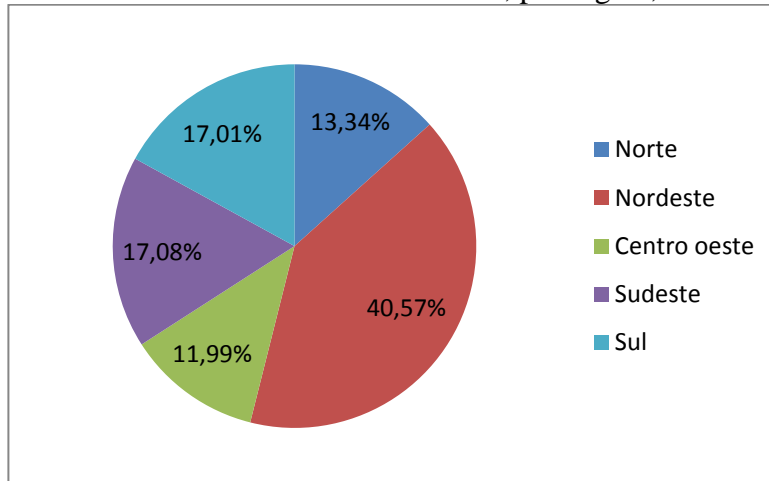
trabalho e renda, pautadas na busca de ganhos para além do plano econômico, buscando a solidariedade, a inserção social e a cidadania dos sujeitos.

Para Gaiger (2000), esses empreendimentos são baseados nos princípios de democracia, cooperação, autonomia, autogestão, buscando resultados que se desdobrem para o campo econômico, cultural, de educação e qualificação profissional, com responsabilidade e envolvimento social.

A economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos. (CULTI et al., 2010, p. 15)

Ao longo dos anos, o número de empreendimentos econômicos solidários tem crescido por todo o país, multiplicam-se experiências nas cadeias produtivas do artesanato, agricultura familiar, alimentação, resíduos sólidos, entre outras. O gráfico 1, abaixo, apresenta a distribuição dos EES por região.

**Gráfico 1** - Percentual de EES cadastrados no Brasil, por região, em 2018



Fonte: Ministério do Trabalho - CADSOL, 2018.  
Elaborado e organizado por BRITSCHGY, L. F. C

Segundo dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), atualmente existem 20.424 empreendimentos cadastrados<sup>3</sup>,

<sup>3</sup>Para possuir o cadastro no CADSOL, segundo informações no website do Ministério do Trabalho (2017) o empreendimento deve cumprir os critérios estabelecidos pela Portaria MTE 1780/2014, disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/cadsol>  
Além dos empreendimentos já cadastrados, foi possível identificar 4165 empreendimentos em situação de enviado para a análise e em análise. (Ministério do Trabalho – CADSOL, 2018)

sendo a região nordeste a que possui maior representatividade nacional, apresentando 40,57% do total dos empreendimentos.

A economia solidária no Brasil vem sendo construída, segundo Singer (2005), mesmo que as iniciativas se encontrem moderadas se comparadas com a estrutura predominante capitalista. O que não se pode negar, entretanto, são os avanços nas condições de vida de dezenas de milhares de brasileiros que, por meio da solidariedade, conseguiram resgatar sua cidadania, auto respeito e a sua dignidade humana.

A seguir, vamos analisar de forma mais aprofundada o cenário político brasileiro, para compreender de que forma a economia solidária foi sendo incorporada na agenda política nacional e seu processo de institucionalização como política pública, bem como de que maneira cada governo contribuiu ou não para o seu desenvolvimento.

### **1.3 Evolução da Política Pública de Economia Solidária no Brasil**

Conforme já abordado, as experiências da economia solidária no Brasil ganharam força na década de 1980, período em que o país passava por uma transição política, saindo do regime militar para a volta da democracia.

Para Locks (2014), a retomada da democracia contribuiu para a possibilidade de incorporar as demandas e discussões levantadas pela sociedade na agenda pública, o que anteriormente se encontrava estagnado devido ao longo período de ditadura militar. Ainda segundo o autor, a década de 1990 não apresentou avanços significativos no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas sociais devido à:

[...] timidez dos governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) na elaboração de políticas sociais durante a década de 1990, época na qual nenhum programa de maior impacto foi lançado nesse sentido. Assim, a orientação dos governos se deu em dois sentidos. No âmbito estritamente político, a ênfase residia na redução dos gastos públicos excessivos e na modernização do aparelho do Estado. No campo econômico, atuou-se no sentido de estabilizar a economia para reduzir a inflação, diminuir as barreiras comerciais, aumentar a competitividade nacional no mercado externo e a arrecadação pública. (LOCKS, 2014, p. 48)

Nota-se, nesse período, um esforço dos governos para o desenvolvimento de políticas neoliberais e ações concentradas na esfera econômica, deixando-se a área social, que historicamente já é negligenciada, carente de investimentos e ações do Estado para a promoção do acesso aos direitos básicos dos cidadãos. A falta de

alternativas significativas para inclusão do elevado contingente de trabalhadores desempregados resultou no aumento da pobreza, na exclusão socioespacial e na diminuição da qualidade de vida de milhões de brasileiros.

No início dos anos 2000, verificou-se uma convergência de fatores e atores sociais na luta pelo reconhecimento e incorporação da economia solidária na agenda política do país. Foi nesse momento que ocorreu uma articulação de setores progressistas da Igreja Católica, dos movimentos sociais, sindicatos, das universidades e da sociedade civil, que se reuniram no I Fórum Social Mundial.

No âmbito deste Fórum, segundo Cornelian (2006), foi formado um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, com o objetivo de organizar as práticas que envolvem a economia solidária. Esse Grupo participou da mobilização do II Fórum Social Mundial em 2002, que resultou na reivindicação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária para o presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

É relevante destacar, nesse período, o Movimento da Economia Solidária, formado por indivíduos e grupos da sociedade civil que se empenharam, por meio da ligação com o poder público, em propor formas de articular a elaboração de uma política pública voltada para a economia solidária. Assim, “uma dessas formas foi, no bojo da relação entre movimento e Estado, a definição de três segmentos, a saber, Gestores Públicos (GP), Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio e Fomento (EAF).” (FORTE, 2017, p.161)

Ocorreu, em junho de 2003, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), uma conquista do Movimento de Economia Solidária, incluindo a economia solidária como política pública no país. (SILVA; CARVALHO FILHO, 2018) O professor Paul Singer, referência internacional em pesquisa e militância da economia solidária, foi nomeado como secretário da SENAES, mantendo-se no cargo até meados de 2016.

Ainda em 2003 foi constituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com o propósito de articular e mobilizar a Economia Solidária no país, além de dialogar com a Secretaria Nacional de Economia Solidária no sentido de fortalecer a busca por conquistas de direitos sociais e evitar práticas que pudessem retroceder essas conquistas no longo prazo. (FBES, 2018)

Para Singer (2009), a SENAES foi estabelecida como resposta ao processo de mobilização dos vários segmentos que buscavam um posicionamento em relação ao reconhecimento do Estado da economia solidária e das iniciativas que se intensificaram

na década de 1990, como a expansão do trabalho associativo, das cooperativas populares, das empresas recuperadas, constituindo um cenário de luta pelo direito de viver e produzir sob uma outra economia.

Segundo Forte (2017), além dos segmentos da sociedade civil presentes no Movimento da Economia Solidária, verificou-se a presença do poder público, devido, entre outros fatores, à Rede de Gestores Públicos que se encontra presente em nível municipal, estadual e federal. A Secretaria Nacional, fruto da articulação entre o movimento e o governo Lula, compôs o processo de institucionalização desta outra economia.

A relativa expansão, nos municípios e estados, de ações e programas de economia solidária desde as eleições de 2000 favoreceu a criação da Rede de Gestores, formada por gestores e gestoras municipais e estaduais do país. Os objetivos são proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição de ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento. (PRAXEDES, 2009, p. 58)

Para Forte (2017), para que ocorra a legitimação e elaboração de uma política pública é necessário que ocorra a juridicização, que é:

[...] o processo de atribuição de caráter jurídico, realizado por cada sociedade, sobre os seus símbolos e práticas de educação, religião, família, trabalho, economia etc. Nessa direção, *juridicizar* a economia solidária significa atribuir caráter jurídico a ela e às suas especificidades, incorporando-as ao ordenamento jurídico nacional e, conseqüentemente, obrigando o Estado a reconhecê-las como fato jurídico, tendo ele de se responsabilizar pelas garantias e direitos resultantes da juridicização. Esse é o passo inicial da regulação da economia solidária para a sua *institucionalização*. (FORTE, 2017, p. 160)

O movimento em direção à institucionalização da política pública de economia solidária envolve a criação de um marco legal, por meio de uma legislação que contemple as necessidades e direitos, delimitando sua abrangência e público alvo, além de oferecer suporte para seu desenvolvimento, passando a ser considerada como um direito pela sociedade. (FORTE, 2017)

Para Praxedes (2009), a participação de movimentos sociais é imprescindível para a construção e efetivação de políticas públicas democráticas. Porém, o que se observa é uma complexidade nesse aspecto, sendo a institucionalização de uma política

de traços populares um processo pouco comum e, portanto, muito difícil de ser efetivada no Brasil.

Para dar esse importante passo para a institucionalização de uma política nacional de economia solidária são necessárias a articulação de instituições e a convergência de forças no legislativo, executivo e no interior dos movimentos sociais, os quais devem desempenhar papel fundamental visando à legitimação de suas reivindicações.

Segundo Forte (2017), o processo de transformação da economia solidária em caráter institucional, no que se refere aos aspectos sociais e jurídicos, ocorreu devido à articulação da Igreja Católica, do Estado, movimentos sociais e demais atores sociais.

O caráter transversal presente na política pública de economia solidária possibilita progressos, envolvendo, mesmo que indiretamente, diferentes ministérios, como o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) destinando recursos para a viabilização de projetos e ações para a melhoria das condições de vida por meio da inclusão social e produtiva. (PRAXEDES, 2009)

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersetorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social. (PRAXEDES, 2009, p. 59)

Segundo Schiochet (2012), em 2006 ocorreu um importante passo em direção à democratização da política pública, por meio de espaços democráticos de debate, abertos à sociedade civil, como a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, buscando a mobilização e a participação popular para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Em 2007, o fato político no âmbito de avanço da Economia Solidária, [...] foi a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária. Um fato político importante em função da agenda legislativa intensa construída de 2003 a 2006 sobre o marco regulatório do cooperativismo e da Economia Solidária, do crédito. Assim, essa relação com o Poder Legislativo passou a ser fundamental. (SCHIOCHET, 2012, p. 57)



A SENAES investiu recursos na implantação e disseminação de Centros Públicos de Economia Solidária por todo o país, como espaços de apoio e referência da economia solidária nos municípios. Estes centros são responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento local, capacitação, formação dos empreendimentos solidários, além de difundir a economia solidária a todos os cidadãos. (PRAXEDES, 2009)

No ano de 2008 foi possível estreitar os laços da Secretaria Nacional de Economia Solidária com o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), destinando significativos recursos para o fomento e o desenvolvimento de associações e cooperativas de catadores por todo o país. (SCHIOCHET, 2012) Assim, teve início em 2008 o Programa Resíduos Sólidos Urbanos, da SENAES, sendo destinados recursos financeiros para ações de fomento, visando à organização e ao desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos. Os catadores passaram assim a ter maior visibilidade nesta secretaria.

Segundo Carvalho e Rondini (2017), a grande parte das políticas públicas voltadas aos catadores “[...] são estabelecidas a partir do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), por meio do Programa Pró-Catador, criado pelo Decreto 7.405 [...]” (CARVALHO; RONDINI, 2017, p. 252)

Para Sant’Ana e Metello (2016), o aumento dos investimentos do governo federal direcionados aos catadores só foi ganhando viabilidade a partir da compreensão de que é a partir da melhoria da qualidade de vida dessa população historicamente excluída que será possível o desenvolvimento do país. Para isso as políticas foram desenvolvidas basicamente a partir de dois eixos, descritos no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1** - Eixos em que se desenvolveram as políticas públicas voltadas aos catadores de material reciclável

<b>Reconhecimento</b>		<b>Fomento à organização solidária e apoio à estruturação produtiva</b>
<b>2002:</b> Registro da atividade dos catadores no Código Brasileiro das Ocupações (CBO)		<b>2008:</b> a Senaes/MTE e a Fundação Banco do Brasil (FBB) uniram esforços para lançar o Programa Cataforte.
<b>2003:</b> Criação do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo		<b>2010:</b> Lançamento do Cataforte 2 – Logística Solidária
<b>2006:</b> Assinatura do Decreto nº 5.940, que instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária, com catadores, em órgãos públicos federais		<b>2011:</b> Dentro do Plano Brasil Sem Miséria, a Senaes/MTE iniciou apoio a projetos de organização dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e formação de cooperativas.
<b>2007:</b> A Lei Nacional de Saneamento nº 11.405/2007		<b>2013:</b> Lançamento do Cataforte 3 – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias
<b>2010:</b> Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305		
<b>2010:</b> Decreto nº 7.405/2010	Regulamentação da PNRS	
	Reedita o Comitê Interministerial, que passa a se chamar Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis	
	Criação do Programa Pró-Catador	

Fonte: SANT'ANA E METELLO, 2016  
Elaborado e organizado por BRITSCHGY, L. F. C

Os eixos de desenvolvimento das políticas públicas voltadas aos catadores de material reciclável foram, basicamente, voltados ao reconhecimento da ocupação, para o fortalecimento desses trabalhadores como classe, por meio de uma legislação e do fomento à organização solidária e apoio à estruturação produtiva por meio de recursos financeiros via projetos.

Esses recursos provenientes, em grande parte, do Ministério do Trabalho e Emprego, têm uma representatividade expressiva frente aos recursos voltados ao desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária, por meio do fomento a empreendimentos de demais cadeias produtivas, assessoria técnica, incubadoras, centros públicos de economia solidária, entre outros, no país. A tabela 1, exposta a seguir, apresenta os recursos destinados a essas atividades e, especificamente, aos catadores.

**Tabela 1** - Lei Orçamentária Anual<sup>4</sup> voltada a programas da Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil no período de 2008 a 2018

<b>Ano</b>	<b>Valor total*</b>	<b>Catadores**</b>
2008	64.183.000	14.560.000
2009	43.481.223	8.500.000
2010	53.540.000	8.318.000
2011	75.604.703	10.000.000
2012	91.925.000	53.285.000
2013	149.933.852	54.303.000
2014	142.420.000	61.750.000
2015	133.912.300	42.900.000
2016	60.768.881	12.950.000
2017	51.938.347	9.937.461
2018	19.760.325	5.179.313

Fonte: BRASIL (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018)  
Elaborado e adaptado por BRITSCGY, L. F. C

\*Recursos estimados para os programas:

Economia Solidária em Desenvolvimento, Artesanato Brasileiro, Resíduos Sólidos Urbanos e Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social (período de 2008 a 2011). Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e Resíduos Sólidos (período de 2012 a 2015). Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (considerado apenas a atividade Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária) e Qualidade Ambiental (período de 2016 a 2018).

\*\* Recursos estimados para as atividades:

Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos (período de 2008 a 2015). Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos (período de 2016 a 2018).

Verifica-se, na tabela 1, que o período em que foram disponibilizados maiores recursos teve início em 2012, com R\$ 91.925.000, chegando ao ápice em 2014 com o montante de R\$ 142.420.000. Mesmo tendo um valor ainda alto em 2015, que correspondeu a R\$133.912.300, percebe-se já o início de uma queda expressiva nos recursos, alcançando em 2018 o menor valor. Pode-se atribuir esse valor significativamente baixo à conjuntura de mudança política atrelada à mudança do entendimento do que representa a economia solidária no contexto nacional.

Em 2009, ocorreram avanços no diálogo entre a Economia Solidária e a temática da segurança pública, juntamente com o Programa de Segurança Cidadã proveniente do Ministério da Justiça, sendo a economia solidária considerada como uma alternativa para a crise social dos cidadãos. No âmbito da formação, aconteceu neste ano a criação dos Centros de Formação em Economia Solidária. (SCHIOCHET, 2012)

---

<sup>4</sup>“Estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal” (BRASIL, 2018)

No ano seguinte, em 2010, ocorreu a 2ª Conferência Nacional, com o tema “Pelo direito de produzir, viver em cooperação de maneira sustentável”, buscando o fortalecimento e o desenvolvimento da política pública de economia solidária como um direito da população, sendo dever do Estado sua promoção. (SCHIOCHET, 2012)

Em 2011 e 2012, os conflitos e as negociações envolvendo integrantes do FBES, da Igreja Católica-Cáritas Brasileira e IMS, das ONGs, das universidades, da CUT, da DS-PT e membros de EES com os membros do Estado (sobretudo deputados federais e quadros da SENAES), em razão do PL 865/2011, agitaram as instituições e os atores sociais do Movimento da Economia Solidária, influenciando diretamente na incorporação da minuta do PL da economia solidária pela Frente Parlamentar da Economia Solidária, na Câmara dos Deputados, o que culminou no Projeto de Lei 4.685/2012, que trata da regulação da economia solidária no Brasil. (FORTE, 2017, p.163)

Ocorreu em 2014 a 3ª Conferência Nacional, que buscou, por meio dos subsídios das edições anteriores, o desenvolvimento de um plano nacional fundamentado nas informações e demandas levantadas nos municípios, territórios e estados, a fim de promover um compromisso em nível nacional para a consolidação da economia solidária no país. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015)

Com a reforma do Ministério do Trabalho e Emprego, passando a ser Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 2015, verificou-se um cenário de instabilidade para a SENAES. “Desde então, a incerteza quanto à manutenção da SENAES cresceu entre os integrantes das entidades e movimentos que compõem o Movimento da Economia Solidária.” (FORTE, 2017, p. 164)

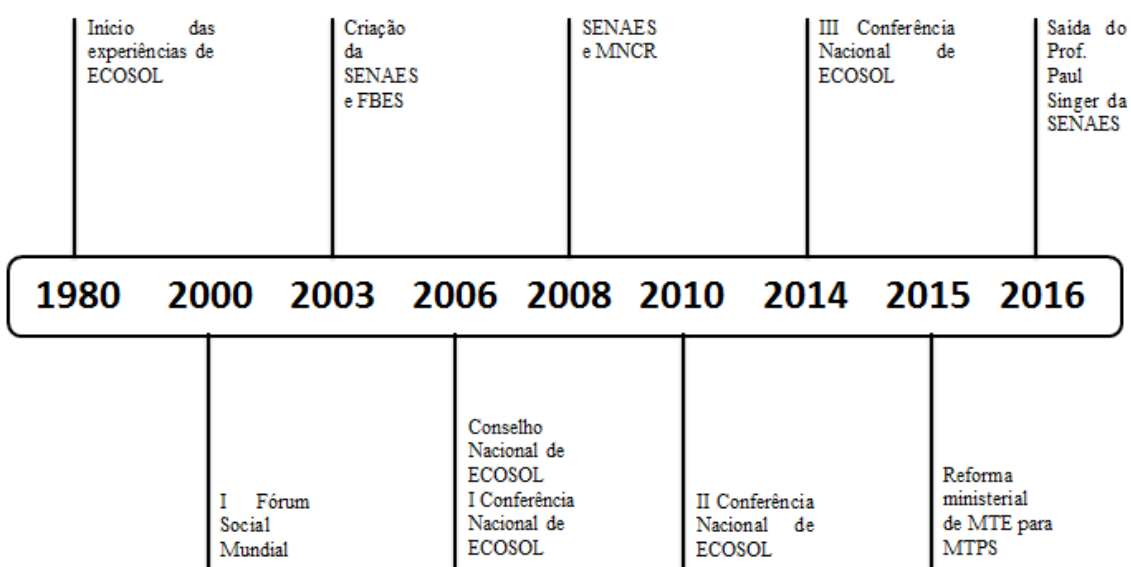
Esse cenário de incertezas foi aprofundado com a crise política verificada no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), construído, num primeiro momento, por pressões no sentido de dificultar a governabilidade. Com a queda do governo, em agosto de 2016, intensificou-se a política neoliberal limitando os gastos públicos por meio da PEC 55/2016, que congelou os orçamentos da saúde e educação por 20 anos.

Em 2016 ocorreu o rebaixamento da SENAES para subsecretaria além da saída do Prof. Paul Singer sendo vista como uma perda irreparável para a economia solidária. Iniciou-se então um período de retrocessos, com a diminuição de recursos previstos para os programas envolvendo a economia solidária (verificado acima na tabela 1), além do ataque aos direitos dos cidadãos por meio da reforma trabalhista aprovada em 2017 e da reforma da previdência, em tramitação.

Para Silva e Carvalho Filho (2018), “[...] vivemos hoje um contexto extremamente adverso, de redução drástica das políticas públicas de inclusão socioeconômica, nas quais as políticas territoriais e as de economia solidária estão inseridas.” (SILVA; CARVALHO FILHO, p. 160, 2018)

Procurando sintetizar os principais fatos que marcaram a economia solidária no Brasil, apresenta-se abaixo a seguinte linha do tempo:

**Figura 2** - Linha do tempo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: GAIGER (2000), Cornelian (2006), SILVA; CARVALHO FILHO (2018), FBES (2018), SCHIOCHET (2012), FORTE (2017).

Elaborado por BRITSCHGY, L. F. C

Percebe-se assim, que vem se delineando um cenário de desmantelamento do Estado Social, das ações com viés autogestionário e democrático dos cidadãos, gerando, conseqüentemente, um aumento da desigualdade e da pobreza. Conclui-se, então, que todo o avanço em direção à institucionalização da economia solidária não representa garantia de sua sustentação em longo prazo, já que seu desenvolvimento fica na dependência de governos que acreditam no ideal da economia solidária como um instrumento de transformação social.

O entendimento dessa questão da vontade política é de extrema relevância para essa pesquisa, pois se verificam grandes oscilações no investimento público e no amparo político da economia solidária em âmbitos federal, estadual e municipal, ficando assim na maioria das vezes, o desenvolvimento da economia solidária dependente dos governos e de seus interesses partidários.

A partir dessa exposição da conjuntura mais geral da economia solidária no Brasil será possível, a partir de agora, compreender as ações e iniciativas que ocorreram no município de Rio Claro durante o processo de construção da economia solidária em âmbito municipal.

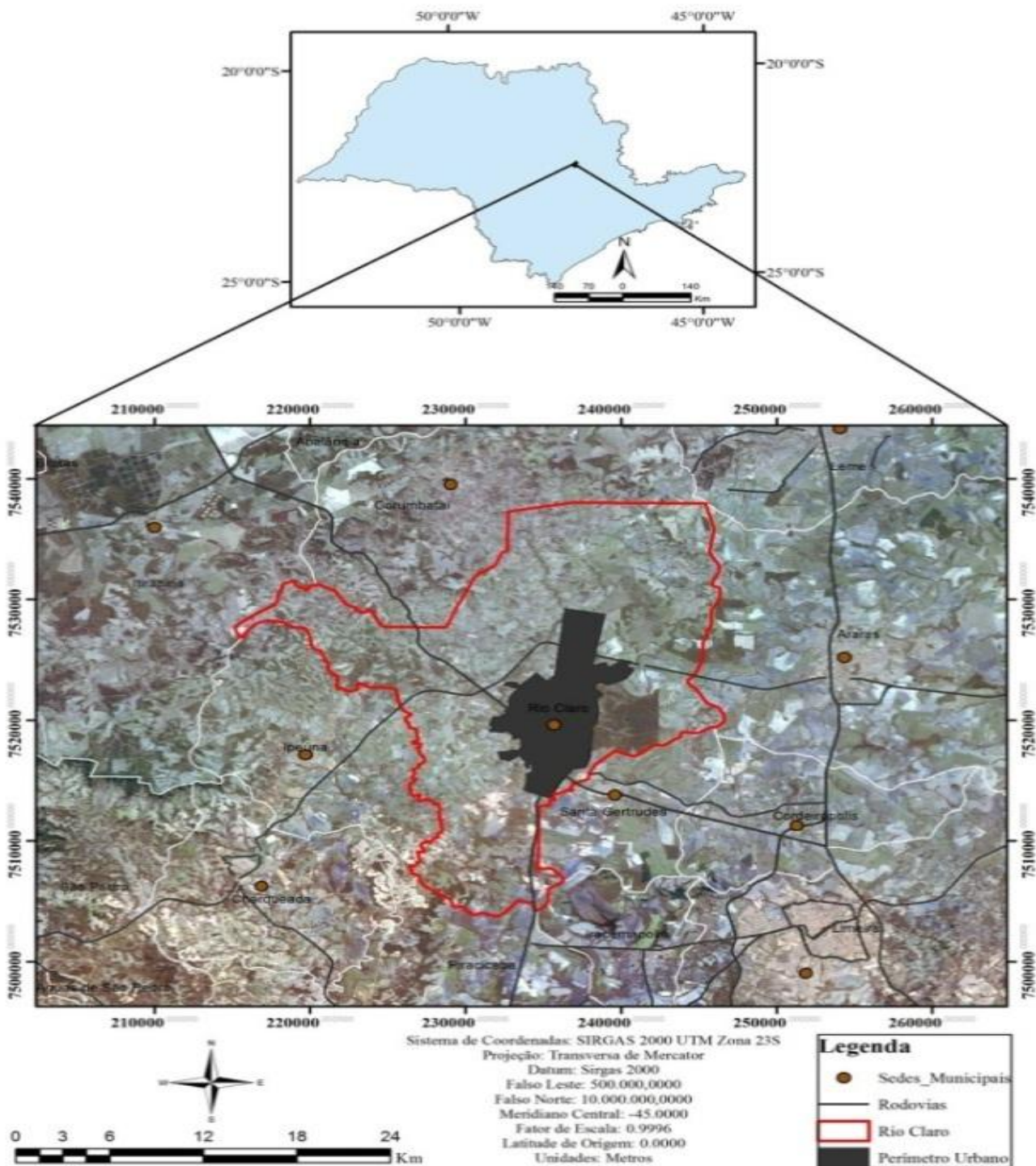
#### **1.4 A Economia Solidária em Rio Claro**

Rio Claro tem uma população de 186.253 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2017), está localizada no Centro-Leste do estado de São Paulo, com uma área de 498,422 km<sup>2</sup>, sendo 28,3500 km<sup>2</sup> urbanizada. É uma típica cidade média paulista. As vias de acesso são por rodovias, destacando-se a SP-127 - Rodovia Fausto Santomauro, SP-191 – Rodovia Wilson Finardi e SP-310 - Washington Luís, rodovia de maior relevância, pois faz a ligação com o sistema Anhanguera-Bandeirantes no sentido capital e interior.

Uma cidade, segundo Sposito (2004), pode ser definida como de porte médio ao possuir uma população entre 50 e 500 mil habitantes, levando-se em consideração a proposição de Andrade e Serra (2001), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cuja classificação é baseada na dimensão demográfica. Mas, ainda segundo a autora, as cidades médias têm características que vão além de seu tamanho populacional:

As cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem os elos de ligação entre cidades maiores e menores. No período atual, no Estado de São Paulo, essas cidades são, de um lado, aquelas nas quais a população das cidades pequenas polarizadas por elas realiza o consumo de bens e serviços necessários à produção e à vida, e são, de outro lado, os espaços escolhidos para a localização das grandes empresas comerciais e de serviços que querem atingir um mercado consumidor de poder aquisitivo crescente -o do interior paulista. (SPOSITO, 2004, p. 126)

**Figura 3** - Localização do Município e perímetro urbano



Fonte: LANDSAT/USGS, Open Street Maps. 2017.  
 Organizado por BRITSCHGY, L. F. C; GUEDES JR, E.

A trajetória da economia solidária em Rio Claro teve início na década de 1990, estando ligada à Secretaria Municipal de Assistência Social, numa conjuntura de forte desemprego e aumento de pessoas em situação de pobreza. Surgiu como importante

alternativa de emancipação social e produtiva dos sujeitos, juntamente com as demais políticas de assistência.

Sobre a relação da economia solidária com a assistência social, a Secretaria Municipal de Assistência Social, do período de 2009 a 2016 (momento de ascensão da economia solidária), discorre acerca da possibilidade dessas duas políticas resgatarem a cidadania:

[...] permitindo que a pessoa nessas condições possa ter alternativas de mudanças, colocando seu talento, suas habilidades em função de si e de seu grupo familiar, ampliando seu relacionamento, seu conhecimento, sua dignidade e valorizando seu sentimento, sua razão de viver e sua relação com a vida, e o mais importante, sentir que sua cidadania é respeitada. (SECRETARIA MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL- período de 2009 a 2016)

Compreende-se, assim, porque a economia solidária atingiu, em Rio Claro, o público alvo da assistência social, ou seja, cidadãos que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica e social. A valorização dos conhecimentos e habilidades, bem como fomento a cooperativas e demais formas coletivas de trabalho, foram uma forma de inclusão e inserção desses trabalhadores num contexto de participação social, possibilitando o exercício pleno da cidadania.

Entende-se que o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório. Ela tem, antes, potencial também para ser uma estratégia emancipatória para os beneficiários dessas outras políticas. (PRAXEDES, 2009, p. 62)

Na década de 1990, um contingente de catadoras e catadores desenvolvia a atividade de coleta de material reciclável no interior do aterro controlado municipal, local com características bem próximas a um lixão a céu aberto, apresentando risco alto de contaminação, condições insalubres, vetores de doenças, ou seja, inadequado ambientalmente e principalmente para a presença humana. (GODOY, 2005)

Foi nesse período que ocorreu uma articulação do poder público no sentido de identificar esses trabalhadores e suas demandas nas áreas da assistência, educação, saúde e habitação. Esse trabalho foi realizado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social que, por meio de encontros e ações permeadas pelos ideais da Economia Solidária, conseguiram que os trabalhadores deixassem de atuar no local. (GODOY, 2005)



Uma parte desses trabalhadores, os quais haviam permanecido na atividade de coleta de material, passaram por um processo de fortalecimento com o objetivo de constituir um grupo sob os valores da economia solidária, entre eles, a igualdade, democracia e autogestão. Foram inicialmente inseridos no Projeto Reciclar 2000, uma parceria entre a Prefeitura e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), desenvolvendo a coleta de material reciclável em alguns bairros do município até 2002. (GODOY, 2005)

É relevante destacar que a economia solidária, tendo como público alvo cidadãos em vulnerabilidade social e econômica, necessita, para que ocorra de fato um processo de emancipação com condições de se sustentar a longo prazo, da articulação de ações transversais que permeiam as diversas áreas como saúde, trabalho, assistência social, entre outras. Assim, a economia solidária deve ser intersetorial, presente nas discussões e projetos das demais áreas. (PRAXEDES, 2009)

A partir desse primeiro grupo foi criada, em 2002, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro (Cooperviva), que buscava, por meio da livre associação dos trabalhadores, melhores condições de vida e trabalho, a justiça social, a emancipação social e a inclusão produtiva.

A trajetória da economia solidária no município foi marcada por “[...] lutas e de conquistas por trabalho, renda em territórios resilientes.” (MENDES, p. 23-24, 2015). Segundo Lima (2013a), o local onde ocorreu o início do funcionamento da Cooperviva foi uma área urbana municipal cedida pela Prefeitura por meio do Decreto nº 7225, de 29 de novembro de 2004. Nesse mesmo ano foi implantada a praça dos artesãos como um ponto de comercialização. (MENDES, 2015)

Porém, foi somente em meados de 2008 que se verificou uma retomada da articulação da economia solidária rioclarense, que se encontrava enfraquecida devido ao pouco estímulo do poder público. Segundo Ortigoza e Mendes (2015a), "inicia-se um novo período que passa a ser caracterizado pela abertura do diálogo entre os gestores públicos, a universidade, com a forte participação dos geógrafos e a sociedade envolvida na temática." (ORTIGOZA; MENDES, 2015a, p. 1152)

Em 2009, a economia solidária apresentava maior força política, ocorrendo a ampliação do debate político juntamente com a sociedade civil, a Cooperviva e a universidade, em direção ao fomento e ampliação do universo que compreende a economia solidária. Além disso, reivindicou-se por um amparo legal que legitimasse a economia solidária como política pública municipal.

Em Rio Claro, há um renascimento da economia solidária, nos últimos oito anos, que só foi possível a partir da articulação da população mais carente com o governo local. Tudo isso demonstra que a economia solidária é um movimento social e político que traz em seu bojo uma proposta de transformação social capaz de responder às crises do mundo do trabalho e à realidade ampla de exclusão social vivida por muitas pessoas. (ORTIGOZA; MENDES, 2015b, p. 10)

Pode-se dizer, assim, que ocorreram dois momentos relevantes em direção à inserção da Economia Solidária em Rio Claro. O primeiro ocorreu ao final da década de 1990, em resposta à conjuntura econômica que levou ao aumento da pobreza e do desemprego. Porém, foi apenas no segundo momento, iniciado em 2009, que ocorreu a juridicização da economia solidária por meio de leis municipais, buscando assim sua institucionalização como política pública municipal.

A Secretaria Municipal de Assistência Social teve importante papel ao passar por um processo de construção de uma nova organização administrativa, a qual passou a contemplar o “projeto político ideológico, popular e participativo [...] implantação da Economia Solidária; Centro Público de Economia Solidária e incubadora dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).” (FERREIRA; CECCATO, 2015)

Para isso, foi criado o Departamento de Gestão de Programas Complementares, que contempla a Economia Solidária, Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante da municipalização da assistência social as políticas emancipatórias ganham cada vez mais espaços de gestão em muitos municípios e a política de economia solidária é a política que se expandiu, pois contribui como ferramenta de enfrentamento à pobreza, dando empoderamento aos sujeitos e à sociedade civil. (FERREIRA; CECCATO, 2015, p. 166)

Assim, a referida Secretaria, juntamente com os pesquisadores do departamento de geografia da UNESP, iniciou em 2009 um levantamento da realidade local junto aos equipamentos públicos dos territórios, entre eles os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), além dos Centros Comunitários. O objetivo desse levantamento consistiu em identificar indivíduos, grupos e potencialidades dos territórios para o desenvolvimento da economia solidária, trazendo subsídios para a elaboração do Programa Municipal de Economia Solidária. (FERREIRA; CECCATO, 2013)

Outra importante fonte de dados e informações foram as Entidades Assistencialistas e de Fomento que atuam no município de Rio Claro, onde pesquisadores vinculados à UNESP identificaram os indivíduos cadastrados, localizando-os no espaço urbano e gerando um mapa da vulnerabilidade social da cidade de Rio Claro, o qual também foi utilizado para a elaboração do Programa Municipal.

Ainda em 2009, segundo levantamento realizado juntamente com a SENAES, foram identificados aproximadamente 15 EES, acompanhados por dois locais de feiras ou pontos para a comercialização de seus produtos, além da presença de grupos com potencialidades para se transformar em empreendimentos solidários. (FERREIRA; CECCATO, 2013)

Em 2010 foi atribuído caráter jurídico à economia solidária a partir da Lei 4036, de 08 de março de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Local e à Economia Solidária no Município de Rio Claro, dando amparo legal ao Programa Municipal de Economia Solidária. Segundo o artigo 4º da referida Lei:

A Prefeitura Municipal de Rio Claro, através da Secretaria Municipal de Ação Social - subsidiará a criação e a manutenção do Centro Público de Economia Solidária e incentivará a formação de Centros de Comércio Justo e Solidário, e a formação de uma Rede de Comércio Justo e Solidário, fornecendo, quando disponível, a infraestrutura necessária ao seu pleno funcionamento, podendo, para isso, celebrar termos de cooperação técnica com incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, destinados à implantação das ações previstas nesta lei. (RIO CLARO, 2010, p. 2)

A luta pela construção e reconhecimento de uma política pública municipal foi fruto da articulação entre os atores sociais e institucionais que, a partir do reconhecimento legal, atribuíram ao poder público o dever de assumir a responsabilidade acerca do funcionamento, regulação e avaliação da política como um direito, saindo assim do campo de políticas compensatórias ou ligadas a governos e se institucionalizado como uma política de Estado. Têm-se, no quadro a seguir, as principais legislações e ações que marcaram a economia solidária em Rio Claro.

**Quadro 2-** Legislação/ações da Economia Solidária em Rio Claro no período de 2009 a 2017

<b>Ano</b>	<b>Legislação e Ações</b>
2009	Levantamento da realidade local pela Secretaria de Assistência Social e Departamento de Geografia da UNESP
2010	Lei nº 4036 de 08 de março de 2010 - Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Local e à Economia Solidária no Município de Rio Claro - SP e dá outras providências
2011	Convênio Municipal com a UNESP
2012	Convênio entre a Prefeitura e o Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), efetivando os editais 004/2011 e 003/2011
2013	Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária
2014	Realização de pré-conferência e da conferência de Economia Solidária Fóruns municipais de Economia Solidária
2016	Decreto nº 10.500 de 05 de fevereiro de 2016 - Institui o Centro Público de Economia Solidária no Município de Rio Claro e dá outras providências
	Decreto nº 10.501 de 05 de fevereiro de 2016 - Institui e aprova o Regimento Interno do Recinto Feiral de Economia Solidária de Rio Claro e dá outras providências.
	Decreto nº 10.551 de 03 de maio de 2016 - Dispõe sobre a criação da Incubadora Pública Municipal de Economia Solidária no Município de Rio Claro
	Decreto nº 10.639 de 13 de outubro de 2016- Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária e dá outras providências
	Criação da Associação Novo Tempo
	Decreto nº 10.698 de 20 de dezembro de 2016 - Concede o uso de uma área do município pela Associação de Catadores de Material Reciclável Novo Tempo e disponibiliza os bairros para a coleta.
2017	Decreto nº 10.793 de 29 de março de 2017 – Concede o uso de uma nova área do município pela Associação de Catadores de Material Reciclável Novo Tempo e disponibiliza os bairros para a coleta.
	Lei nº 5109 de 27 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a política municipal de fomento e apoio ao desenvolvimento local e à economia solidária no município de Rio Claro/SP e dá outras providências.

Fonte: RIO CLARO (2010, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2017a, 2017b).

Elaborado e organizado por BRITSCHGY, L. F. C

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” câmpus Rio Claro, através dos professores do Departamento de Geografia, sempre esteve presente na luta pela legitimação da economia solidária. Buscando fomentar e contribuir com esse processo, a partir da demanda do município, foi desenvolvido o projeto “Mapeando Papeis Sociais: diagnóstico e desenvolvimento de Políticas Públicas no Município de Rio Claro/SP”, pelo Laboratório de Estudos Territoriais (LAET) deste departamento, a partir de convênio municipal firmado em 2011. (FERREIRA; CECCATO, 2015)

Em 2012 foi celebrado convênio entre a Prefeitura e o Ministério do Trabalho e Emprego através da SENAES, efetivado pelo edital 004/2011, que será posteriormente tratado, e o edital 003/2011, que visava à promoção de ações municipais integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local visando à superação da extrema pobreza, por meio do projeto "Rio Claro Solidária - construindo coletivos solidários e integrando os territórios". (FERREIRA; CECCATO, 2015)

Cabe salientar que os recursos financeiros que mantêm o Programa Municipal de Economia Solidária são provenientes, principalmente, de duas fontes, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), via projetos e editais, além de um valor destinado do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Acompanhando o processo de fortalecimento da política de economia solidária foi criado, em 2013, o Conselho Municipal de Economia Solidária, conforme Ferreira e Ceccato (2015). O Conselho era consultivo e deliberativo, formado por representantes da prefeitura, dos empreendimentos e das entidades de fomento, visando ao desenvolvimento da economia solidária, por meio de ações e da fiscalização dos recursos públicos e dos projetos em andamento.

Com o objetivo de expandir a discussão da economia solidária para os territórios<sup>5</sup> ocorreram nove pré-conferências municipais no período de março e abril de 2014, com um total de 280 presentes. Assim foi possível a realização da 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária em abril de 2014, com a presença de 241 pessoas, a fim de construir coletivamente propostas a serem encaminhadas para as Conferências Estadual e Nacional, além de propor conteúdo para o desenvolvimento do futuro plano municipal. (FERREIRA; CECCATO, 2015)

As realizações das pré-conferências nos territórios trouxeram contribuições singulares. Mendes (2015) aponta que “um dos desafios atuais no âmbito da economia solidária consiste justamente em trabalhar suas relações com o território. Não é possível entender economia solidária sem que se considerem a sua inserção e o seu fortalecimento territorial.” (MENDES, 2015, p. 17)

Ao longo de 2014, foram realizados diversos Fóruns Municipais objetivando a participação popular para discutir a temática da economia solidária, debater acerca dos

---

<sup>5</sup> Foram realizadas nos locais: auditório do Núcleo Administrativo Municipal, CRAS Território Independência, CRAS Território Terra Nova, CRAS Território Estádio, Projeto Conexão, Escola Estadual Marciano de Toledo Pizza, Centro Comunitário Beija-flor, Pró-jovem e Projeto Guri. (FERREIRA; CECCATO, 2015)

avanços e possibilidades para a construção do plano municipal de economia solidária. Os referidos fóruns eram organizados por representantes do poder público, dos empreendimentos econômicos solidários e da população. (FERREIRA; CECCATO, 2015)

Para a elaboração do plano foi formada uma comissão de acompanhamento com representantes do Conselho Municipal de Economia Solidária e dos empreendimentos, além de técnicos do Programa, sociedade civil e poder público. Em outubro foi realizada a pré-audiência pública no Fórum municipal de Economia Solidária, com o objetivo de apresentar o plano para discussão. Em dezembro ocorreu a última etapa do plano, que consistiu em uma audiência pública para o debate das propostas. Os apontamentos foram integrados ao documento final, que foi apresentado ao Conselho para sua aprovação. (FERREIRA; CECCATO, 2015)

Ainda em 2014 teve início a execução do projeto “Rio Claro Solidária – Construindo coletivos solidários e integrando os territórios”<sup>6</sup>, por uma empresa terceirizada, com duração prevista de 24 meses. Por meio do projeto foi realizado um diagnóstico com o mapeamento das potencialidades de cada território<sup>7</sup> para o desenvolvimento e fortalecimento de EES, além de um processo de sensibilização e mobilização do público-alvo. Para Mendes (2015, p. 19), “no plano da economia solidária o que importa não é a mera transformação social, mas transformações significativas nas relações sociais e espaciais que promovam justiça social.”

Por meio dos recursos desse mesmo projeto foi possível reformar e adequar o Centro Público de Economia Solidária, inaugurado em dezembro de 2016, tornando-se um espaço físico multifuncional para os processos de incubação dos empreendimentos de alimentação, construção civil, confecção e limpeza, além de possuir salas e equipamentos para formações e uma loja solidária.

É relevante destacar que o prédio que atualmente abriga o Centro Público de Economia Solidária foi o antigo Departamento de Geografia da Unesp, que já se encontrava desativado há algum tempo e que, graças ao convênio celebrado em 2011 com a universidade, foi possível dar uma nova função ao local. Mesmo sem as adequações necessárias o espaço era muito utilizado para reuniões, encontros e formações, como ponto de referência para a economia solidária.

---

<sup>6</sup>Projeto contemplado no edital 003/2011. Convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

<sup>7</sup> Territórios dos CRAS

A criação do Recinto Feiral de Economia Solidária, em 2016, foi um dos desdobramentos do projeto “Rio Claro Solidária – Construindo coletivos solidários e integrando os territórios”, juntamente com a Unesp, que proporcionou a utilização de um local para o comércio e consumo solidários dos produtos e serviços provenientes dos empreendimentos cadastrados no Programa Municipal de Economia Solidária. O Recinto funcionou até dezembro do mesmo ano, passou por um processo de readequação e voltou a funcionar no mês de agosto de 2017. Nessas feiras participam diversas cadeias produtivas solidárias, entre elas da alimentação, artesanato e cultura.

Além disso, ocorreu uma ampliação de pontos de comercialização dos produtos solidários pelos territórios, sendo os pontos fixos: a Praça do Artesão, o Quiosque Estação das Artes e a Loja Solidária no Centro Público de Economia Solidária. Existem também pontos de comercialização na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, no Núcleo Administrativo Municipal e no Enxuto Supermercado, os quais possibilitam o comércio em alguns dias do mês. (RIO CLARO, 2016a)

Uma mudança no governo municipal ocorreu a partir de 2017, quando a secretaria responsável pela economia solidária passou a se chamar Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social. Algumas mudanças foram sentidas no entendimento da economia solidária e na dinâmica de seu desenvolvimento. No que tange à legislação, ocorreram mudanças a partir da aprovação de uma nova lei que regulamenta a economia solidária.

Esta Lei é de nº 5109, de 27 de outubro de 2017, que dispõe sobre a política municipal de fomento e apoio ao desenvolvimento local e à economia solidária no município de Rio Claro/SP e dá outras providências, ou seja, revoga a anterior, a Lei Municipal nº 4.036, de 06 de março de 2010, e todos os Decretos Regulamentadores que dela decorreram. (RIO CLARO, 2017b)

A nova lei modifica alguns aspectos da antiga, e entre eles é relevante destacar que o Conselho Municipal de Economia Solidária deixa de ser deliberativo, mantendo apenas seu caráter consultivo, além de ser extinto o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária. (RIO CLARO, 2017b)

Buscando compreender a situação atual da economia solidária no município, realizamos uma entrevista com o novo diretor do departamento de Gestão de Programas Complementares. A respeito das ações e projetos desenvolvidos, o diretor apontou a existência de uma parceria com a SENAES, na parte de resíduos sólidos, e o acompanhamento dos empreendimentos (Cooperviva e Associação), quando solicitado.

Pela autonomia do empreendimento, segundo o diretor, a atuação com a Cooperviva ocorre esporadicamente, sendo atendida quando solicitado. Já com relação à Associação os apontamentos serão apresentados mais adiante.

Com relação ao número de empreendimentos existentes no município, o diretor desconhece a quantidade atual e pontuou que ainda está ocorrendo o levantamento dos EES, segundo as instruções e metodologia da SENAES. A ausência dessa informação por parte do gestor trouxe a necessidade de realizarmos uma pesquisa junto ao CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e Comércio Justo do Ministério do Trabalho. Como resultado, constatou-se que nessa base de dados CADSOL, 2018, o município possui apenas 10 empreendimentos econômicos solidários cadastrados, que se referem à cadeia de resíduos sólidos, artesanato e alimentação. Estima-se, porém, que o número de empreendimentos seja bem maior, e sendo assim é necessário um esforço dos gestores públicos quanto à verificação do baixo número de empreendimentos cadastrados nessa base de dados, buscando alternativas para sua inclusão, como é o caso da Associação Novo Tempo.

Sobre o Centro Público de Economia Solidária, o diretor apontou que se trata de um espaço de diferentes atuações, utilizado para a divulgação da Economia Solidária, para a realização de capacitações, reuniões e fóruns, além de atuar também como incubadora, promover o assessoramento aos empreendimentos e aos empreendedores individuais e como um ponto de comercialização. Ao incluir a terminologia “empreendedores individuais”, observa-se uma possível mudança do entendimento e do perfil de atendimento do Centro Público, pois, de modo geral, essa terminologia não corresponde ao universo da economia solidária, não estando incluída nas principais referências sobre o tema.

Com relação aos catadores de material reciclável, segundo o diretor, no momento não havia nenhuma atuação junto aos catadores autônomos. Percebe-se também um aumento no número desses trabalhadores, apontando que existem aspectos a serem sanados que vão além do que é possível com a economia solidária, por isso a necessidade de se envolverem as demais secretarias.

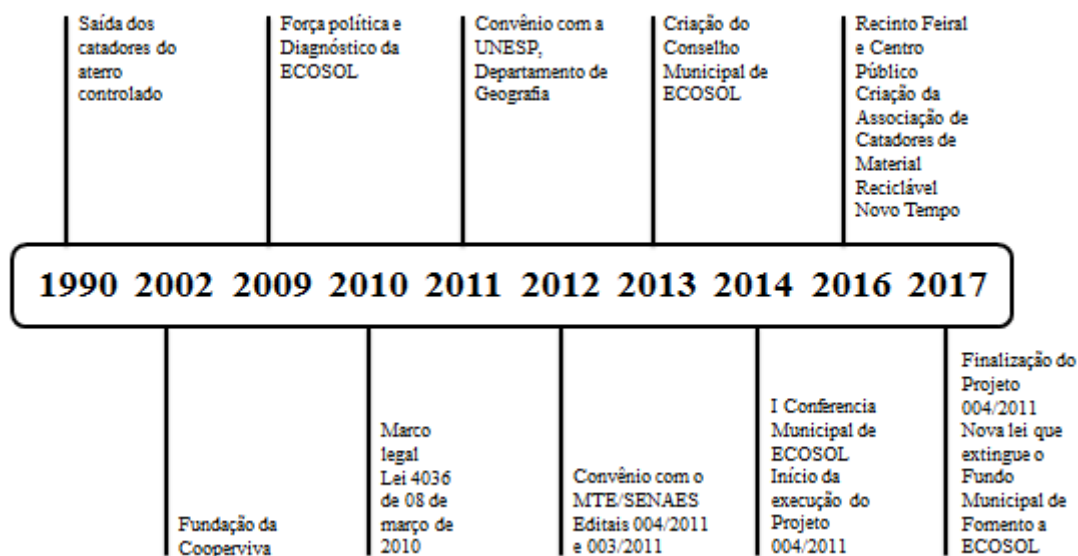
Pela fala do diretor observa-se um esforço para construir um planejamento intersetorial da economia solidária, ainda sem sucesso. Mas o que se observou em conversas com algumas pessoas envolvidas com o Programa Municipal de Economia Solidária, é que houve um período de suspensão das ações que vinham sendo realizadas pela administração anterior o que prejudicou os envolvidos, havendo, inclusive, a



desistência de muitos em se manterem integrados ao Programa, justamente pela falta de definições e continuidade do que vinha sendo executado.

Após a exposição das informações e de um histórico da economia solidária em Rio Claro, foi possível elaborar uma linha do tempo pontuando as principais ações e/ou mudanças ocorridas.

**Figura 4 - Linha do tempo da Economia Solidária em Rio Claro**



Fonte: GODOY (2005), FERREIRA; CECCATO (2015), RIO CLARO (2016a, 2016b), RIO CLARO (2017b).

Elaborado por BRITSCHGY, L. F. C

Assim, a economia solidária no município de Rio Claro foi se construindo, em um 1º momento, pela vontade política e pela demanda da recessão econômica. E, embora tenha passado por um período de estagnação, ao longo do tempo foi se apresentando como uma alternativa de inclusão social, principalmente para os catadores de materiais recicláveis. Entretanto, a legitimação da política pública de economia solidária só foi possível graças ao Convênio entre a Prefeitura Municipal e a UNESP, o que possibilitou construir o arcabouço legal, proporcionando avanços e novas parcerias. Foi nesse contexto que foi elaborado e executado o Projeto 004/SENAES, objeto de análise dessa dissertação, o qual buscou, sobretudo, o fortalecimento e a inclusão social e produtiva dos catadores.

## **2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Neste capítulo será apresentada a categoria de análise do território e sua relação com a economia solidária, o conceito de desenvolvimento socioespacial como referência para essa pesquisa e, por fim, os procedimentos metodológicos que nortearam a sua realização.

### **2.1 O território e a Economia Solidária**

A busca pelo olhar sobre o território na economia solidária é de extrema relevância, pois, segundo Mendes (2015, p. 16), “a economia solidária deve ser entendida não apenas na sua pluralidade econômica, mas, concretamente, nas suas imbricações espaciais que implicam em diversidade e complexidade peculiares a cada território.”

Segundo Ortigoza (2014, p. 245), “a economia solidária, ao privilegiar a abordagem territorial, volta a unir as diferentes esferas (social, política, cultural, ambiental) que o capitalismo separou.” Ainda segundo a referida autora:

Enquanto no capitalismo moderno, a mundialização e a desterritorialização da produção e das mercadorias é uma forte tendência, na economia solidária há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar. Desse modo, os princípios da economia solidária nos indicam a necessidade de repensar o fortalecimento do local e do regional e a (re)inserção territorial da produção, do comércio e do consumo. (ORTIGOZA, 2014, p 245-246)

Para aprofundar essa abordagem territorial faz-se necessário apresentar, inicialmente, a categoria primordial da geografia, o espaço, sendo que a construção de sua conceituação sofreu influência das correntes do pensamento geográfico ao longo dos anos, podendo apresentar diversos elementos e contribuições de acordo com cada corrente. Para Corrêa (2000):

Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representando através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional. (CORRÊA, 2000, p. 44)

Sendo assim, ao considerar que o espaço é formado por múltiplas dimensões deve-se levar em consideração que os diferentes aspectos socioeconômicos, culturais e práticas sociais podem interferir na elaboração de distintos conceitos de espaço. É relevante diferenciar espaço e território a fim de evitar possíveis equívocos na sua utilização. Para Raffestin (2015, p. 22):

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade.

Assim, o espaço é dado a priori, podendo, a partir da existência de relações sociais, econômicas e da vida cotidiana dos sujeitos, constituir-se em um território. Observa-se que no espaço urbano, por exemplo, os fluxos e relações gerados a partir da divisão entre o capital e o trabalho, predominante no sistema capitalista, gera territórios marcados por relações hierárquicas, desiguais, que alimentam e aumentam as injustiças sociais.

Observando essas diferenças, concordamos com Ortigoza (2014), quando coloca que o território brasileiro apresenta uma grande diversidade social, econômica e ambiental, a qual pode tanto representar grandes problemas quanto significar vantagens econômicas pouco exploradas. Para a autora:

É importante ressaltar que o governo brasileiro vem ampliando os esforços para converter as diferenças regionais em potencialidades a serem dinamizadas, ou seja, as identidades territoriais podem e devem ser estimuladas por meio de ações e estratégias do Estado e da sociedade em prol da redução das desigualdades sociais e regionais (ORTIGOZA, 2014, p. 247-248)

Para Souza (2015), quando se analisa o conceito de território não se exclui a relevância do componente cultural e econômico, porém o que não se pode desconsiderar é que o poder é inerente ao território, e sendo assim o componente político é o que primeiramente o determina. Para complementar, o autor discorre sobre o território como sendo:

[...] fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. [...] o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este *Leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* (SOUZA, 2000, p.78-79)

Considera-se o território apenas como o “lócus” da reprodução, da acumulação do capital e das relações produtivas, devendo estar primeiramente a favor da manutenção dessa estrutura. Desconsidera-se a relevância da qualidade de vida dos trabalhadores que sustentam esse sistema, além das especificidades do território. Para Souza (2000, p. 87):

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos [...] podem [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo.

Para Ortigoza (2014), a abordagem do território intensifica o crescimento dessa outra economia “[...] a partir do momento em que os segmentos econômicos, cadeias produtivas e iniciativas locais passam a ser valorizados nas suas reais possibilidades de atuação nos diferentes territórios.” (ORTIGOZA, 2014, p. 248) Atrelando economia solidária e território a autora ressalta que:

[...] os gestores públicos, que atuam na economia solidária, reconhecem a complexidade envolvida em cada território e, ao invés de buscar homogeneizá-los, como ocorre no atual sistema capitalista, procuram diagnosticar os possíveis caminhos para um desenvolvimento endógeno preservando as relações (econômicas, sociais, políticas, culturais) presentes em cada lugar. Assim, reconhecem as diversidades, as desigualdades, os movimentos sociais presentes em cada território e, com base em suas próprias potencialidades, vão sendo construídos o “saber fazer” e as formas de trabalho que possam valorizar a solidariedade e a identidade territorial. (ORTIGOZA, 2014, p. 248)

Nesse contexto, a economia solidária pode ser considerada uma alternativa capaz de minimizar a relação de poder desigual existente no capitalismo e que se reflete em territórios marcados por desigualdade e segregação dos cidadãos. É necessária, para

uma mudança, a construção de novos territórios sob outros paradigmas, a partir de novas relações sociais pautadas na solidariedade, justiça social, democracia, entre outros valores que compreendem o universo da economia solidária.

Verifica-se que Santos (2000) corrobora com o pensamento acerca da necessidade de mudança do sistema político, econômico e social dominante, mesmo não se referindo à economia solidária, evidenciando a necessidade da “[...] elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da ideia e da prática da solidariedade.” (SANTOS, 2000, p. 168)

Ao contrário da lógica capitalista, a economia solidária tem como finalidade a maximização do bem-estar dos sujeitos, a emancipação social e produtiva, o fortalecimento das especificidades locais possibilitando, além da construção de uma nova economia, uma nova estrutura social e política pautada no protagonismo dos cidadãos e na solidariedade.

A ideia é que o cidadão passe a assumir um lugar antes não ocupado, ou subocupado, independentemente de qualquer amarra que anteriormente o impedia, tecendo relações que valorizem o saber e as potencialidades do território, lutando coletivamente pela justiça social e resistindo ao sistema capitalista. Para Santos (2000), “esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai ser de baixo para cima.” (SANTOS, 2000, p. 170)

O que se verifica no capitalismo é a existência de forças hegemônicas dominantes, representadas por grupos econômicos globais que influenciam o funcionamento da vida cotidiana dos cidadãos, os quais passam a ser considerados apenas como consumidores, promovendo relações sociais baseadas em contradições.

Além disso, a ocupação e o uso da cidade são delimitados segundo seus interesses, juntamente com a esfera política no que tange, por exemplo, à criação ou veto de leis e decretos objetivando somente a acumulação da riqueza em detrimento do desenvolvimento territorial. Promove-se assim a construção de territórios baseados na desigualdade, que perpetuam valores como a competitividade, o individualismo e o consumismo.

Segundo Mendes (2015), a economia solidária no Brasil floresce nos territórios populares, nos quais acabam persistindo as opressões, as tensões e os obstáculos determinados pelo capitalismo, podendo-se dizer que esses territórios assumem a configuração de contraespaço. Este pode ser o território da subversão e das

transformações realizadas pelos indivíduos, despontando da indagação e do enfrentamento da norma e da ordem predominante, os nanoterritórios persistentes no espaço preponderante.

Pode-se dizer que existe nos nanoterritórios, por meio da economia solidária, a possibilidade daqueles que se encontram na base e à margem do sistema capitalista assumirem o protagonismo para a mudança necessária das estruturas sociais, políticas e econômicas em direção à construção de um mundo justo, ético e centrado no ser humano, independente de poder econômico, gênero, religião e raça. Pois, para Mendes (2015, p.20), “a economia solidária é esse movimento social emancipatório, começando, muitas vezes, em nível “nanoterritorial.”

Em uma sociedade baseada em distopias, a economia solidária, através de práxis e estratégias no espaço, desenvolve-se, ainda que em nanoterritórios, como um sonho de libertação e de emancipação dos sujeitos, como um movimento social que almeja a autonomia e relações que dissolvam ordens de grandeza e de subordinação. (MENDES, 2015)

Para Mendes (2015), a economia solidária, a partir de sua inserção instável no capitalismo, deve ser compreendida em seus nanoterritórios insurgentes, dissidentes, com projetos contrários aos dominantes, com um planejamento próprio, com sua autonomia, como componente característico dos processos de modificação social e espacial. Ainda segundo o autor:

Em síntese, considerando-se as reestruturações produtivas e organizacionais, a reconfiguração de paradigmas e as formas de apropriação do espaço, os territórios, são, na verdade, resilientes. Os territórios resilientes são aqueles que apresentam uma dinâmica econômica própria, abertos política e culturalmente e socialmente inclusivos, além de possuírem robustez e persistência para reagirem às crises e aos eventos disruptivos. (MENDES, 2015, p. 23)

Por fim é relevante salientar, segundo Mendes (2015), que a economia solidária demanda refletir sobre o desenvolvimento territorial segundo a menor escala possível, que pode compreender o bairro, a comunidade, enaltecendo valores que transcendem os econômicos. Assim é nos territórios resilientes, onde acontecem a solidariedade, a igualdade, a autonomia, ou seja, essa outra economia.

## 2.2 Desenvolvimento socioespacial

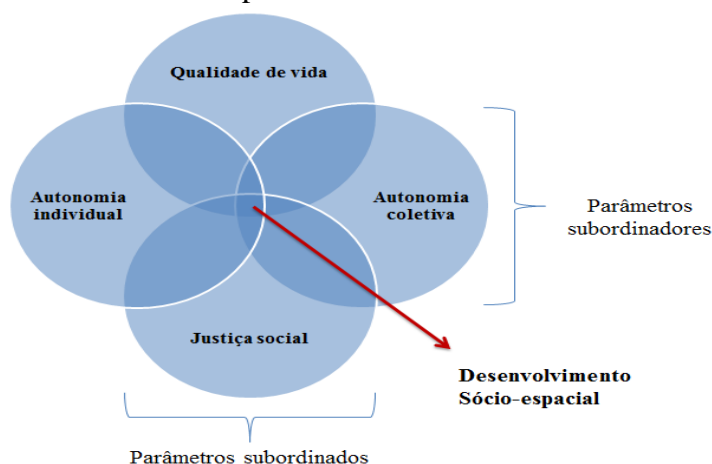
Para Ferraz (2006), a reflexão acerca do desenvolvimento está imersa em complexidade, já que os seus significados se referem a algumas nuances, sendo que esta palavra carrega os mais diversos juízos de valor. Segundo Souza (2013):

O termo desenvolvimento, em si mesmo, nada tem, necessariamente, de teleológico, e muito menos de eurocêntrico ou economicista. Ele existe há muitos séculos, não tendo surgido com a ideologia capitalista do “desenvolvimento econômico” e tampouco se restringindo a ela. Etimologicamente, “desenvolvimento” (e seus equivalentes em outras línguas, do inglês *development* ao alemão *Entwicklung*) significa retirar um “envoltório”, algo que “envolve” alguma coisa. O sentido é cristalino: “liberar”, “retirar obstáculos. (SOUZA, 2013, p. 274)

O conceito de desenvolvimento socioespacial escolhido como referencial para esta pesquisa será então apresentado, pois, tratando-se de economia solidária, sua efetividade será possível por meio da autonomia dos sujeitos, em busca, entre outras coisas, de melhores condições de vida e uma justiça social.

O desenvolvimento socioespacial é definido, em linhas gerais, como melhoria da qualidade de vida e avanço da justiça social. É relevante destacar que as mudanças positivas, no que diz respeito à questão social, devem abarcar as relações sociais vigentes e a dimensão espacial, pois geralmente, quando se trata da temática teórica acerca do desenvolvimento, desconsideram-se a multidimensionalidade e a relevância do espaço. (SOUZA, 2003). Sintetizando o exposto por Souza (2003), tem-se a figura abaixo:

**Figura 5** - O desenvolvimento socioespacial



Fonte: SOUZA (2003)  
Elaborado por BRITSCHGY, L. F. C

Ainda segundo o autor:

Uma vez que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso, podem-se considerar justiça social e qualidade de vida como subordinados à autonomia individual e coletiva enquanto princípio e parâmetro. (SOUZA, 2003, p. 66)

Verifica-se, portanto, a busca do autor por uma ressignificação da palavra desenvolvimento, a qual é usualmente atrelada à questão econômica, sendo lamentavelmente muitas vezes empregada como sinônimo de progresso econômico. Além disso, é relevante questionar até que ponto existe legitimidade no desenvolvimento, quando este está atrelado a efeitos danosos à sociedade e ao ambiente.

Assim, para Souza (2003), a autonomia dos grupos sociais deve ser levada em consideração para a definição dos parâmetros de análise de uma possível mudança social assertiva.

[...] o desenvolvimento é entendido como uma *mudança social positiva*. O conteúdo dessa mudança, todavia, é tido como não devendo ser definido *a priori*, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas. Desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um “desenvolvimento” que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal. (SOUZA, 2003, p. 60-61)

A priori, como descrito acima, o desenvolvimento socioespacial define-se pelo aumento da qualidade de vida e da justiça social. Assim, “no que tange à melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não-básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população”. (SOUZA, 2003, p. 62)

Quanto à justiça social, deve ser levada em consideração a complexidade de sua análise, pois existem diversas perspectivas de sua compreensão e até mesmo julgamentos divergentes do que se considera como sendo, de fato, justiça social. (SOUZA, 2003). Ainda segundo o autor:

Deve-se dizer que o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, ao estabelecer que a satisfação das necessidades básicas dos grupos menos privilegiados terá prioridade sobre a satisfação das necessidades não-básicas dos grupos mais privilegiados. Nenhum dos



dois objetivos é, em última análise, mais importante que o outro. Ambos são imprescindíveis. (SOUZA, 2003, p. 64)

Segundo Souza (2003), para a compreensão e operacionalização do desenvolvimento socioespacial proposto é necessário delinear seus parâmetros. Para tanto, considera-se relevante a conceituação de autonomia individual e coletiva. Sendo assim, a autonomia individual é definida como:

[...] a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos (o que inclui as condições materiais e o acesso a informações confiáveis). (SOUZA, 2003, p. 64)

A autonomia coletiva só é possível a partir de uma sociedade que incorpore em suas instituições valores como a justiça e a liberdade, mas também de cidadãos dotados de pensamento crítico, a fim de resguardar as instituições de possíveis opressões e da alienação. (SOUZA, 2003)

Uma vez que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso, podem-se considerar justiça social e qualidade de vida como subordinados à autonomia individual e coletiva enquanto princípio e parâmetro. (SOUZA, 2003, p. 66)

Portanto, devem-se considerar ambas as vertentes da autonomia como parâmetros subordinadores, e sendo assim o aumento da justiça social e a melhoria na qualidade de vida são seus subordinados. Em outras palavras, com níveis inferiores de autonomia, dificilmente serão alcançados, em uma sociedade, indicadores positivos no que tange à justiça social. Mesmo que a liberdade proveniente da autonomia não seja garantia de decisões que resultem em melhorias na qualidade de vida, sabe-se que sua ausência só inviabilizaria ainda mais esse processo. (SOUZA, 2003)

No entanto, conquanto justiça social e qualidade de vida sejam parâmetros substantivos, eles são constructos extremamente abstratos; de fato, eles devem ser encarados como *parâmetros subordinados* gerais, os quais necessitam ser complementados por *parâmetros subordinados particulares*. (SOUZA, 2003, p. 67)

É necessário, então, definir dois tipos de parâmetros subordinados particulares, levando-se em consideração a especificidade de cada um, partindo-se do princípio de que a justiça social está ligada à esfera pública e à qualidade de vida, e diz respeito, a priori, ao privado. (SOUZA, 2003)

O autor apresenta como exemplo de parâmetros subordinados particulares para a justiça social “o nível de segregação residencial, o grau de desigualdade sócio-econômica e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios.” (SOUZA, 2003, p. 67). Já no que tange à qualidade de vida, “são aqueles relativos à satisfação individual no que refere à educação, à saúde, e à moradia.” (SOUZA, 2003, p. 67)

Para Souza (2003), é necessário adaptar esses parâmetros particulares de acordo com a singularidade de cada situação concreta, tendo sempre como premissa o princípio de autonomia, para que os cidadãos e os grupos envolvidos, em conjunto com pesquisadores, possam (re)construir criticamente os parâmetros particulares levantados num primeiro momento por averiguação empírica e embasamento teórico.

Espera-se que a construção dos parâmetros particulares leve em consideração os apontamentos e demandas levantados pelos atores sociais envolvidos, e não somente as determinações do analista, para que assim os indivíduos possam, de fato, protagonizar a transformação social. (SOUZA, 2003)

O autor questiona se há possibilidade de um desenvolvimento socioespacial apenas com melhorias em relação à justiça social e qualidade de vida, sem progressos na autonomia individual e coletiva. Para ele:

Considerando-se o desempenho de alguns parâmetros particulares e adaptações singularizantes específicos, sim, é possível; no entanto, com muitas reservas, pois se trata de um ganho não defensável quando se alargam os horizontes analíticos (longo prazo e grande escala). Melhorias materiais com tutela significam uma *infantilização* dos dominados/dirigidos. (SOUZA, 2003, p. 71)

Só existe um desenvolvimento socioespacial legítimo quando o avanço no desempenho do primeiro parâmetro subordinado, ou seja, a qualidade de vida caminhe lado a lado com o avanço do segundo parâmetro, a justiça social, devendo também estar alinhado a progressos na autonomia individual e coletiva (parâmetros subordinadores). (SOUZA, 2003)

Outro ponto da maior importância é que, também entre os dois parâmetros subordinados gerais, não deve ser buscada uma relação hierárquica. Entre justiça social e qualidade de vida deve ser enxergada uma relação de complementariedade essencial: qualquer um dos dois, se tomado isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento sócio-espacial; cada um dos dois calibra e complementa o outro. (SOUZA, 2003, p. 72)

Quando se pensa em qualidade de vida deve-se considerar, impreterivelmente, a justiça social, a fim de evitar possíveis erros na análise, como a ocultação de níveis altos de desigualdade ao acesso de recursos para a reprodução da vida, mesmo com um indicador elevado para a maioria dos indivíduos. (SOUZA, 2003)

Já no que tange à elevação na justiça social, levando-se em consideração a igualdade no acesso a decisões e processos participativos, a mesma se viabiliza na prática caso venha encontrar ressonância em melhoria nos níveis de qualidade de vida. (SOUZA, 2003) “Definitivamente, o desenvolvimento socioespacial, referente a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do “desenvolvimento econômico” capitalista.” (SOUZA, 2013, p. 275)

### **2.3 Procedimentos metodológicos**

Para atender às necessidades da reflexão e análise da problemática em questão tomou-se como base: a) a pesquisa bibliográfica, para as contribuições dos autores sobre os temas; b) a pesquisa documental, utilizando-se de documentos nos quais não foram realizados tratamentos analíticos ou que poderiam ainda ser reformulados para atender aos objetivos em questão; c) o método observacional e amostragem de dados e informações primárias não probabilísticas por acessibilidade. (GIL, 2008)

Com relação à pesquisa bibliográfica, foram selecionados livros, artigos científicos, teses e dissertações para o embasamento teórico dos temas que compreenderam essa investigação. Assim, foram utilizadas como referencial teórico para a Economia Solidária, principalmente, as obras dos autores Singer (2002, 2005, 2009), Coraggio (2008, 2009, 2012, 2017), Laville (2001), França Filho & Laville (2004). Para a categoria de análise do território foram utilizados os autores Raffestin (2015), Souza (2000, 2013), Ortigoza (2014) e Mendes (2015).

Para a compreensão do desenvolvimento socioespacial utilizou-se de Souza (2003, 2013); para analisar seus parâmetros subordinadores e subordinados as obras de Castoriadis (1992) e Souza (2013); para discussão da autonomia individual e coletiva, as obras, principalmente, de Herculano (2000); Vitte (2002) para elucidar o conceito de qualidade de vida e, por fim, a noção de justiça social baseou-se essencialmente em Sen (2009).

A pesquisa documental, segundo Gil (2008), possui outro caráter, diferente da pesquisa bibliográfica, no que tange à natureza de sua fonte. Nesse caso foram utilizados documentos de primeira mão, que não tiveram trato analítico, entre eles o Diário Oficial de Rio Claro, localizado no website da Prefeitura Municipal de Rio Claro, para a consulta de leis e decretos referentes à economia solidária no município.

Por meio do website do Ministério do Trabalho foi possível ter acesso ao Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, sendo levantados dados a respeito do número de empreendimentos cadastrados no Brasil e sua distribuição por regiões.

No que diz respeito somente aos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, recorreu-se ao website do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), para ter acesso ao número de associações e cooperativas de catadores no Brasil e sua distribuição regional.

Ainda com relação à pesquisa documental foram utilizados também documentos de segunda mão, que, como define Gil (2008), compreendem materiais que já passaram por algum processo de análise. Assim, recorreu-se ao website do Portal de Convênios do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para acessar todo o material referente ao Projeto 004/SENAES, como o Projeto base, os relatórios de execução, as listas de presença e os diagnósticos dos catadores (cooperado, catador autônomo e catador do aterro sanitário).

Para coletar dados referentes aos recursos financeiros estimados pela Lei Orçamentária Anual, no período de 2008 a 2018, para os programas envolvendo a Economia Solidária, Resíduos Sólidos e o Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários de catadores, utilizou-se do website da Câmara dos Deputados, onde estão localizados os relatórios e documentos organizados por ano. Foi possível, por meio desses dados e informações, fazer análises a respeito dos recursos financeiros destinados ao fomento da economia solidária, verificando suas flutuações e as influências do cenário político nesses investimentos.

A observação, segundo Gil (2008), é um elemento essencial para a pesquisa, sendo empregada na coleta de dados juntamente com demais técnicas ou até mesmo de forma única, sendo adequada para estudos de caráter qualitativo. Nessa pesquisa utilizou-se da observação simples, por meio de inúmeras visitas técnicas in loco, para o conhecimento da Cooperviva e da Associação de Catadores Novo Tempo. O registro das observações foi realizado por meio de anotações, sendo analisadas e incorporadas no decorrer desse texto.

Para a coleta de dados primários optou-se pela amostragem não probabilística por acessibilidade. Segundo Gil (2008, p.94), nesse tipo de amostragem “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos [...]”

Sendo assim, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção dos catadores(as) cooperados, autônomos e do aterro sanitário para a entrevista cujo roteiro consta no apêndice A. Inicialmente delimitou-se uma amostra de 10% de cada um dos atores sociais, os quais foram identificados, segundo o Projeto 004/SENAES, como sendo 42 catadores(as) cooperados, 142 autônomos e 34 do aterro sanitário.

Os 4 catadores(as) cooperados entrevistados foram selecionados a partir das listas de presença das atividades do Projeto (que se encontravam disponibilizadas no website do portal de convênios), utilizando-se como critério o maior número de participação nas atividades e que, concomitantemente, continuavam na Cooperviva.

Para localizar os catadores(as) autônomos recorreu-se às listas de presença das atividades do Projeto onde havia o número de telefone, sendo possível então, por meio de contato telefônico, o agendamento da entrevista. Não foi possível entrevistar os 14 catadores(as) como previsto, pois ocorreram alguns entraves, entre eles a falta do número de telefone na lista, número inválido e doença ou falecimento. Desse modo, foi possível entrevistar 13 catadores(as).

A seleção dos 3 catadores(as) que atuavam no aterro sanitário, e que foram entrevistados, ocorreu também por meio das listas de presença do projeto, levando-se em consideração os catadores que participaram das atividades e que, concomitantemente, fazem parte da Associação Novo Tempo.

Ocorreu também a aplicação de questionário (Apêndice B) com a finalidade de levantar o perfil dos 25 catadores(as) da Associação Novo Tempo e sua situação social e de trabalho.

Ressalta-se que a coleta de dados primários, realizada por meio de entrevista com as Presidentes da Cooperviva e da Associação Novo Tempo, foi fundamental para compreender a dinâmica de funcionamento desses EES. Para tal, foram utilizados dois roteiros (Apêndice C e D) parcialmente distintos, de acordo com as especificidades de cada empreendimento.

Foram realizadas entrevistas com os gestores da política pública de economia solidária no município, no período de 2009 a 2012 e 2013 a 2016, período este em que ocorreram os grandes avanços na política em direção a uma institucionalização (roteiros no apêndice E e F), e realizada também entrevista com o gestor atual, responsável pela política pública de economia solidária (roteiro no apêndice G).

A escolha pela utilização da entrevista se deu devido aos apontamentos de Gil (2008), no que tange ao acentuado emprego dessa técnica de coleta de dados na pesquisa social, sendo que:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação. (GIL, 2008, p. 110)

Assim, as entrevistas foram (semi) estruturadas, com questões abertas possibilitando liberdade nas respostas. Por fim, é relevante salientar que as entrevistas foram registradas por meio de gravação, quando autorizado, sendo transcritas posteriormente, mantendo protegidas as identidades.

**Quadro 3-** Síntese das fontes dos levantamentos de dados

Sujeitos	Primários		Secundários
	Entrevista	Questionário	Relatórios do Projeto 004/SENAES
Catadores cooperados	X		X
Catadores autônomos	X		X
Catadores do aterro sanitário	X		X
Catadores da Associação	X	X	
Presidente da Cooperviva	X		
Presidente da Associação Novo Tempo	X		
Gestor municipal (2009 a 2012)	X		
Gestor municipal (2013 a 2016)	X		
Gestor municipal atual	X		

Elaborado por BRITSCHGY, L. F. C

O esforço analítico construído ao longo dessa dissertação e que abrangeu todas as informações coletadas por meio da pesquisa direta foi extremamente relevante para que pudéssemos compreender as principais questões levantadas no desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, podemos dizer que essa pesquisa de mestrado contribuiu com o avanço nos debates sobre os temas em questão, pois procurou, em todos os momentos das análises, conjugar os problemas detectados in loco com as reflexões já elaboradas por outros autores.

### **3. CONDIÇÕES DE TRABALHO, VIDA E CONFLITOS DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DE RIO CLARO- SP**

O presente capítulo foi organizado para responder ao primeiro objetivo específico, buscando primeiramente, por meio de dados secundários provenientes da Prefeitura Municipal de Rio Claro e de dados primários coletados por meio de aplicação de questionário, compreender os principais conflitos e contradições no cotidiano de trabalho e vida dos catadores(as).

#### **3.1 Os Catadores de Materiais Recicláveis e os Empreendimentos Econômicos Solidários**

O desenvolvimento da industrialização, aprofundado na metade do século XX, concomitante ao aumento da população nas cidades e ampliação do consumo, determinou, inicialmente, a formação e o crescimento do número de trabalhadores buscando desenvolver a atividade de coleta de materiais recicláveis. (LIMA, 2013b) Além disso, a intensificação dos processos migratórios, no período, acarretou um inchaço das cidades e a elevação do número de pessoas sem acesso ao mercado de trabalho, restando-lhes, para sua sobrevivência, a coleta de resíduos em lixões e pelas ruas. (LIMA, 2013b)

Verifica-se no livro da escritora Carolina Maria de Jesus (1996), o registro do seu cotidiano, que inclui a luta diária para sua sobrevivência a partir do desenvolvimento da atividade de coleta de material reciclável, na cidade de São Paulo, no século XX, enfrentando dificuldades e preconceitos por ser mulher, catadora e negra, em um país onde a desigualdade social se apresenta de forma gritante. Como no trecho abaixo:

[MUITAS FUGIAM AO ME VER]

Muitas fugiam ao me ver  
Pensando que eu não percebia  
Outras pediam pra ler  
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava  
Para custear o meu viver  
E no lixo eu encontrava livros para ler  
Quantas coisas eu quiz fazer  
Fui tolhida pelo preconceito  
Se eu extinguir quero renascer  
Num país que predomina o preto



Adeus! Adeus, eu vou morrer!  
E deixo esses versos ao meu país  
Se é que temos o direito de renascer  
Quero um lugar, onde o preto é feliz.  
Carolina Maria de Jesus, 1996 em Antologia pessoal. (Organização José Carlos Sebe Bom Meihy)

Jesus (1996) consegue, a partir do texto que escreveu, fazer denúncias e demonstrar as dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos catadores. Na atualidade, nos deparamos com o mesmo cenário de preconceito e exclusão com esses trabalhadores, que exercem a atividade de coleta pelas ruas das cidades. Mesmo com o passar do tempo são notórios o estigma social e a invisibilidade que recaem sobre essa classe de trabalhadores. Segundo Lima (2013b):

Nas cidades brasileiras, a figura do catador não era reconhecida pelo poder público, que julgava não ter nenhuma obrigação de se envolver e apoiar; poucos olhares atentavam a esses trabalhadores, escravizados pelos grandes sucateiros e atravessadores detentores dos meios e das condições para o destino final do resíduo reciclável, utilizando-os como extensão na busca de materiais e exploração da mão de obra, onde a remuneração pelo material coletado é insignificante. (LIMA, 2013b, p. 19)

Sabe-se que os catadores podem desenvolver suas atividades individualmente ou coletivamente, podendo ocorrer sob o formato de cooperativas, associações, entre outras formas coletivas de trabalho. Essas formas de organização encontram-se em desenvolvimento no Brasil. (SCHNEIDER; COSTA; MESQUITA, 2017) Os que optam pelo trabalho individual percorrem as ruas em busca do material reciclável e/ou ainda recorrem a lixões e aterros sanitários.

O aumento no número de pessoas exercendo essa atividade está diretamente ligado à situação de extrema pobreza. Em busca de resíduos recicláveis, um contingente de catadores garimpa o lixo disposto pela população nas ruas ou vai em direção a lixões para ter acesso a esse material. Com a finalidade de sobrevivência, realizam a venda do material possibilitando o sustento de suas famílias, mesmo que em condições ruins, no que tange à qualidade de vida. (PINHEL, 2013)

Para Stroh e Santos (2007), a atividade de coleta dos materiais desenvolvida pelos catadores expande-se como um componente inerente ao processo de industrialização, ao exponencial aumento da população urbana, sendo amparada pelo atendimento e satisfação das demandas desse crescente número de consumidores. O crescimento da sociedade industrial nas nações periféricas do capitalismo baseia-se,

entre outros fatores, no consumo exacerbado de mercadorias e no aumento dos materiais descartáveis, provocando um excessivo aumento na produção de resíduos sólidos no meio urbano.

O capitalismo industrial, na capacidade de potencializar e explorar economicamente os riscos que produz, introduz um novo segmento no seu interior: o da reciclagem industrial de materiais descartados do consumo, ao qual está marginalmente integrado um contingente operário de catadores de materiais recicláveis. (STROH; SANTOS, 2007, p. 136)

Verifica-se assim, em nossa sociedade, uma contradição. De um lado, o estímulo ao consumo desenfreado de bens e mercadorias, que cada vez mais rápidos são substituídos aumentando a produção de resíduos sólidos; de outro lado tem-se a presença de uma parcela da população que se encontra privada desse ciclo do consumo, mas que, ao mesmo tempo, depende do descarte desses materiais para sua reprodução.

Segundo Santos (2007), o consumo representa, na contemporaneidade, uma forte questão no que tange a seus desdobramentos com relação às relações sociais, os hábitos de vida e a construção da individualidade, sendo considerada perversa a maneira como vem transformando essas relações e os valores ao longo do tempo. Ainda segundo o autor:

A glorificação do consumo acompanha-se da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade, que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos. (SANTOS, 2007, p. 49)

É relevante destacar o importante papel desempenhado pelo notável contingente de catadores(as), os quais desenvolvem um complexo número de atividades que incluem a coleta, triagem baseada na categoria do resíduo, compactação e acondicionamento, para só assim realizarem a comercialização do material. (GUTIERREZ; ZANIN, 2011)

Ao exercerem essa atividade, são os maiores responsáveis no Brasil para a inserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem de resíduos. No entanto, essas catadoras e catadores, que trabalham de maneira individual nas ruas ou organizados em cooperativas e associações, são ainda o elo mais frágil e penalizado dessa cadeia produtiva. (GUTIERREZ; ZANIN, 2011, p. 114)

No Brasil, segundo o Ipea (2013), a partir dos dados do IBGE de 2010, 387.910 pessoas declararam exercer a atividade de coleta de material reciclável. Verifica-se que esse dado pode estar abaixo da realidade devido às dificuldades apresentadas durante a pesquisa do Censo. Esse número, porém, não está muito distante da estimativa do “Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos, realizado pelo Ipea, em 2012, que apontava a possibilidade de um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadoras e catadores, considerado a partir de diversas fontes de dados sobre o tema.” (IPEA, 2013, p. 9)

Após a verificação do crescimento no número desses trabalhadores, ao longo do século XXI, os quais encontraram na atividade a possibilidade de inclusão marginal social e produtiva nos resquícios da sociedade de consumo, observou-se também que eles têm buscado formas coletivas de organização, entre elas, cooperativas e associações visando angariar maiores rendimentos para a sobrevivência.

Para Pinhel (2013), na década de 1990 ocorreu a ampliação de ações voltadas à coleta seletiva e à inserção dos catadores, essencialmente em virtude de políticas visando à gestão adequada dos resíduos sólidos, amparadas pelo poder público, organizações não ligadas a governos, incubadoras, entre outras. Em decorrência disso, ocorreu o surgimento de alternativas visando ao fortalecimento e à emancipação desses trabalhadores. O modelo de cooperativa corresponde a uma dessas alternativas e vem se mostrando bem eficiente.

O marco legal principal referente ao cooperativismo no Brasil encontra-se, basicamente, na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. A primeira lei se preocupou em definir a Política Nacional de Cooperativismo, instituir as especificações acerca do regime jurídico das sociedades cooperativas e demais providências. Segundo o capítulo II, artigo 4ª da referida lei, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, 1971)

Já a lei posterior, de 2012, “dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP, e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, [...]”. (BRASIL, 2012) Nas disposições iniciais a referida lei, em seu capítulo I, artigo 2º (BRASIL, 2012), discorre acerca de uma conceituação de cooperativa de trabalho:

Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Para Pinhel (2013), as cooperativas de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis representam uma união voluntária de indivíduos visando atingir um propósito socioeconômico e cultural. Na maioria das vezes iniciam-se informalmente e, em seguida, podem buscar, por meio de parcerias, o fomento e a consolidação do empreendimento. A emergência por se organizar vem do fato de que assim podem obter melhores condições na comercialização e negociação junto a sucateiros e empresas que adquirem o material.

Essas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sendo cooperativas de trabalho, segundo a legislação, devem possuir os princípios e valores dispostos no artigo 3º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012:

“I - adesão voluntária e livre;  
II - gestão democrática;  
III - participação econômica dos membros;  
IV - autonomia e independência;  
V - educação, formação e informação;  
VI - intercooperação;  
VII - interesse pela comunidade;  
VIII - preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;  
IX - não precarização do trabalho;  
X - respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei;  
XI - participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.” (BRASIL, 2012)

Para Baptista (2014), embora as cooperativas se originem sob os ideais solidários, deve-se atentar para o fato de que as desigualdades intrinsecamente ligadas ao sistema dominante continuam, muitas vezes, sendo reproduzidas.

Ainda que nascidas sob preceitos cooperativistas e solidários, as cooperativas inserem-se em um cenário em que prevalecem as desigualdades, nos mais diversos aspectos (econômico, social, político, institucional, etc.), que impactam na própria forma de associação entre as pessoas e entre as cooperativas. Ou seja, entre os que estão à margem, ainda há a reprodução de desigualdades operando. As relações sociais são díspares, e este é o desafio dos sistemas cooperativistas: iniciar as bases pautadas pela igualdade e mantê-las posteriormente. (BAPTISTA, 2014, p. 138)

Mesmo com os membros dos empreendimentos solidários orientados para a ação coletiva, igualitária e democrática, não se pode desconsiderar o panorama macro como referencial, baseado nos valores hierárquicos, competitivos, voltados à maximização do lucro fundamentado no capitalismo. (BAPTISTA, 2014)

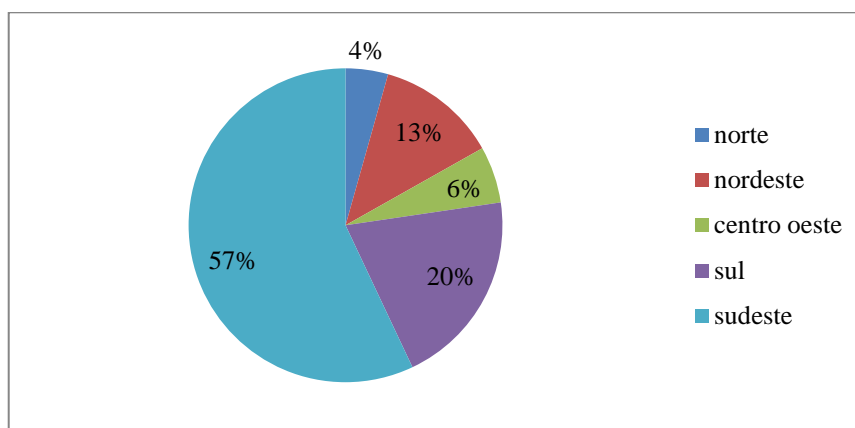
Outra forma jurídica encontrada para os empreendimentos é a associação sob o embasamento legal por meio da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil. As associações segundo a lei devem possuir um estatuto que contemple alguns requisitos, e entre eles é relevante ressaltar a necessidade de conter: a denominação, a finalidade e a sede da associação; especificações referentes à entrada, saída e exclusão dos associados; direitos e deveres dos membros; a origem de recursos para sua sustentação, entre outros. (BRASIL, 2002)

Para Pinhel (2013), o que difere a cooperativa da associação é sua natureza, sendo que o objetivo da associação compreende “[...] a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado.” (PINHEL, 2013, p. 20)

A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo. A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, ao engessar o capital e o patrimônio. Em compensação, apresenta algumas vantagens para grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor, assim como é menor o número de associados necessários para a formalização do empreendimento. (PINHEL, 2013, p. 20)

Ambas, cooperativas e associações, são consideradas como empreendimentos econômicos solidários, sendo que essas experiências estão se difundindo por todo o país, promovendo o fortalecimento da categoria e mitigando os riscos atrelados à atividade e à extrema pobreza. Verificou-se no Brasil a presença de aproximadamente 891 empreendimentos, entre cooperativas e associações de catadores, segundo levantamento no CEMPRE (2018). O gráfico 2, abaixo, apresenta a distribuição desses empreendimentos por região.

**Gráfico 2** - Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis por região.



Fonte: CEMPRE, 2018.  
Elaborado e organizado por BRITSCHGY, L. F. C

Com relação a sua distribuição por regiões, tem-se a predominância na região sudeste, representando 57% do total, seguida da região sul com 20%. Além de a região sudeste concentrar grande parte dos empreendimentos, ela também possui, segundo o Ipea (2013), o maior contingente de catadores. Destaca-se o estado de São Paulo possuindo o maior número de cooperativas e associações, sendo 281 segundo o CEMPRE (2018).

Buscando a organização e valorização do trabalho do catador, foi instituído em 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2011). É um movimento social de grande representatividade para a categoria, pois busca o protagonismo popular da classe, historicamente oprimida pela sociedade, tendo como “[...] princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome.” (MNCR, 2015)

O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol do seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações no seu perfil. (PINHEL, 2013, p. 27)

Ocorreram assim alguns avanços para essa classe de trabalhadores, provenientes de sua articulação, entre eles o seu reconhecimento como ocupação, legitimada em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). “A CBO é o documento que

reconhece, nomeia e codifica os títulos, além de descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, abordando habilidades complexas.” (PINHEL, 2013, p. 27)

Outro fato relevante diz respeito ao avanço nas discussões sobre a cadeia produtiva da reciclagem e, conseqüentemente, sobre o trabalho do catador, refletindo na criação recente de um marco regulatório, constituído pela Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para Schneider, Costa e Mesquita (2017), esta política representou um progresso em relação à disposição e destinação de resíduos, englobando uma perspectiva ambiental, social e econômica.

Destaca-se a importância do papel do catador para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Segundo o artigo 8º do capítulo III, são instrumentos dessa Política “IV - incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”. (BRASIL, 2010)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos busca resolver o problema da gestão de resíduos do ponto de vista técnico e econômico, e tem como objetivo contribuir para a inclusão social das catadoras e dos catadores de material reciclável, permitindo-lhes melhores condições de trabalho e acesso a serviços públicos. (IPEA, 2013, p. 7)

Porém, o que ainda se observa é um apoio econômico e político, entre outros, insuficiente do poder público, em alguns casos até inexistente, para o desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos formados pelos catadores, comprometendo o cumprimento da PNRS e da sustentabilidade dos empreendimentos no longo prazo. É necessária uma estrutura mínima para a atividade, composta minimamente de um espaço físico, recursos para sua manutenção e investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos, e para isso é importante ter recursos financeiros, o que, na maioria das vezes, falta aos catadores.

Segundo Baptista (2014), objetivando a busca pela manutenção do empreendimento, as cooperativas correm o risco de utilizar estratégias competitivas, acabando muitas vezes por flexibilizar seus valores solidários, visando alcançar os resultados econômicos necessários. Esse processo pode acarretar, em longo prazo, um desvio do ideal da economia solidária, indo em direção ao modelo capitalista baseado na racionalidade. Para o autor, investir em formação na temática da economia solidária e do cooperativismo a partir de um viés crítico é uma alternativa para minimizar esse cenário.

[...] é necessário o investimento nos processos formativos voltados à educação crítica e ao desenvolvimento das cooperativas pautadas pela solidariedade e cooperação com vistas à criação e manutenção da lealdade aos compromissos do empreendimento solidário e ao projeto coletivo. Mas essa é uma via de mão dupla: requer esforços tanto dos associados quanto do empreendimento em si, uma vez que na proposta da Economia Popular e Solidária uma associação entre iguais em si não garante que a solidariedade seja percebida como basilar ao processo produtivo e ao desenvolvimento do empreendimento. (BAPTISTA, 2014, p. 139)

A partir do desenvolvimento dos empreendimentos formados pelos catadores no município de Rio Claro, procuramos investigar como tem ocorrido o processo de organização desses trabalhadores, de que maneira estão se movimentando para enfrentar as dificuldades e quais suas estratégias visando à sustentabilidade em longo prazo. A análise da Cooperviva, da Associação de Catadores de Material Reciclável Novo Tempo e dos catadores autônomos em Rio Claro nos permitirá compreender como esses diferentes grupos de trabalhadores se situam frente às questões aqui colocadas.

### **3.2 A Cooperviva e os catadores cooperados**

A Cooperviva foi fundada em 2002, embasada na Lei Federal n. 5.764/71, enquadrada como Sociedade Cooperativa sem fins lucrativos, tendo como função social a livre associação de trabalhadores que se utilizam da coleta de materiais recicláveis para a geração de trabalho e renda, a partir da cooperação e de condições dignas para o desenvolvimento das atividades. (GODOY, 2005)

A formação da cooperativa representa a concretização de um projeto coletivo dos catadores, a fim de se protegerem do cenário de precarização do trabalho, encontrando nos princípios solidários embasamento para a prática da autogestão do empreendimento e a inclusão social e produtiva.

Para Singer (2002), o desenvolvimento da economia solidária está sujeito, especificamente, à organização baseada na igualdade dos sujeitos que se associam objetivando, por exemplo, a produção, o comércio e consumo, fundamentados no princípio de associação entre iguais, ao contrário do predominante contrato entre desiguais.

Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. [...]. E não há competição entre



os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER, 2002, p. 9).

Ao longo de sua trajetória, a Cooperviva passou por inúmeras mudanças, entre elas a localização e a estrutura do empreendimento, o número de cooperados, a quantidade de máquinas e equipamentos, a ampliação dos bairros atendidos pela coleta seletiva, além de conseguir firmar, ao longo do tempo, parcerias com atores públicos e privados, como, por exemplo, via projetos, objetivando melhorias nas condições de trabalho e a autonomia do empreendimento.

Segundo Lima (2015), inicialmente a cooperativa era formada por 30 pessoas, exercendo as atividades em uma área de 2.205 m<sup>2</sup> com 805 m<sup>2</sup> de área construída, local cedido pelo poder público municipal provisoriamente, por meio do decreto nº 7225, de 29 de novembro de 2004. Em 2005, Godoy (2005) aponta que a Cooperviva era constituída por 24 cooperados que realizavam a coleta seletiva porta a porta em 28 bairros, acompanhados de 2 caminhões do tipo baú, cedidos pela Prefeitura, para o transporte do material.

Acompanhando o processo de fortalecimento da política pública de economia solidária, ocorrido a partir de 2009, verificou-se uma retomada dos investimentos e apoio do poder público municipal, com o objetivo de expandir a capacidade da coleta seletiva, buscando a melhoria da infraestrutura de trabalho, das máquinas e equipamentos, com o objetivo de fortalecer a cooperativa.

**Figura 6** - Instalações da Cooperviva



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2017

A Cooperviva, desde 2011, encontra-se localizada no Distrito Industrial, espaço mais amplo constituído de duas áreas construídas. Uma importante conquista para esses trabalhadores ocorreu por meio da lei nº 4652, de 17 de dezembro de 2013, quando o

município promoveu uma concessão de direito real de uso desse espaço pelo prazo de 30 anos prorrogáveis por mais 30 anos. (LIMA, 2015)

A cessão de uso desse espaço, totalizando aproximadamente 7.000 m<sup>2</sup>, foi um importante passo em direção à valorização do trabalho do catador, bem como de sua prestação de serviço, que ainda não é remunerada pelo poder público municipal. Os rendimentos da Cooperviva, até o momento, são provenientes apenas da comercialização do material coletado, não existindo ainda remuneração da força de trabalho.

Em entrevista com a Presidente da Cooperviva foi averiguado que a cooperativa pertence à rede Anastácia, composta por treze cooperativas que possuem articulação com o MNCR e que mensalmente se reúnem para discutir formas de fortalecimento, trocar experiências e conhecimento entre os membros. Além disso, as cooperativas que compõem a rede promovem assistência técnica entre os membros, ou seja, qualquer cooperativa que necessite de ajuda pode entrar em contato para obter auxílio das demais na dificuldade enfrentada.

Ainda conforme a Presidente, a rede existe desde 2015, sendo formalizada em 2016, e possui um presidente. É uma cooperativa de 2º grau, ou seja, é uma cooperativa de cooperativas, cujo objetivo futuro é o de realizar a comercialização em conjunto, transpondo assim o atravessador que somente explora o trabalho do catador, para conseguir melhores condições de venda diretamente para a indústria.

No que tange ao envolvimento da Cooperviva em eventos, tem-se uma média de participação de 3 eventos por semestre, incluindo seminários, rodas de conversa e fóruns, pontua a Presidente. Buscam-se nesses encontros, segundo ela, a troca de conhecimentos, informações e a divulgação do trabalho, podendo dizer que esses encontros são uma forma de formação política, cultural e de fortalecimento da classe.

Foi nos informado ainda que a Cooperviva firmou parcerias com agentes privados, com a finalidade de melhorar os processos que envolvem a qualidade e quantidade da triagem do material, garantindo preços melhores para a sua comercialização. Segundo Lima (2013a), por meio da parceria com o CEMPRE a cooperativa recebeu máquinas e equipamentos, entre eles, balança, equipamentos de proteção individual, entre outras, além de proporcionar formações para a gestão do empreendimento.

A parceria com o Instituto Consulado da Mulher proporcionou equipar o refeitório com eletrodomésticos, utensílios de cozinha, além de material de higiene e

limpeza, tornando o ambiente de trabalho mais adequado às necessidades dos trabalhadores. Em 2013, a parceria com a Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos) e Abipla (Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza) disponibilizou, por meio do Projeto “Dê a Mão para o Futuro”, recursos financeiros para a aquisição de equipamentos, entre eles um caminhão de pequeno porte, além de formações e assistência técnica por 24 meses. (LIMA, 2015)

Essa investigação nos permitiu observar que a Cooperviva tem proporcionado meios de concretização de algumas experiências de justiça social a partir da participação dos cooperados em processos decisórios, ocupando espaços de representação na vida pública. Neste contexto, destaca-se que a Cooperviva, até 2017, era membro do Conselho Municipal de Economia Solidária. Assim sendo, teve importante participação na Conferência Municipal de Economia Solidária, com direito a voz e voto, bem como na elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária, segundo levantamento de informações.

**Figura 7** - Máquinas e equipamentos da Cooperviva



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2017

A respeito dos meios de produção a Cooperviva, segundo informações da Presidente, tem atualmente 4 prensas, sendo 3 em funcionamento; 1 esteira para a triagem do material; 1 caminhão baú de pequeno porte; 3 carrinhos manuais para o transporte do material no interior do barracão e 3 computadores.

Para Gaiger (2003), no cenário atual as cooperativas solidárias, fundamentadas na autogestão, encontram como desafio resistir aos efeitos do ambiente econômico capitalista predominante e, conseqüentemente, às regras do jogo voltadas para acumulação, pois que, para sobreviver, muitas vezes acabam por empregar a base

técnica capitalista. Isso impõe limites ao desenvolvimento pleno da economia solidária, permitindo, em muitos casos, concessões em seus valores.

Com relação à referida esteira, foi adquirida com recursos financeiros do Projeto 004/SENAES, o qual será mais bem detalhado no decorrer do texto. Esta esteira foi de extrema relevância para melhorar o processo de triagem do material. Porém, segundo informações da Presidente, como ela não se encontrava ergonomicamente adaptada para o trabalho, foi necessária uma reformulação para que a mesma atendesse às reais necessidades dos trabalhadores.

**Figura 8** - Esteira reformada instalada no novo barracão da Cooperviva



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2017

Ainda segundo a Presidente, por meio de um recurso destinado por mais um convênio firmado com a Abihpec, em 2016, foi possível a realização de uma reforma, a partir dos apontamentos dos cooperados. A mesma resultou na utilização de aproximadamente 70% da esteira original, a qual foi adaptada com uma plataforma elevada que, além de otimizar o espaço, favoreceu a saúde dos trabalhadores evitando assim esforços desnecessários.

Objetivando expandir a capacidade de trabalho e aumentar o número de cooperados, segundo a Presidente, identificou-se a necessidade de construir mais um barracão. Por meio dos recursos financeiros do convênio com a Abihpec foi possível a ampliação da infraestrutura. Este novo barracão foi inaugurado em meados de 2017. O novo espaço melhorou as condições de trabalho, sendo composto de um barracão para o armazenamento e triagem do material, um escritório e dois banheiros.

No decorrer dessa investigação constatou-se uma autonomia do empreendimento na medida em que o próprio grupo define o processo de trabalho, venda e comercialização dos materiais, além de estabelecer as prioridades para a melhoria do

trabalho, tendo como exemplo a reforma da esteira e a construção do barracão, descritas anteriormente.

A Presidente apontou que, em 2013, Rio Claro foi a primeira cidade do estado a celebrar o convênio com a Abihpec. A cooperativa também foi a pioneira em receber um caminhão do tipo baú e recursos para a construção de um espaço físico. É relevante ressaltar que esse investimento só foi possível devido à cessão de uso do espaço por 30 anos prorrogáveis por mais 30, concedida pelo município. Assim, o espaço físico acabou sendo a garantia de que o barracão construído seria utilizado de fato pela cooperativa.

A partir de 2014 houve ampliação na coleta seletiva no município, buscando atender 100% dos bairros. Porém, com o número limitado de caminhões, o que se observou foi a impossibilidade de percorrer todas as ruas de todos os bairros. Apenas com quatro caminhões disponibilizados pelo poder público ficava inviável atender toda a demanda, afirmou a Presidente da Cooperviva.

Como a cooperativa depende exclusivamente da quantidade do material coletado para sua manutenção, verificou-se que até 2017 o valor total de material arrecadado era de 160 toneladas por mês, sendo composto de 20 toneladas de rejeitos que não possuem valor de mercado e de 140 toneladas de resíduos sólidos recicláveis comercializados, segundo informações da Presidente.

A Cooperviva tem verificado uma brusca diminuição na quantidade de material coletado, apontando como fatores a diminuição da adesão da população em realizar a separação, a não disponibilização do material nos dias adequados da coleta seletiva e o insuficiente número de caminhões disponibilizados para a coleta.

Muitos moradores que não guardam, jogam junto com o lixo e os lixeiros são obrigados a levar o material, eles mesmos falam que têm ordem para levar, dá dó depois chega no outro dia que a gente vai fazer o setor não tem material porque foi para o lixo. Tem material, Rio Claro é uma cidade grande, tem material para todo mundo o duro é que vai para o aterro. (Presidente da Cooperativa).

Além desses problemas, uma nova Associação de catadores passou a trabalhar em 22 bairros e obteve 1 caminhão para a realização dessas coletas. Essa Associação iniciou suas atividades somente em maio de 2017 e é um dos resultados do projeto 004/SENAES. A formalização desse novo coletivo de catadores ocorreu em outubro de

2016, sendo denominado de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Tempo, a qual será detalhada posteriormente.

Segundo a Presidente da Cooperviva, após o início das atividades da Associação, os problemas envolvendo a quantidade de material coletado se intensificaram, gerando uma preocupação com a possível queda no valor arrecadado com a venda, refletindo no valor de retirada dos catadores.

Verifica-se, assim, um conflito entre os empreendimentos, pois a questão do limitado número de caminhões, que já representava uma vulnerabilidade para a Cooperviva, agora se expandiu com a criação da Associação Novo Tempo, promovendo divergências e fragmentação da classe de catadores, o que não deveria ocorrer, pois, segundo o artigo 6º, que discorre acerca dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, deveria haver a “articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos.” (BRASIL, 2010)

Ou seja, para o cumprimento da lei o poder público tem responsabilidade com o adequado gerenciamento dos resíduos, devendo prover subsídios que apoiem o trabalho dos catadores, que se encontram como parte fundamental da cadeia de reciclagem, colaborando para a gestão e redução dos resíduos sólidos recicláveis que comprometem a vida útil dos aterros sanitários.

Desde o início das atividades da Cooperviva a coleta era realizada porta a porta, ou seja, os catadores passavam pelas casas recolhendo o material, o que proporcionava visibilidade do seu trabalho e desenvolvimento de vínculos com a população. Porém, há 7 anos ocorreu uma mudança nesse processo, passando o mesmo a ser realizado de forma parecida com a coleta de lixo comum. Assim foram estipulados dias em que o caminhão da coleta seletiva passa pelos bairros e a população dispõe o material em frente a sua residência. Segundo a Presidente da Cooperviva:

A cooperativa é só reconhecida quando os catadores tão na rua, se vê quanto tempo faz que nós saímos da rua até o morador ter confiança em nós demora, se vê bairro bom nosso aí hoje tá dando 2 *bag* de material, porta a porta, faz três semanas que nós voltamos.

Como vimos, é necessário buscar soluções para os problemas apontados, de forma solidária e colaborativa, priorizando e incentivando o protagonismo e a autonomia dos catadores, o que, inclusive, é apontado como necessário pela PNRS.

### 3.2.1 O perfil dos cooperados e sua situação social e de trabalho

A fim de compreender o perfil e a situação social dos 42 cooperados, serão apresentados dados secundários que estão disponíveis no diagnóstico das potencialidades socioeconômicas dos catadores e catadoras da cooperativa de resíduos sólidos do município de Rio Claro- SP<sup>8</sup>.

A priori, é fundamental trazer algumas informações observadas ao analisar o diagnóstico e os relatórios de execução do Projeto 004/SENAES. Verificaram-se algumas diferenças nos questionários aplicados aos catadores da Cooperviva, aos autônomos e aos catadores do aterro sanitário. Primeiramente, entende-se que existem especificidades a serem compreendidas em cada um dos atores sociais, por isso a necessidade de incluir e/ou excluir itens a serem levantados.

Outro ponto observado diz respeito à diferença no período de levantamento dos dados, sendo que as entrevistas com os catadores do aterro sanitário foram realizadas em 2014, as dos catadores autônomos entre 2014 e 2015 e somente em 2016 foram entrevistados os catadores da Cooperviva.

É relevante destacar que ocorreu o acesso apenas do documento contendo o diagnóstico com os dados já compilados, não sendo disponibilizado o banco de dados. Dessa forma, optou-se por organizar as informações em uma tabela síntese, conforme disponível abaixo, para melhor compreensão e posterior discussão dos principais indicadores.

**Tabela 2** - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores (as) de material reciclável da Cooperviva – Rio Claro - SP

Categoria	Indicadores	Catador cooperado
Demografia	Total de catadores (as)	42
	% de mulheres	62%
	% de homens	38%
	% de negros ou pardos	77%
	% de brancos	23%
Faixa etária	% até 18 anos	5%
	% de 19 a 25 anos	17%
	% de 26 a 35 anos	36%
	% de 36 a 50 anos	28%
	% acima de 50 anos	14%
Domicílio	% domicílio próprio	36%
	% domicílio alugado	49%
	% domicílio cedido	13%

<sup>8</sup>A elaboração do diagnóstico foi uma das metas do Projeto 004/SENAES.

	% domicílio invadido	2%
Principal renda familiar	% de catadores(as) que possuem a sua renda como a principal renda familiar	67%
	% de catadores(as) que possuem a renda do companheiro(a) como a principal renda familiar	19%
	% de catadores (as) que possuem outra fonte de renda como a principal renda familiar	14%
Renda	% de catadores(as) com retira mensal de até R\$1.000,00	86%
	% de catadores(as) com retira mensal acima de R\$1.000,00	14%
Escolaridade	% de Analfabeto	7%
	% de Alfabetizado	12%
	% de Ensino fundamental I e II	64%
	% de Ensino médio	12%
	% de Ensino superior	5%

Fonte: RIO CLARO, 2016b.

Elaborado e adaptado por BRITSCHGY, L. F. C

A primeira questão que se destaca é referente ao gênero, que mostra um percentual significativo de mulheres no empreendimento, representando 62% do total de cooperados. A cooperativa é uma alternativa que as mulheres encontram para superar as desvantagens do mercado de trabalho formal e que, por apresentar um paradigma de trabalho permeado por valores solidários, sem hierarquia, conseguem se adequar entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Segundo Paiva (2016):

Sendo as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e submetidas ao trabalho precário e informal, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis oferecem uma oportunidade de acesso ao trabalho e à renda, garantindo o sustento e até mesmo a inclusão social de milhares de mulheres. (PAIVA, 2016, p. 168 - 169)

Para Carvalho & Rondini (2017), os dados corroboram para a relevância do fortalecimento e expansão de políticas públicas voltadas às mulheres, como o Programa Minha Casa Minha Vida<sup>9</sup> (MCMV), Bolsa Família<sup>10</sup>, entre outros, contribuindo para a garantia de direitos e emancipação desse público alvo que no Brasil, na sua maioria, é arrimo de família.

<sup>9</sup>“É uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda.” (CAIXA, 2018a).

<sup>10</sup>Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), é um programa que atende às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, podendo fazer parte do programa “todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais; famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.”.



Verificou-se ainda que 77% do total de cooperados se declararam negros ou pardos, podendo-se inferir então que a cooperativa é formada em grande parte por mulheres negras ou pardas. Sobre o alto índice de negros ou pardos nessa atividade, tem-se uma forte relação com fatores históricos de exclusão social e econômica enfrentados por essa população, restringindo-se a limitadas possibilidades de trabalho e emprego, ligadas muitas vezes a atividades de menor remuneração.

Verificou-se que grande parte da população negra não esteve incluída no desenvolvimento das cidades nem acompanhado as transformações do mundo do trabalho, restando-lhes, em muitos casos, a ocupação das periferias, os trabalhos precarizados e informais, indo também parte da população em direção ao trabalho de coleta e reciclagem. (CHERFEM, 2016)

Deste modo, observa-se um acúmulo histórico de desigualdades no trabalho da população negra, o que acaba influenciando a divisão racial do trabalho no Brasil, existente até os dias atuais, bem como sendo uma das explicações para a grande quantidade desta população em cooperativas de ES, sobretudo no setor de reciclagem. (CHERFEM, 2016, p. 50)

Com relação à formação etária dos cooperados, observou-se que 36% se encontram na faixa de 26 a 35 anos, abaixo da média nacional que, segundo o IPEA (2013), por meio dos dados do IBGE de 2010, aponta como 39,4 anos a média de idade das catadoras e catadores. Ainda segundo o estudo no estado de São Paulo, o maior percentual de catadores encontra-se na faixa etária de 30 a 49 anos, não estando muito diferente da realidade da Cooperviva, ao se verificar que 64% dos cooperados estão na faixa etária de 26 a 50 anos.

No que tange à situação do domicílio, verifica-se que 49% dos cooperados possuem residência alugada, dependendo do valor de retirada mensal para essa despesa. O cenário de incerteza com relação à queda na quantidade de material coletado, exposto pela Cooperativa, reflete em uma questão básica para a sobrevivência desses indivíduos, o direito à moradia.

Os dados apontam ainda que 13% dos cooperados possuem domicílio cedido e 2% invadido, o que mostra a necessidade de se verificar junto à Secretaria Municipal de Habitação se esses trabalhadores já se encontram cadastrados ou se necessitam realizar cadastro, o qual possibilita, entre outras coisas, o acesso mediante seleção e critérios estabelecidos em programas como o MCMV.

Ao verificar os dados acerca da renda, é notório que para 67% dos cooperados a renda principal de suas famílias é proveniente do trabalho na cooperativa, ou seja, verifica-se uma grande dependência para o sustento das famílias dos rendimentos do empreendimento, cumprindo até o momento seu papel de inclusão social e produtiva e melhoria da qualidade de vida de seus cooperados. Verifica-se que 86% dos cooperados apresentam uma retirada de até R\$1.000,00, sendo a diferença no valor das retiradas explicada por Singer (2002, p. 12):

Na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. [...] Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e manual.

No que compreende à escolaridade, tem-se que 37% dos cooperados possuem ensino fundamental I, 27% possuem ensino fundamental II, e os cooperados que possuem ensino superior são haitianos que não conseguiram emprego no mercado de trabalho formal, encontrando na cooperativa uma alternativa de trabalho e geração de renda.

Em síntese, o perfil social e profissional dos cooperados é formado majoritariamente por mulheres (62%), negras ou pardas (77%), com faixa etária de 26 a 50 anos (64%), possuem domicílio alugado (49%), sua principal renda é proveniente dos rendimentos da cooperativa (67%), com retirada mensal de até R\$1.000 (86%) e baixa escolaridade, com ensino fundamental I ou II (64%).

### **3.3 Catador autônomo**

Os catadores autônomos, reconhecidos popularmente por “carrinheiros”, compõem o cenário urbano de Rio Claro, desenvolvendo a coleta seletiva diariamente em bairros e encontrando nessa atividade uma possibilidade de renda. A desarticulação desses catadores em relação ao movimento social da economia solidária acentua a vulnerabilidade e os riscos no desenvolvimento do trabalho, aumentando a exploração a que já estão sujeitos, como a exposição a situações de risco (atropelamento, acidentes e violência) e o estigma social.

A maioria dos catadores realiza apenas a coleta e triagem do material, segundo os dados que serão apresentados mais adiante, apresentando uma limitação para o

desenvolvimento das demais atividades por falta de infraestrutura, como prensas, balança, entre outros, ocasionando na diminuição dos ganhos, já que a venda do material prensado e enfardado tem maior valor.

Buscando realizar a comercialização do material coletado, até mesmo diariamente, o catador encontra na figura do intermediário, popularmente conhecido como sucateiro ou atravessador, essa possibilidade, pois eles adquirem o material mesmo que em quantidade pequena, porém a um valor bem abaixo do praticado no mercado.

A informalidade é um traço marcante desses catadores, que apresentam resistência em se associar coletivamente, considerando muitas vezes positivo o fato de trabalhar individualmente, devido à independência quanto à jornada de trabalho, o roteiro de coleta e a possibilidade de remuneração diária. Segundo Lopes & Albuquerque (2013, p. 42):

É possível também desenvolver alternativas de inclusão de catadores que preferem se manter desvinculados da cooperativa, mas que podem participar da organização da coleta seletiva, em que a cooperativa também se torna responsável por elaborar formas de incluir o material coletado pelos catadores independentes em suas vendas, pagando um valor mais justo e trabalhando em cooperação também com esses trabalhadores autônomos.

### 3.3.1 O perfil dos catadores autônomos e sua situação social e de trabalho

Com relação aos catadores autônomos do município, serão apresentados os dados provenientes do diagnóstico realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Claro. Essas informações foram levantadas ao longo de 2014 e 2015 como uma das metas do Projeto 004/SENAES, segundo informações dos relatórios de execução. Optou-se por sistematizar as informações de acordo com categorias em uma tabela síntese para posterior discussão dos principais aspectos.

**Tabela 3** - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores(as) de material reciclável autônomos de Rio Claro- SP

Categoria	Indicadores	Catador autônomo
Demografia	Total de catadores(as)	142
	% de mulheres	39%
	% de homens	61%
Renda	% que possuem a sua renda como a principal renda familiar	86%
	% que possuem a renda do companheiro(a) como a principal renda familiar	6%

	% que possuem a renda dos filhos ou de outras pessoas como a principal renda familiar	8%
Escolaridade	% de Analfabeto	26%
	% de Alfabetizado	25%
	% de Ensino fundamental I	35%
	% de Ensino fundamental II	8%
	% de Ensino médio	6%
Previdência e benefícios sociais	% de aposentados por tempo de serviço	60%
	% de aposentados por invalidez	3%
	% de pensionistas do INSS	8%
	% que recebem auxílio doença	6%
	% que recebem Benefício da Prestação Continuada (BPC) <sup>11</sup>	5%
Familiares envolvidos na coleta	% que recebem Bolsa Família	18%
	% que realizam a coleta sem familiares	68%
	% que realizam a coleta com 2 pessoas da família	21%
Condições de trabalho	% que realizam a coleta com 3 pessoas ou mais da família	11%
	% que utilizam “carrinho” para o transporte do material coletado	68%
	% que utilizam bicicleta para o transporte do material coletado	12%
	% que utilizam automóvel para o transporte do material coletado	9%
	% que não utilizam meio de transporte (coletam a pé)	7%
Armazenamento do material	% que utilizam carroça para o transporte do material coletado	4%
	% que armazenam o material coletado no domicílio	69%
	% que armazenam o material coletado em terreno	14%
	% que não armazenam o material coletado	12%
Jornada de trabalho	% de catadores(as) que armazenam o material coletado em barracão	5%
	% que iniciam sua jornada de trabalho até às 5 horas	15%
	% que iniciam sua jornada de trabalho entre 6 e 7 horas	64%
	% que iniciam sua jornada de trabalho entre 8 e 9 horas	17%
	% que iniciam sua jornada de trabalho entre 10 e 21 horas	4%

Fonte: RIO CLARO, 2016c.

Elaborado e adaptado por BRITSCHGY, L. F. C

<sup>11</sup>Segundo o INSS (2018), trata-se de um benefício assistencial que se concede a pessoas com deficiência e idosos a partir de 65 anos, que não necessariamente tenham contribuído com o INSS, de um salário mínimo por mês, desde que a renda por pessoa da família seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente.

Foram identificados 142 catadores autônomos, e pode-se dizer que o perfil deste catador é composto majoritariamente de homens, ao contrário da Cooperviva, sendo 61% dos entrevistados homens e 39% mulheres.

No que tange à renda familiar, 86% dos catadores são arrimo de família, ou seja, têm a responsabilidade de prover o sustento familiar e encontram na atividade de coleta de material reciclável a geração de renda como uma garantia para suprir minimamente suas necessidades básicas.

A respeito da escolaridade, 35% dos catadores possuem o ensino fundamental I, mas é alto o índice de analfabetos, 26%, o que chama a atenção por possuírem uma escolaridade menor do que a dos catadores da Cooperviva. Pode-se dizer, então, que a baixa escolaridade é um fator preponderante para a colocação no mercado de trabalho formal, e daí a necessidade de ações da Secretaria Municipal de Educação visando à inserção dessa população nas escolas que possuem o EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno.

No que tange ao recebimento de benefícios, o diagnóstico aponta que 49% dos catadores recebem algum tipo de benefício, seja benefício social ou do INSS (RIO CLARO, 2016c). Verificou-se que 60% dos catadores possuem aposentadoria por tempo de serviço, ou seja, essa população realiza a atividade de coleta para a complementação da renda. Mesmo não estando disponíveis os dados acerca da faixa etária, pode-se inferir, a partir da informação acima, que esses catadores possuem uma idade avançada, já que são aposentados por tempo de serviço.

Em se tratando de benefícios sociais tem-se que 18% dos catadores são beneficiários do programa bolsa família, o qual visa, por meio da transferência direta de renda, a garantia de direitos básicos às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

Pode-se dizer que a atividade de coleta não envolve, em sua maioria, mais que uma pessoa, ou seja, é desenvolvida individualmente por 68% dos catadores, segundo o levantamento. Quando se verifica a presença de outras pessoas, são membros da família do catador que auxiliam na coleta e/ou triagem do material.

A grande maioria, ou seja, 68% dos catadores utilizam um carrinho para o transporte do material coletado, e por esse motivo são designados de “carrinheiros”. Com esses carrinhos percorrem grandes distâncias, circulam pelas vias correndo o risco de acidentes, além da possibilidade de adquirirem doenças e lesões decorrentes do trabalho.

A maioria dos catadores (69%) utiliza o domicílio como local de armazenamento do material coletado, colocando em risco a saúde da família, pois não se sabe a origem dos resíduos e em que condições foram manuseados, além de a acumulação desse material ser um foco para atrair animais como ratos e insetos que podem transmitir doenças tornando a residência um ambiente insalubre para viver.

No que diz respeito ao início da jornada de trabalho, verifica-se, majoritariamente, o início das atividades no período da manhã, sendo que 64% dos catadores começam a coleta entre 6 e 7 horas da manhã. Segundo o diagnóstico, diversos catadores traçam seu roteiro de coleta a partir da logística de coleta da Cooperviva. Assim se antecipam à cooperativa, nos dias estipulados para a coleta, em busca dos materiais que possuem maior valor de mercado. (RIO CLARO, 2016c)

O perfil social e profissional dos catadores autônomos é formado por homens (61,3%), com baixa escolaridade, possuindo ensino fundamental I (35%), que sustentam a família com a sua renda (86%), já são aposentados por tempo de serviço (60%) e utilizam a atividade de coleta para complementar a renda. Realizam os trabalhos sozinhos (68%), utilizam carrinho para transporte do material (68%) e armazenam o material no domicílio (69%).

A partir desse contexto, verifica-se a necessidade de mobilização e organização desses trabalhadores, num primeiro momento, a fim de se reconhecerem como classe trabalhadora e se organizarem como coletivo. O Projeto SENAES/004 realizou encontros com essa população, visando à difusão da economia solidária, sua articulação e formação, o que será apresentado no capítulo 4.

### **3.4 Catador do aterro sanitário**

Desde a década de 1990, verifica-se no município a presença de catadores no aterro em busca de resíduos sólidos recicláveis e até mesmo de alimentos, roupas, calçados para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Para Stroh e Santos (p. 141, 2007), “A percepção dos catadores à contaminação constante a que estão submetidos nos lixões, acha-se decididamente constrangida pelas pressões das urgências à sobrevivência.”

Mesmo após a saída de um contingente de catadores, no final da década de 1990, para a formação da Cooperviva (LIMA, 2013b), verificou-se, ao longo dos anos, o retorno gradativo de mulheres e homens em situação de pobreza e extrema pobreza,

residentes na sua maioria em bairros próximos (como será verificado a seguir), restando-lhes a geração de trabalho e renda por meio dessa coleta irregular.

São inúmeros os perigos relacionados à insalubridade do local, pois “nesse ambiente de aterro, um vasto depósito de lixo de todos os tipos, os catadores vivem a maior parte do dia expostos continuamente a riscos potenciais à saúde, acidentes e doenças, além dos agravos psicológicos e sociais.” (PEREIRA et al, 2012, p. 35)

**Figura 9** - Aterro sanitário de Rio Claro



Fonte: RIO CLARO, 2014.

Por meio da PNRS, os municípios viram-se na obrigatoriedade de impedir que catadores continuassem a desenvolver a atividade no interior dos aterros. Para tanto, fez-se necessária a elaboração de estratégias visando à retirada dessa população do local e formas de inclusão social e produtiva, buscando principalmente organizá-los coletivamente para garantir melhores condições de trabalho e de qualidade de vida.

Nesse sentido, indiscutível, pois, que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos tenha alcance para além do âmbito ambiental, abrangendo também o **social**, o cultural, o econômico, o tecnológico e o de **saúde pública**. O resíduo deve ser visto como um bem capaz de gerar trabalho e renda e de promover a cidadania, segundo o princípio da visão sistêmica, o qual impõe às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, geradoras de resíduo sólido, o respeito e a observância dos valores sociais e da dignidade da pessoa humana” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2014, p. 8)

### 3.4.1 O perfil dos catadores do aterro e sua situação social e de trabalho

A respeito dos catadores que atuavam no aterro sanitário, foi realizada uma identificação do perfil desses trabalhadores procurando alcançar uma das metas do projeto 004/SENAES, segundo as informações dos relatórios de execução. Esse levantamento ocorreu em 2014, por meio de aplicação de questionário junto a essa população. Os dados que aqui serão apresentados foram sistematizados, a partir das informações disponíveis, em tabela síntese e agrupados por categorias.

Inicialmente é relevante destacar a presença, naquele momento, de 34 catadores(as), sendo em sua maioria mulheres, 68% dos entrevistados, que buscam no aterro sanitário a coleta de materiais recicláveis para o sustento de suas famílias.

Um traço marcante dos entrevistados é a baixa escolaridade, pois verifica-se que 73% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto (73%), além de 9% dos catadores que se declararam analfabetos. Como já observado anteriormente, a escolaridade é um indicador a ser avaliado no que tange à inserção no mercado de trabalho formal. Isso porque, com os avanços tecnológicos espera-se cada vez mais qualificação dos profissionais, ao mesmo tempo em que diminuem os postos de trabalho, tornando assim as possibilidades cada vez mais escassas.

**Tabela 4** - Síntese da situação social e de trabalho dos catadores(as) de material reciclável atuantes no aterro sanitário de Rio Claro- SP

Categoria	Indicadores	Catador do aterro sanitário
Demografia	Total de catadores(as)	34
	% de mulheres	68%
	% de homens	32%
Condições do domicílio	% domicílio próprio	65%
	% domicílio alugado	29%
	% domicílio informal	6%
Localização do domicílio	% que residem no bairro Jd. Novo I	38%
	% que residem no bairro Terra Nova	23%
	% que residem no bairro Jd. Novo II	18%
	% que residem no bairro Jd. Guanabara	18%
	% que residem no bairro Bom Sucesso	3%
Renda	% que possuem como única renda o valor proveniente da coleta de material	76%
	% que possuem outra renda além do valor proveniente da coleta de material	18%
	% não coletado	6%
Escolaridade	% de analfabeto	9%
	% de ensino fundamental incompleto	73%
	% de ensino fundamental completo	3%



	% de ensino médio incompleto	3%
	% de ensino médio completo	3%
	% não coletado	9%
Benefício social	% que não recebem nenhum tipo de benefício social	76%
	% que recebem algum tipo de benefício social	21%
	% não coletado	3%

Fonte: RIO CLARO, 2014.

Elaborado e adaptado por BRITSCHGY, L. F. C

Verificou-se que 76% dos entrevistados apresentam a coleta de material reciclável como única fonte de renda, um dado preocupante, já que esses catadores estão proibidos de realizar essa atividade neste local, como prevê a legislação atual. No capítulo seguinte será apresentado se as ações do Projeto 004/SENAES conseguiram inclui-los na Associação constituída para essa finalidade.

No que se refere à moradia, 65% dos catadores possuem casa própria, seguidos de 29% que pagam aluguel. Como uma grande parcela dessa população dependia exclusivamente da renda proveniente da coleta, os reflexos do impedimento da coleta no interior do aterro sanitário foram mais graves para esses entrevistados (29%), comprometendo seu direito à moradia, caso não conseguissem cumprir com as despesas de aluguel.

Os bairros em que os catadores residem, segundo as informações apresentadas, localizam-se majoritariamente nas proximidades do aterro, correspondendo aos seguintes bairros: Jd. Novo I e II, Terra Nova e Jd. Guanabara, sendo que 97% dos entrevistados moram nesses locais.

O aterro sanitário encontra-se localizado em uma região periférica da cidade de Rio Claro, possuindo apenas duas maneiras de acesso, um pela Rodovia Fausto Santomauro e outro por uma estrada de terra, fato esse que dificultava a presença de catadores de bairros mais distantes. Mesmo estando em bairros próximos, esses catadores enfrentavam grandes riscos de acidentes ao se deslocarem até o aterro.

A maioria dos catadores não recebe nenhum tipo de benefício (76%), seja benefício social ou do INSS, fato este bastante questionável, tendo em vista que essa é uma população que se encaixaria nos critérios dos benefícios de transferência de renda. Faz-se necessário, então, confrontar esses dados com um posicionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de traçar estratégias necessárias para compreender essa lacuna.

Em síntese, o perfil social e profissional dos catadores do aterro é formado por mulheres (68%), com baixa escolaridade, possuindo ensino fundamental incompleto (73%), possuem como única fonte de renda a atividade de coleta (76%), em sua maioria possuem casa própria (65%) e residem nos bairros próximos ao aterro (97%).

### **3.5 A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Tempo**

A trajetória da Associação Novo Tempo, como vem sendo popularmente reconhecida, teve início com as ações realizadas ao longo do Projeto 004/SENAES, as quais incluíram, segundo consta nos relatórios de execução, a identificação dos catadores(as) e a realização de encontros para a sensibilização e formação de uma parcela desses catadores, visando à constituição de um novo empreendimento como alternativa de trabalho e renda aos que se encontravam desarticulados e que realizavam a coleta no interior do aterro sanitário.

Como fruto desse processo, ocorreu a fundação da Associação de Catadores de Material Reciclável Novo Tempo, em outubro de 2016, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado de natureza associativa, sem fins lucrativos, fundamentada na Lei Federal n.10.406/02 e na legislação complementar em vigência. (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”, 2016)

Os objetivos da Associação compreendem o “desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza; geração de trabalho e renda, incentivando a organização comunitária; apoiar e defender os interesses dos catadores de materiais recicláveis.”, entre outros. (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”, 2016, p. 1)

A estrutura orgânica da Associação, segundo o Capítulo III, Art. 12º do Estatuto, é composta de: Assembleia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. O Art. 13º discorre que “a Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da entidade, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.” (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”, 2016, p. 4)

Com relação à Diretoria, o Art. 16º pontua que “a Associação será administrada por uma Diretoria, composta por: Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário e Diretor de Patrimônio.” (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”, 2016, p. 5) Por fim, o Art. 26º trata do Conselho Fiscal, o qual tem como responsabilidade a supervisão das atividades que envolvem questões da administração, finanças, patrimônio e do orçamento.

(ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”, 2016)

Por meio do Decreto nº 10.698, de 20 de dezembro de 2016, o município destinou à Associação uma área localizada no bairro Jardim Residencial das Palmeiras, por 3 anos, podendo este prazo ser prorrogado por apenas uma vez, por mais 2 anos. O mesmo decreto disponibiliza os bairros que foram destinados à Associação para a coleta do material. (RIO CLARO, 2016e)

Embora fundada no ano de 2016, o início das atividades da Associação, segundo a Presidente, só foi possível em maio de 2017. Contava com 24 associados, porém, devido ao valor de retirada desse primeiro mês ser de apenas R\$ 313,00, para quem não teve falta, algumas pessoas acabaram saindo. Em junho de 2017 a Associação era formada por 16 catadores(as), sendo 8 homens e 8 mulheres. Destes, 3 catadores(as) trabalhavam, antes de participar da Associação, de forma autônoma, e o restante coletava anteriormente no aterro sanitário.

Para melhor compreender os desafios dessa Associação foram realizadas diversas visitas técnicas acompanhadas de entrevistas com a presidente, a qual participou de todo o processo de constituição do empreendimento e em uma de suas falas relatou que durante as reuniões muitas pessoas iam desistindo.

Tinha 80 pessoas, era pra vir 80 pessoas que estava trabalhando lá no aterro sanitário e aí a gente não pode acolher todo mundo por causa que os bairros que foram passados para nós dá pouca reciclagem, então veio 24 para quando a gente conseguir aumentar o reciclado, pode chamar os outros, porque os outros são pessoas que estavam lá no aterro e o Prefeito pediu pra gente ajudar a tirar lá do aterro, porque ia fechar o aterro, então está difícil. (PRESIDENTE da ASSOCIAÇÃO de CATADORES de MATERIAIS RECICLÁVEIS “NOVO TEMPO”)

Segundo os relatos da Presidente, com a mudança da gestão pública municipal em 2017 ocorreram alguns problemas que afetaram o desenvolvimento da Associação. Inicialmente a Associação se organizou visando à construção de seu barracão na área destinada pelo Decreto nº 10.698, de 20 de dezembro de 2016, e então as pessoas transportaram até o local todo o material que haviam conseguido para a obra. Porém, ao darem início às atividades foram notificadas pela Prefeitura de que não poderiam realizar a obra naquele local.

O Decreto acima foi revogado entrando em vigor um novo, o Decreto nº 10.793, de 29 de março de 2017, destinando para a Associação uma área de 1.252,04 m²,

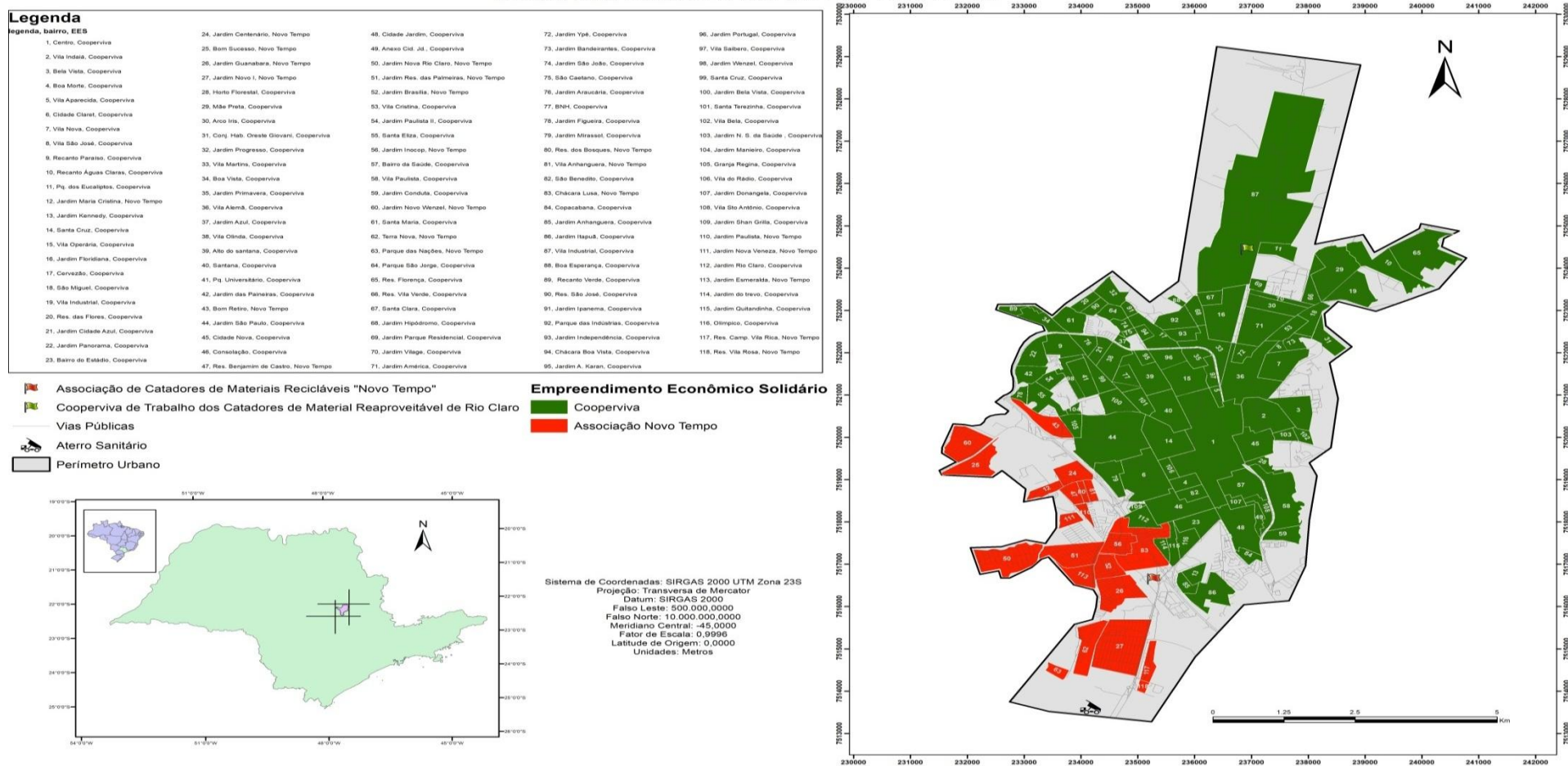
localizada no bairro Jardim Guanabara, e mantendo os mesmos bairros do decreto anterior para a coleta. (RIO CLARO, 2017a) A Presidente informou que houve extravio de grande parte dos materiais que estavam no antigo local.

Os bairros que foram destinados à Associação localizam-se, na sua maioria, em regiões periféricas, com uma população de menor poder aquisitivo, a qual não possui um nível tão alto de consumo, se comparado aos moradores de bairros de classe média e alta. Assim, conseqüentemente, a quantidade de materiais recicláveis disponíveis para a coleta é inferior.

Além disso, o número de bairros destinados à Associação é menor que os destinados para a Cooperviva. Segundo informações da presidente da Associação Novo Tempo, atualmente a coleta é realizada em 22 bairros, além dos distritos de Assistência e Batovi. Para se ter uma ideia da disparidade entre o número de bairros de cada empreendimento, foi elaborado o mapa (figura 10) que será apresentado a seguir.

**Figura 10 - Bairros destinados à Cooperviva e à Associação Novo Tempo**

**Bairros Atendidos Pelos EES de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de Rio Claro - SP**



Fonte: BASE cartográfica vetorial contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Ver. 3. IBGE, (2010)  
 Organizado por BRITSCHGY, L. F. C; GUEDES JR.

Retomando o início das atividades da Associação, é relevante destacar que ocorreram em um espaço cedido provisoriamente pela Prefeitura, localizado em uma região central, permanecendo, segundo informações da Presidente, por 2 meses nessas instalações. As condições do local eram inadequadas, pois o barracão tinha apenas um ponto de acesso à água, banheiro sem condições de uso e acesso à energia elétrica somente de maneira irregular, e estava faltando muita coisa, como apontou a Presidente.

**Figura 11** - Primeira instalação da Associação Novo Tempo



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2017

Nesse período a coleta era realizada, segundo informações da Presidente, por 6 a 8 catadores(as) que iam com o carro de dois associados até o bairro, lá percorriam a pé as ruas recolhendo o reciclado e colocando nos *bags*, depois aguardando o caminhão passar para recolher todo o material.

Com relação à coleta, a Presidente da Associação fez o seguinte depoimento:

Quando é dia da coleta do lixo a gente pega no saco do lixo, quando é o dia da coleta do reciclado a gente bate na porta. A gente abre todos os sacos, tira todo o material que tem e depois amarra o saco direitinho como tava. Tanto que oh, o caminhão está cheio a gente tira tudo do meio do lixo 20 *bag*. Porque as pessoas ainda não têm consciência ambiental, precisa fazer um bom trabalho. Tem muito, muito reciclado no meio do lixo e aí vai para o aterro e sufoca o aterro.

A presidente ainda esclareceu que ao chegar no barracão o material é descarregado e encaminhado para a mesa de triagem improvisada para posterior separação. Os fornecedores que compram o material mandam a caçamba e assim que fica cheia eles buscam. Até julho de 2017, a Associação estava sem os equipamentos que foram adquiridos com recursos do Projeto 004/SENAES (1 prensa, 15 triciclos, 1 mesa de separação e 1 balança), pois não tinham ainda um barracão próprio construído.

Segundo a Presidente, esses equipamentos estavam guardados pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

Também foi apontada pela Presidente a existência de uma parceria com o Departamento de Gestão de Programas Complementares no qual a Economia Solidária está inserida, que se colocou à disposição para auxiliar. Assim, uma profissional ia dois dias da semana para verificar as demandas da Associação e auxiliar na parte burocrática do empreendimento. Também fizeram panfleto, folder e cartão com a verba do Projeto 004/SENAES. Além disso, os CRAS's entregavam as cestas de legumes para os associados.

Em julho de 2017 um incêndio destruiu todo o material que ali se encontrava, separado para a venda. Esse incidente deixou ainda mais delicada a situação do empreendimento, prejudicando a sobrevivência dos associados que ficaram sem a sua remuneração referente ao mês de trabalho.

Em meados de agosto de 2017, os trabalhadores resolveram utilizar o espaço que fora cedido pela Prefeitura, mesmo em condições insuficientes para o desenvolvimento da atividade. O local encontrava-se em obras, pois estava ocorrendo a construção de um barracão, uma sala para escritório e dois sanitários. Essa situação levou os associados a trabalharem a céu aberto utilizando, posteriormente, apenas uma lona improvisada para se protegerem do sol.

Após 3 meses, com o barracão então coberto, foi possível transferir para lá as atividades de triagem e armazenamento de parte do material. Atualmente as obras do barracão ainda não foram concluídas, faltando, entre outras coisas, fechar as laterais para que a água da chuva não alague o local. Além disso, a construção do sanitário e do escritório encontra-se paralisada, no momento, por falta de recursos financeiros.

**Figura 12** - Sanitários e escritório inacabados da Associação Novo Tempo



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Para conseguir utilizar o banheiro os associados são obrigados a recorrer ao Ecoponto<sup>12</sup> localizado ao lado. Ainda com relação aos aspectos de infraestrutura o terreno da Associação é fechado com uma “cerca” que delimita sua área de abrangência, o que não serve para proteger e trazer segurança para a Associação, segundo os associados, ficando à mercê de riscos, entre eles o furto dos materiais de maior valor. Por meio das visitas, verificou-se que não existe um muro nem um portão, itens básicos para a proteção das instalações.

**Figura 13** - Instalação atual da Associação Novo Tempo



Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2018

É necessário, então, que uma atenção especial seja dada a esse tipo de empreendimento para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores expostos diariamente a riscos como cortes, contaminação, entre outros acidentes de trabalho. Uma infraestrutura adequada, de qualidade, e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) são requisitos mínimos para garantir a integridade física desses trabalhadores.

Durante as visitas técnicas realizadas até meados de maio de 2018 verificou-se um cenário totalmente diferente do ideal, não cumprindo os requisitos mínimos para o desenvolvimento da atividade com dignidade. Entre os aspectos que mais chamaram atenção foram: a falta de energia elétrica, equipamentos e sanitário, e, além disso, o acesso à água encanada estava restrito a apenas um ponto.

É relevante destacar, segundo Gutierrez e Zanin (2011), com relação à cadeia produtiva do segmento da reciclagem, que a mesma é composta por diferentes atores

---

<sup>12</sup>O Ecoponto é um local da Prefeitura onde a população pode descartar resíduos sólidos, móveis, entre outros objetos.



públicos e privados, além dos catadores, que exercem funções específicas. Ainda segundo os autores:

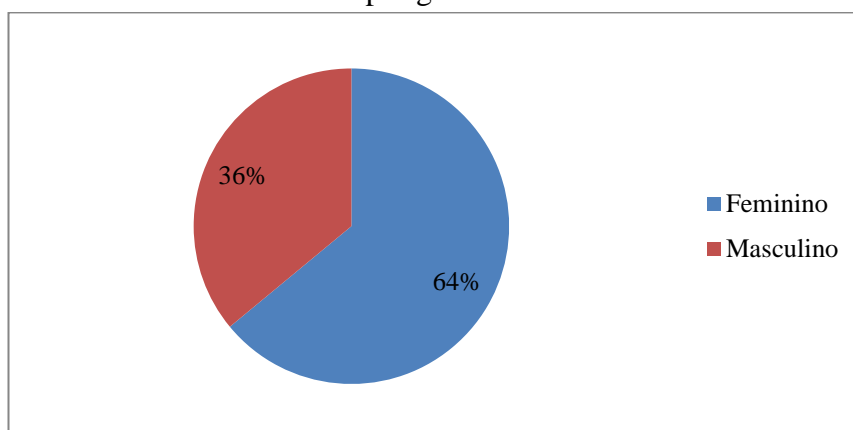
O papel desempenhado por catadores de resíduo reciclável é reconhecidamente importante nessa cadeia, pois seus trabalhos agregam – aos resíduos descartados – valores econômicos, sociais e ambientais. Contudo, dentre os atores envolvidos nessa cadeia, os catadores são os que se encontram em situação mais fragilizada, enfrentando inúmeras dificuldades para continuar exercendo suas funções de maneira digna e com maior sustentabilidade. (GUTIERREZ; ZANIN, 2011, p. 114)

Pode-se observar que, mesmo com as inúmeras privações e adversidades enfrentadas, os catadores continuam resistindo por meio de articulação e mobilização coletiva, como, por exemplo, os protestos que foram realizados na Câmara Municipal de Rio Claro, segundo informações da presidente da Associação Novo Tempo. Com isto estão buscando estratégias para obter maior visibilidade do poder público e o atendimento de suas solicitações. A seguir será apresentado mais detalhadamente o panorama dos associados e suas percepções com relação ao trabalho, à estrutura, à economia solidária e ao poder público.

### 3.5.1 O perfil dos associados e sua situação social e de trabalho

Com relação aos catadores da Associação Novo Tempo, serão apresentados os dados e informações dos 25 associados provenientes da pesquisa direta realizada por meio de aplicação de questionário, no período de fevereiro a março de 2018.

**Gráfico 3** - Percentual dos associados por gênero



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Verifica-se, pelo Gráfico 3, que na associação também ocorre a tendência dos empreendimentos solidários de resíduos sólidos se constituírem majoritariamente pela

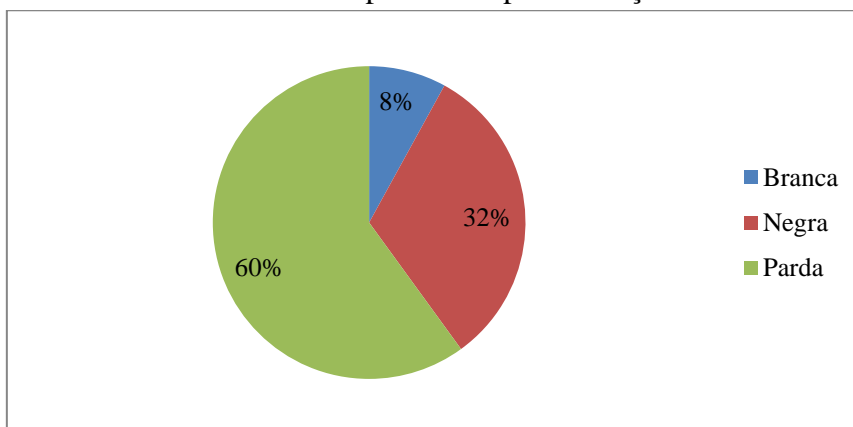
força de trabalho feminina, tendo nesse caso a presença de 64% de mulheres. Sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em busca de trabalho, Melo e Bandeira (2005) destacam que:

[...] as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Uma outra questão importante refere-se ao peso da execução de trabalho não remunerado, cuja participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas [...]. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 31)

A partir das inúmeras visitas técnicas realizadas observou-se que essas trabalhadoras desenvolvem atividades para além das já esperadas (coleta e triagem), auxiliando na locomoção do material pelo barracão, na organização e limpeza do local, e até mesmo como ajudantes de pedreiro, auxiliando na construção da estrutura. É relevante destacar que a presidente da Associação é uma mulher que está presente desde o início da constituição do empreendimento. É nítido seu papel de liderança do grupo, articulando e lutando em prol da sobrevivência do empreendimento e dos direitos dos associados.

Hoje a Comissão Nacional do MNCR tem em sua composição 60% de mulheres representantes e o avanço do protagonismo feminino é uma estratégia de fortalecimento da categoria como um todo, uma vez que a categoria organizada tem em sua maioria as mulheres. (MNCR, 2017)

**Gráfico 4** - Percentual dos associados por cor da pele ou raça



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

A sociedade brasileira é considerada por muitos como democrática, do ponto de vista racial, porém o que se verifica é um abismo social e econômico entre brancos e negros. (MELO; BANDEIRA, 2005) Infelizmente ainda existe uma disparidade no

acesso à educação, saúde e moradia entre brancos e negros. Verifica-se também que os postos de trabalho mais bem remunerados são ocupados, em grande parte, pela população branca. Sobre esse fato, Melo e Bandeira (2005) discorrem que:

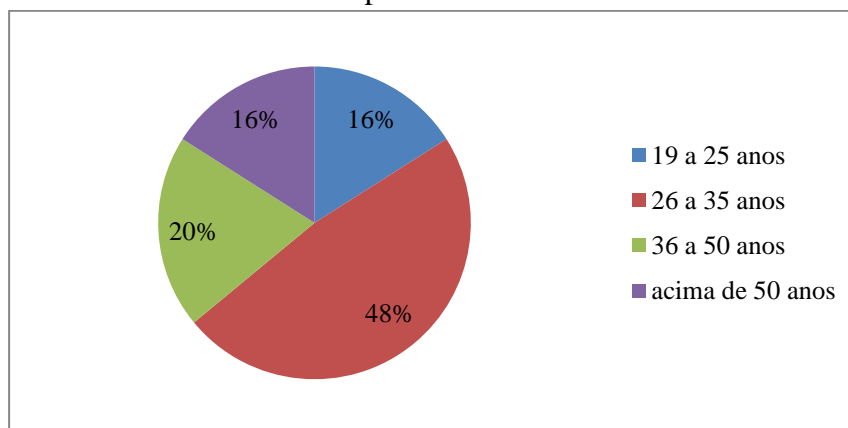
O Brasil é um país multirracial, onde brancos e negros representam 99% da população total, mas a distribuição da riqueza não acompanha esta partição racial. A raiz escravocrata permanece como uma chaga, e os dados mostram a extrema desigualdade da distribuição dos rendimentos quando se desagregam os dados por cor/raça na sociedade brasileira [...]. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 24).

Esses e muitos outros pontos devem ser levados em consideração quando se observa, no Gráfico 4, um índice tão alto (92%) dos entrevistados de origem afrodescendente, compelidos à atividade de catação de material reciclável, enfrentando a situação ainda precária do empreendimento como a única alternativa possível de trabalho, até o momento.

Uma questão extremamente relevante diz respeito à necessidade do desenvolvimento de ações e políticas públicas para mitigar os efeitos dessa desigualdade. O que se necessita de fato é de uma mudança estrutural da sociedade, mesmo que isso demore a ocorrer, discutindo até que ponto os privilégios da população branca geram opressão e desigualdade para os negros.

Por meio da economia solidária vislumbra-se a (re)construção de uma sociedade que consiga, de fato, alcançar uma igualdade de oportunidades independentemente da cor da pele dos cidadãos, saindo desse cenário de exploração, desigualdade e de trabalhos precários, buscando ainda que os negros consigam superar toda a herança perversa gerada pelo longo período de escravidão no Brasil.

**Gráfico 5** - Percentual dos associados por faixa etária

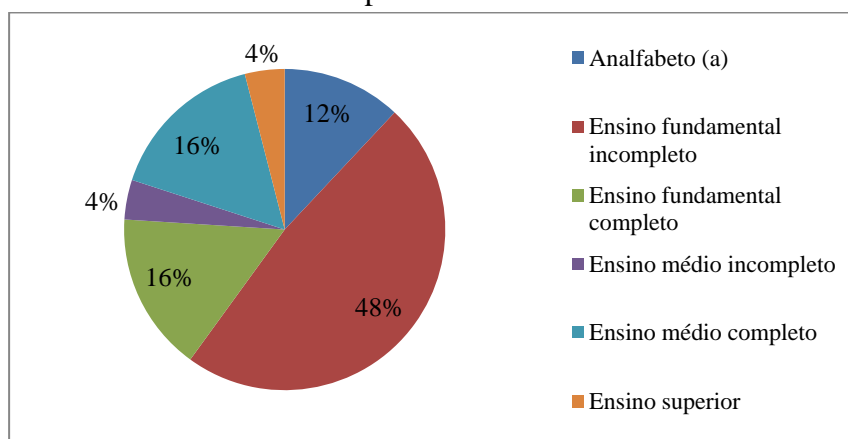


Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Com relação à faixa etária dos entrevistados, 48% possuem idade entre 26 e 35 anos, seguido de 20% que estão entre 36 e 50 anos. Existem dois associados com faixa etária acima de 60 anos, sendo um homem de 63 anos e uma mulher de 62 anos (Gráfico 5). Um fato preocupante com relação a esse perfil é que esses trabalhadores já possuem idade e tempo de serviço para se aposentar, mas, segundo eles, trabalharam por muito tempo sem recolher o INSS e ainda não recolhem.

Ter conhecimento dessas informações auxilia na formulação de ações e políticas públicas para esse público, sendo necessárias intervenções da área da assistência social visando à garantia de direitos desses associados. Em síntese, a Associação é composta em sua maioria por uma população economicamente ativa.

**Gráfico 6** - Percentual dos associados por escolaridade



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

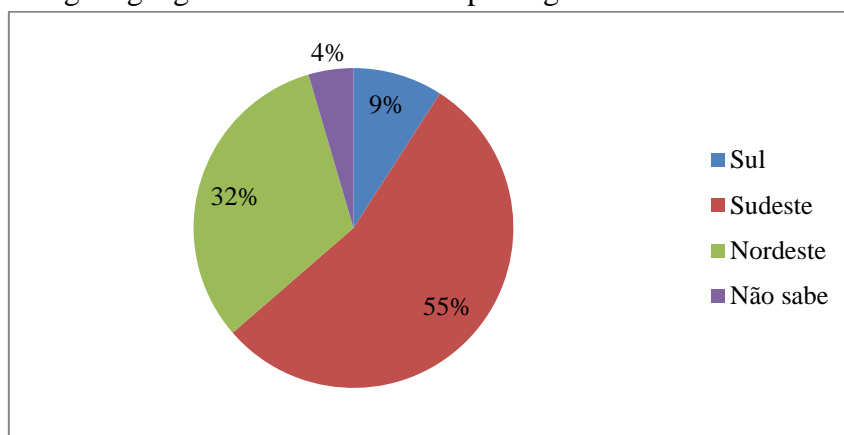
A respeito da escolaridade, observamos no Gráfico 6 que 48% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 16% completaram o ensino fundamental e 16% possuem o ensino médio completo. Esta situação confirma a informação de que, no Brasil, mesmo os níveis mais altos de escolaridade não representam garantias de inserção no mercado de trabalho. (SILVA, 2017):

A propósito, é lugar comum a ideia de que a educação é uma importante condição para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos, ainda que o próprio modelo tradicional da educação (de massa) brasileira não tem cumprido nem mesmo a finalidade positivista da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. (SILVA, 2017, p. 222).

É comum nos empreendimentos e nas atividades de resíduos sólidos a identificação de trabalhadores analfabetos, e no caso dessa associação existem duas mulheres que apontaram não saber ler nem escrever. Um fato que chama a atenção é de

uma associada, de nacionalidade Haitiana, possui nível superior apontando que era enfermeira no seu país.

**Gráfico 7** - Origem geográfica dos associados por regiões

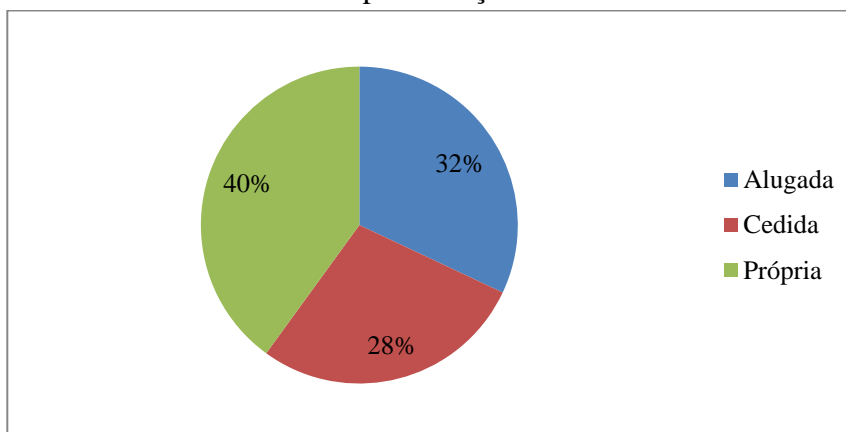


Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Rio Claro, em toda sua história, sempre atraiu migrantes de várias regiões brasileiras, caracterizando-se por uma cidade multicultural. Os dados coletados vêm reforçar essa realidade, demonstrando expressiva participação dos migrantes da região nordeste (Gráfico 7), com 32% dos entrevistados oriundos dos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba e Alagoas. A região sudeste, que representa 55% da naturalidade dos entrevistados, tem como principal origem o estado de São Paulo, especificamente a cidade de Rio Claro (6 associados), seguida de Araraquara, Itu, Piracicaba, São José do Rio Pardo e São Paulo, com 1 associado cada. Outro estado do sudeste que aparece é Minas Gerais, com 1 associado.

Um fato observado foi a presença de 3 trabalhadoras de outra nacionalidade, especificamente do Haiti, que buscam no Brasil melhores condições de vida para si e seus familiares que ainda continuam morando no seu país de origem. Segundo relatos das entrevistadas, elas gostariam de obter melhores ganhos com relação à renda para conseguir, entre outras coisas, enviar dinheiro aos seus familiares. Assim como foi verificado na Cooperviva, a Associação também acolheu esses trabalhadores que se encontravam fora do mercado de trabalho formal, por motivos como a dificuldade na língua, o cenário econômico estagnado, entre outros.

**Gráfico 8** - Percentual dos associados por situação de domicílio



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

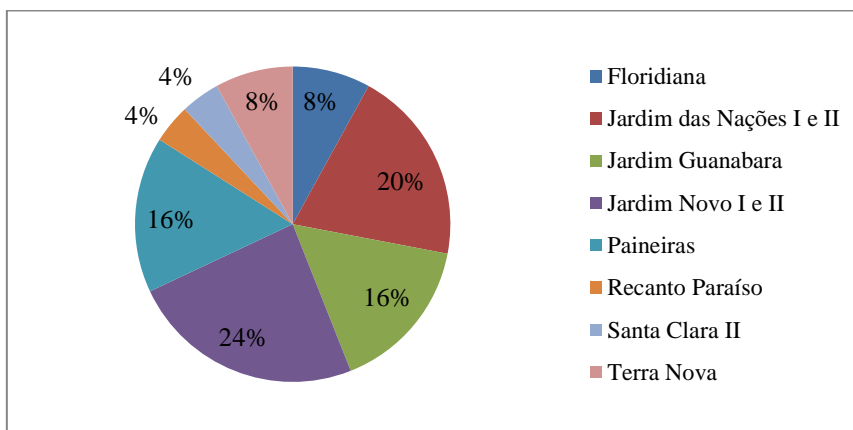
Com relação à situação do domicílio, observa-se no Gráfico 8 que 40% dos entrevistados possuem moradia própria, 32% pagam aluguel e 28% possuem residência cedida, sendo que um dos associados mora na própria associação. Sabe-se que o local não apresenta condições mínimas de salubridade e segurança para a moradia, estando o associado em risco permanente.

O elevado percentual (60%) dos entrevistados que não possuem domicílio próprio pode ser um indicador de que há um possível déficit habitacional no município ou a falta de acesso da maioria dos associados a programas habitacionais de interesse social<sup>13</sup>, como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Tem-se que somente 5 associados possuem a moradia própria proveniente desse programa.

É necessário que o poder público municipal tenha conhecimento dessa demanda habitacional através do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLIS), traçando ações e estratégias para promover a igualdade ao acesso dessa população à moradia digna, de fato e de direito.

<sup>13</sup>“O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais.” (CAIXA, 2018b)

**Gráfico 9** - Bairros de residência dos associados



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Com relação aos bairros de residência dos entrevistados, tem-se que 92% moram em bairros localizados em regiões periféricas. Os bairros com maior incidência de associados residindo são o Jardim Novo I e II com 24% dos entrevistados, seguido do Jardim das Nações I e II com 20% dos entrevistados (Gráfico 9). Verifica-se, portanto, que a esses trabalhadores resta-lhes ocupar esses bairros que apresentam, muitas vezes, condições deficientes de infraestrutura, segurança, serviços, entre outras, estando bem distantes dos privilégios que os bairros ocupados pela classe média e alta possuem. O local de moradia afastado, aquele que restou a esses trabalhadores, é mais uma forma de tornar invisível as dificuldades e os problemas enfrentados por essa população.

Os bairros Jardim das Nações I e II foram recentemente criados e abrigam um conjunto de empreendimentos do MCMV, no qual 5 associados residem, estando localizados em uma região periférica da cidade. Situam-se ao lado do bairro Terra Nova, local que já apresenta uma estrutura deficitária, principalmente no que tange à saúde, educação e acesso a serviços. Em relação à concentração de empreendimentos em determinada localidade, Rolnik (2015, p. 311) expõe que:

Em algumas situações, observa-se a aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região, formando verdadeiros bolsões de moradia popular, bastante semelhantes às cidades-dormitório que foram constituídas pela produção habitacional pública em décadas anteriores.

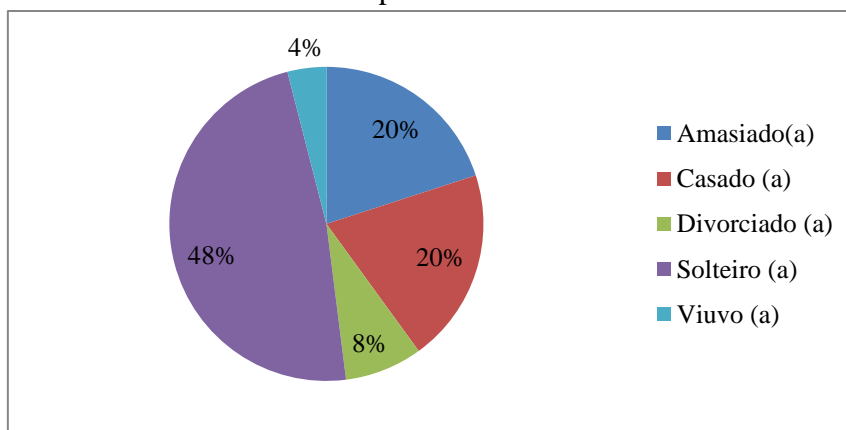
Segregados espacialmente, esses moradores encontram-se afastados do centro. A distância percorrida do bairro até a Estação Ferroviária, que abriga o terminal de ônibus e serve como ponto de referência para os trabalhadores, estando localizada no centro, é de aproximadamente 11 km. Para uma cidade de porte médio como Rio Claro, essa

distância implica em dificuldade de acesso dessa população ao setor de serviços e ao comércio, localizados, em grande parte, na região central, visto que o transporte público não é ofertado ou deficitário, como na maioria das grandes cidades brasileiras.

Algumas questões devem ser levantadas, entre elas o motivo de esses empreendimentos estarem localizados tão distantes do centro. Esses novos bairros possuem toda a estrutura necessária de pavimentação, rede de água e esgoto e energia elétrica? Como fica o acesso dessa população aos equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social? Existe transporte público adequado (oferta do número de linhas e opções de horários) para a mobilidade dessa população? Por que a população empobrecida fica renegada à periferia? Essas e outras questões são relevantes para questionar o modelo de desenvolvimento dessas habitações e suas implicações na (re)produção das desigualdades na cidade.

Com relação a isso, Rolnik (2015) discorre sobre o MCMV esclarecendo que “[...] os empreendimentos para faixa 1 estão claramente dispersos pelas periferias mais afastadas, próximos às margens das cidades, em lugares que não apenas são distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social.” (ROLNIK, 2015, p. 313)

**Gráfico 10** - Percentual dos associados por estado civil



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

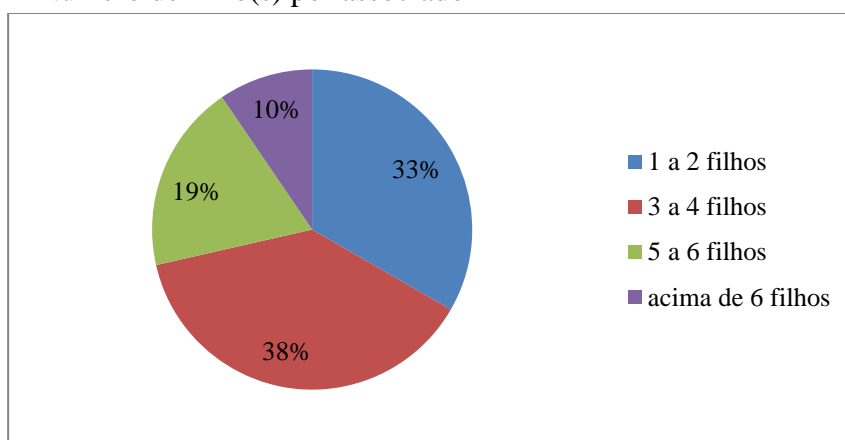
No Gráfico 10, sobre o estado civil dos associados, destaca-se que 48% são solteiros(as), 20% declaram ser casados(as) e 20% amasiados(as), ou seja, tem-se assim que 40% dos entrevistados possuem um companheiro(a). Os que se declaram divorciados(as) representam 8% e 4% viúvos(as). Buscando colocar em evidência a questão de gênero, faz-se necessário decompor o número de mulheres em cada



percentual apresentado, sendo que 8 associadas se declararam solteiras, 1 divorciada e 1 viúva, e entre essas somente uma não possui filho.

Entre os homens, 4 se declararam solteiros e 1 divorciado, sendo que entre eles dois não têm filhos. Pode-se inferir, assim, que o número de mulheres catadoras que chefiam suas famílias é superior ao dobro dos homens. Sobre isso, Melo e Bandeira (2005, p. 20) apontam que “[...] há um número expressivo de lares comandados por mulheres jovens, mães solteiras, principalmente nas periferias das grandes cidades, estas mulheres são a principal clientela dos programas de combate à pobreza.”

**Gráfico 11** - Número de filho(s) por associado

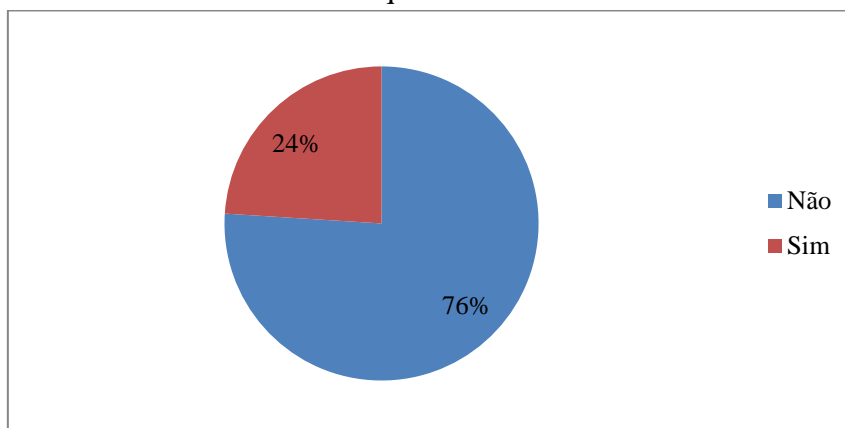


Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

A respeito do número de filho(s), os percentuais apresentados no Gráfico 11 que se destacam são que 38% dos entrevistados possuem de 3 a 4 filhos e 33% possuem de 1 a 2 filhos. Com relação à média do número de filhos entre os associados, esse número corresponde a 3,33 filhos. Ao realizar o cálculo somente com as mulheres a média é de 3,85 filhos, já para os homens a média cai para 2,43 filhos.

É interessante que ocorra por parte do poder público uma análise relacionando as variáveis apresentadas, entre elas o gênero, raça, estado civil, juntamente com o número de filhos, de modo a identificar as vulnerabilidades e traçar ações e estratégias focalizadas para esse público. Ao que tudo indica, com os dados aqui apresentados o alvo dessas ações corresponde às mulheres catadoras negras, com filhos e que são chefes de família.

**Gráfico 12** - Percentual dos associados que recebem benefício social



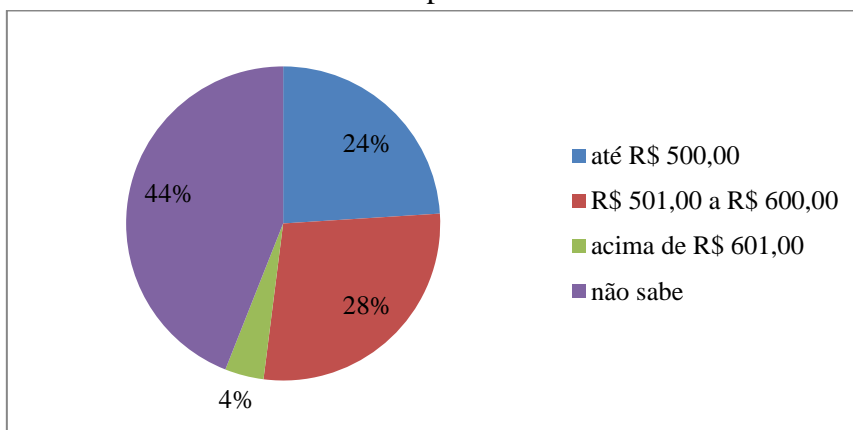
Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

No que tange ao acesso aos benefícios sociais, o gráfico 12 demonstra que somente 24% dos entrevistados declararam receber benefício social, no caso o bolsa família. Decompondo esse percentual, tem-se que 3 mulheres recebem o benefício, 1 associado declarou que o benefício está no nome de sua companheira e 2 homens recebem o benefício mesmo sem terem filhos, pois se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Levando-se em consideração que a associação é composta majoritariamente por mulheres com filhos, como visto, por que elas todas não recebem o benefício?

Nesse caso, faz-se necessário o acompanhamento da assistência social por meio do CRAS de referência de cada entrevistada, para a verificação dessas informações, verificando primeiramente se essas mulheres estão cadastradas no Cadastro Único ou se necessitam de inserção ou atualização dos dados. Sabe-se que os programas de transferência de renda não conseguem interferir na raiz das desigualdades sociais e econômicas, porém representam uma forma de mitigar seus efeitos no curto prazo. Para Rego (2015):

Sabe-se que esses programas aumentam de alguma forma a renda dessas famílias e que não se pode negar a importância deles para a vida dessas mulheres, mas é preciso considerar a superação da pobreza como forma de fazer com que essas famílias sejam de fato autônomas e para isto, muito mais que transferências de renda, essas mulheres precisam de políticas públicas eficientes no sentido de protegê-las socialmente, e no que se refere à autonomia delas. (REGO, 2015, p. 7)

**Gráfico 13** - Percentual de retirada mensal pelos associados



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

O Gráfico 13 expõe os dados a respeito da retirada mensal dos associados, e em sua apresentação foi possível agrupar as rendas em três classes de valores, a partir das respostas obtidas. Assim, 28% dos entrevistados possuem uma retirada de R\$ 501,00 a R\$ 600,00 e 24% possuem um valor de retirada de até R\$ 500,00. O menor valor de retirada encontrado foi de R\$ 450,00, já o maior foi de R\$950,00, sendo que esse valor não provém da associação, mas da Prefeitura, por meio de um Programa Municipal denominado de Capacitação. O associado recebe da Prefeitura para continuar trabalhando na Associação, tendo como contrapartida a participação em cursos de capacitação profissional.

Um fato preocupante é que 52% dos entrevistados possuem como retirada menos que um salário mínimo, um valor substancialmente baixo para suprir as necessidades básicas de alimentação, moradia de si e de sua família. Faz-se necessário, então, traçar estratégias visando o aumento da remuneração buscando alcançar, pelo menos, o valor de um salário mínimo.

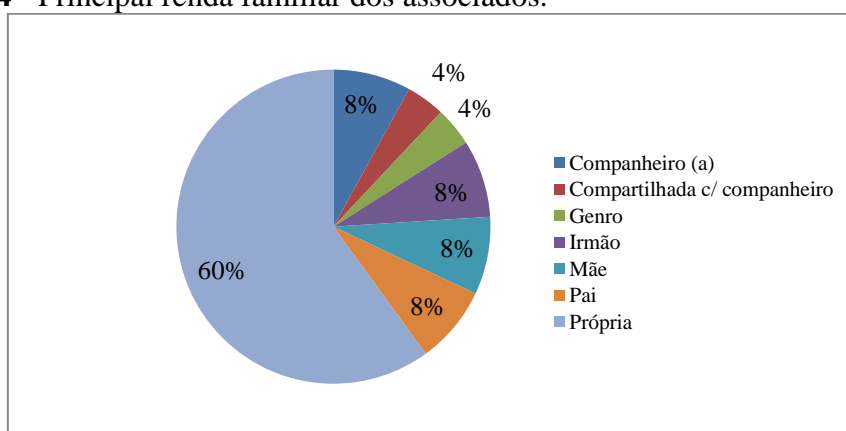
É necessário também identificar quais os obstáculos enfrentados que inviabilizam uma melhor remuneração. Durante as visitas à Associação e aos apontamentos dos associados, verificou-se como um entrave a falta de máquinas e equipamentos, como a prensa, pois o valor do material prensado é maior do que o material sem prensar, que é comercializado atualmente. Ou seja, a associação deixa de auferir maiores rendimentos pela falta desses equipamentos.

Além disso, segundo Carvalho (2008), a remuneração está condicionada a variações de ordem externa, dependendo de alguns fatores, entre eles as oscilações do mercado interno de recicláveis (responsável por regular os preços dos materiais), que podem ser influenciadas pelo cenário econômico internacional. Outro fator que pode

impactar nos rendimentos está ligado à sazonalidade no consumo, o que afeta a quantidade de material à disposição para a coleta, podendo ocorrer variações no tipo e quantidade de material coletado, em sua posterior comercialização e, por fim, refletindo nos rendimentos dos trabalhadores.

Outro aspecto observado é o elevado percentual de associados (44%) que apontaram não ter conhecimento do valor de retirada devido ao fato de terem iniciado suas atividades na associação recentemente. Trata-se de uma possível fragilidade da associação, as oscilações constantes no número de membros, confirmadas a partir da constatação de que esses entrevistados estão trabalhando há menos de 1 mês.

**Gráfico 14** - Principal renda familiar dos associados.

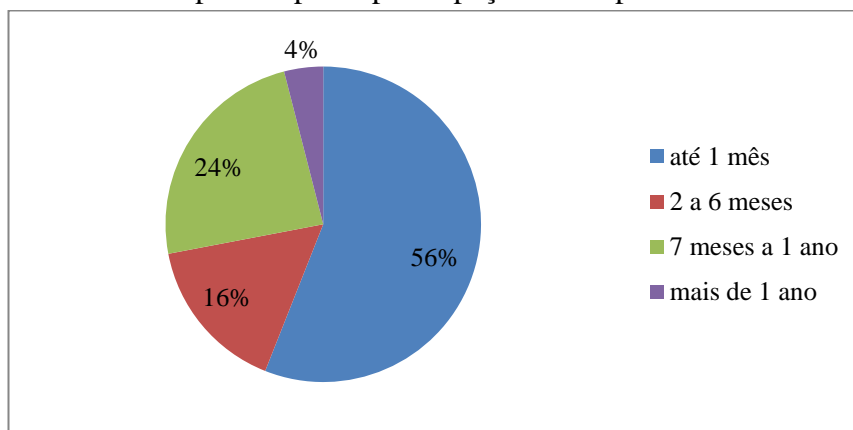


Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Juntamente com o aspecto da remuneração, é relevante verificar quem é o responsável por prover a principal renda de sua família. Segundo os entrevistados, 60% declararam ser a sua renda a que mantém a família (Gráfico 14), o que demonstra uma alta dependência desses entrevistados e suas famílias da renda auferida pelo trabalho na associação. Vê-se o quanto as oscilações com relação não só à quantidade do material coletado, mas também aos valores de comercialização impactam de maneira perversa na vida desses trabalhadores.

Ações visando o fortalecimento do empreendimento, por meio de um processo de incubação e assessoria técnica atuante; da incorporação de máquinas e equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento da atividade e da agregação de valor aos materiais comercializados são extremamente necessárias, representando apenas o começo de uma trajetória em direção à emancipação e à melhoria da qualidade de vida dos associados.

**Gráfico 15** - Associados por tempo de participação no empreendimento



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Com relação ao tempo de participação no empreendimento, tem-se no Gráfico 15 que 56% dos entrevistados declararam ser associados há, no máximo, 1 mês. Esse percentual demonstra a existência de uma rotatividade permanente na Associação, fato esse que representa um desafio a ser enfrentado em direção a sua consolidação, pois esse fenômeno pode diminuir as chances de sustentabilidade e êxito do empreendimento em longo prazo.

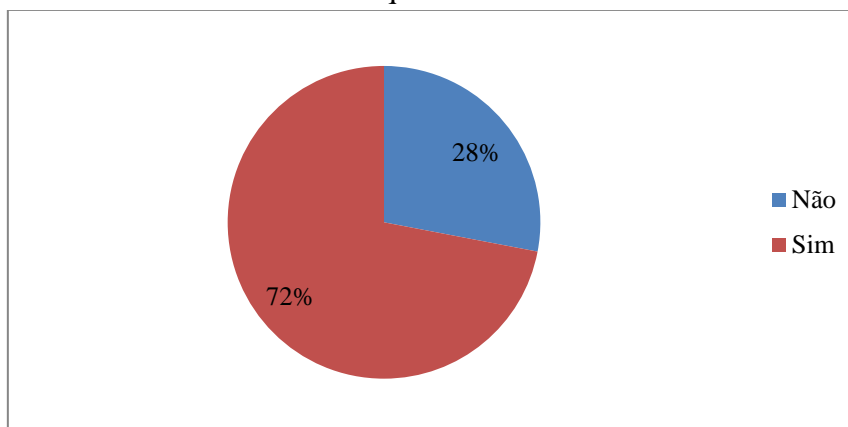
Para Oliveira, Azevedo e Araújo (2014), a elevada rotatividade dos empreendimentos de resíduos sólidos pode representar uma ameaça para a consolidação de um grupo consistente, pois com a entrada e saída de trabalhadores gera-se uma fragmentação que acaba por refletir desfavoravelmente sobre o fortalecimento coletivo e a formação de vínculos.

Outro ponto negativo da alta rotatividade diz respeito aos aspectos de gestão do empreendimento, refletindo, segundo Carmo (2009), na necessidade de constante capacitação dos trabalhadores recém-chegados, o que interfere nas condições de rendimento da Associação. Além do aspecto econômico, essa dinâmica de rotatividade provoca um caráter de instabilidade ao empreendimento, tanto para os associados que ali permanecem como para os agentes externos.

O que deve ser levado em consideração, então, são os motivos que acarretam essa alta rotatividade. Sobre isto Silva (2017) apresenta alguns apontamentos, como: Quais fatores impedem a permanência em longo prazo dos associados? O que é necessário ou falta na associação para manter o trabalhador? Quais são os elementos que atravessam a relação entre a associação e o catador?

Nesse caso, é necessário acrescentar a seguinte questão: Qual a contribuição do poder público nessa alta rotatividade? O que é possível o poder público viabilizar visando à mudança desse cenário?

**Gráfico 16** - Percentual dos associados que trabalharam anteriormente como catadores



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Percebe-se, no Gráfico 16, que grande parte dos entrevistados (72%) já trabalhou como catador anteriormente a sua entrada na Associação. Esse alto índice demonstra a permanência desses trabalhadores na atividade, por motivos como o conhecimento da rotina de trabalho, o desemprego e a identificação com o trabalho, segundo os entrevistados. Existem relatos de entrevistados que deixaram a atividade por um período, mas depois retornaram.

**Tabela 5** - Local de trabalho anterior como catador(a)

Local	Nº de entrevistados
Aterro sanitário	4
Autônomo	3
Autônomo e aterro sanitário	2
Cooperviva	5
Cooperviva e aterro sanitário	1
Cooperviva e autônomo	1
Depósito	1
Empresa de reciclagem	1
<b>Total</b>	<b>18</b>

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Esses trabalhadores, na sua maioria, já desenvolveram a atividade no interior do aterro sanitário, na Cooperviva e de forma autônoma (Tabela 5). A constituição da Associação foi um dos resultados do projeto 004/SENAES (que será detalhado no próximo capítulo), visando justamente à retirada dos catadores do interior do aterro

sanitário. A formação de um coletivo de trabalhadores, que associados somam forças em direção a melhores condições de trabalho e vida, seria, naquele momento, a melhor solução para os catadores do aterro.

**Tabela 6** - Atividades que os entrevistados realizam na Associação Novo Tempo

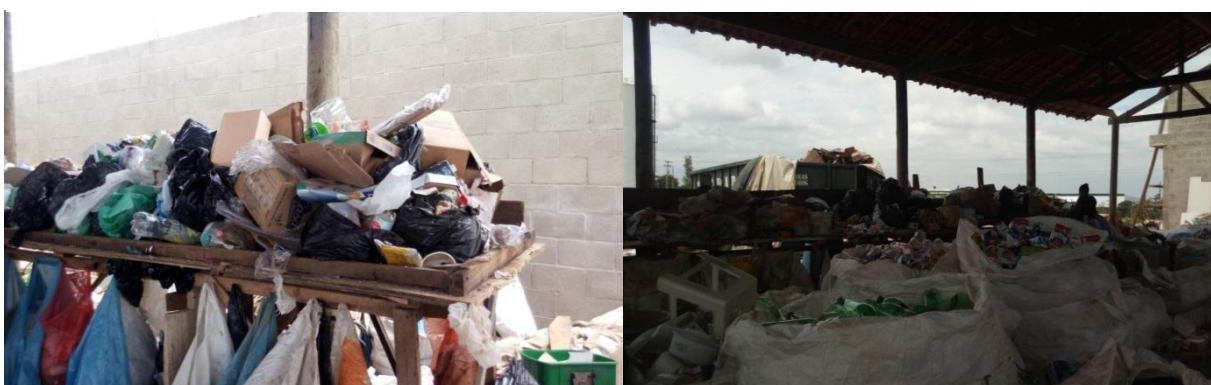
<b>Atividade</b>	<b>Nº de pessoas</b>
Coleta	3
Coleta e triagem	11
Coleta, triagem e comercialização	2
Triagem	8
Vigilância e carregamento de material	1
<b>Total</b>	<b>25</b>

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Na Tabela 6 observamos que, no que tange às atividades desenvolvidas, 11 associados realizam a coleta e a triagem do material, 8 entrevistados realizam apenas a triagem e 3 pessoas são responsáveis apenas pela coleta. A comercialização do material é realizada pela Presidente da Associação, juntamente com um associado.

Um fato observado durante as visitas diz respeito à grande parte das mulheres estarem nas mesas triando os materiais enquanto os homens executavam atividades de maior esforço físico, locomovendo os *bags* pelo barracão e descarregando o material do caminhão. Sobre a coleta, verificou-se que tanto os homens como as mulheres realizavam a atividade.

**Figura 14** - Mesa para a triagem e material já separado nos bags na Associação Novo Tempo

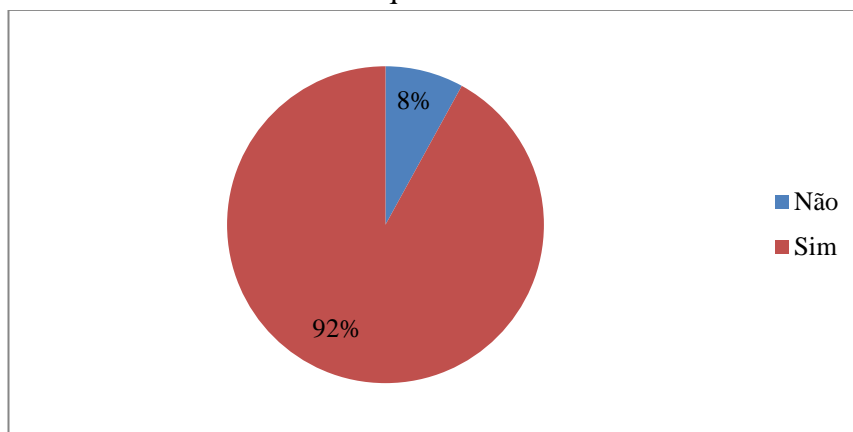


Fonte: BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Como triagem compreende-se a atividade de separação do material de acordo com suas características. Corresponde a um processo minucioso que depende do conhecimento sobre os diversos tipos de materiais e suas variações como, por exemplo,

o plástico que se apresenta em tipos como o PET, PVC, PP, entre outros. Além disso, é necessária a separação de um mesmo material de acordo com sua cor, pois caso não ocorra esse refinamento da separação o valor de venda do material é inferior.

**Gráfico 17 - Percentual dos associados que utilizam EPI**



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Um assunto de extrema relevância diz respeito à saúde desses catadores(as), que se encontram diariamente expostos a riscos de acidente, devido à própria natureza do trabalho. Sobre isso, Cavalcante, Da Silva e De Lima, (2014) discorrem que:

Os riscos de acidentes são aqueles decorrentes do ambiente de trabalho que causam algum tipo de dano, doença ou até mesmo morte do trabalhador. Dentre os riscos de acidentes durante as atividades laborais de catadores de materiais recicláveis associados e informais identificamos: exposição/contato com animais peçonhentos, eletricidade, probabilidade de incêndio, exposição/contato com perfurocortantes, atropelamentos e quedas, além de desabamentos de Bags. (CAVALCANTE; DA SILVA; DE LIMA, 2014, p. 5)

Nesse caso, tem-se como indispensável a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para trazer maior segurança e proteção a esses trabalhadores. Com relação aos entrevistados, 92% afirmaram utilizar algum EPI (Gráfico 17), porém o que se observou nas visitas foi que a maioria dos entrevistados não usava luva todo o tempo de trabalho. Assim segundo Cavalcante, Da Silva e De Lima, (2014, p. 5), os “[...] riscos de acidentes são intensificados pelo uso inadequado de ferramentas impróprias e/ou defeituosas, como também a não utilização de equipamentos de proteção individual durante as atividades laborais.”



**Tabela 7** - Equipamentos de Proteção Individual utilizados pelos entrevistados

<b>EPI</b>	<b>nº de pessoas</b>
Bota	5
Luva	4
Luva e bota	12
Luva, bota e óculos	2
<b>Total</b>	<b>23</b>

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

O EPI que verificou ser o mais utilizado durante as visitas e também apontado pelos entrevistados foi a bota (Tabela 7). Oliveira Filho (2006) pontua que “a proteção individual é requisito para o bem-estar do trabalhador, a erradicação de doenças epidêmicas e a contenção de doenças endêmicas. A má proteção individual é fonte de doenças e aumenta o risco de acidentes na atividade.” (OLIVEIRA FILHO, 2006, p.70)

Uma importante colocação de Cavalcante, Da Silva e De Lima (2014) diz respeito à importância da elaboração de tecnologias específicas para esse trabalhador, visando ao atendimento pleno de suas necessidades e, conseqüentemente, diminuindo a possibilidade de acidentes, aos quais estão frequentemente expostos.

Nesse contexto, é importante que os catadores(as) sejam ouvidos, porque são as experiências e relatos com relação ao trabalho e aos riscos vivenciados que deverão nortear o desenvolvimento de equipamentos de proteção mais adequados à categoria. Para que isso seja possível “[...] é imprescindível parcerias entre a universidade, poderes públicos e catadores de materiais recicláveis, a fim de mitigar os riscos e contribuir para melhoria da qualidade de vida desses profissionais.” (CAVALCANTE; DA SILVA; DE LIMA, 2014, p. 5)

**Quadro 4** - Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem como catadores(as)<sup>14</sup>

<b>Motivos</b>	<b>Nº de respostas</b>
Necessidade de sobrevivência	9
Desemprego	8
Falta de oportunidade de outro trabalho	6
Gosta de trabalhar como catador(a)	3
Falta estudo/qualificação para outro trabalho	2
Dificuldade na língua	2
Falta de oportunidade de emprego	2
Forma mais fácil de ganhar dinheiro	1

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

<sup>14</sup> Mais de uma resposta por entrevistado.

**Quadro 5** - Motivos que levaram os entrevistados a trabalharem na Associação Novo Tempo<sup>15</sup>

<b>Motivos</b>	<b>Nº de respostas</b>
Conhecia alguém que trabalhava na Associação	9
Necessidade de sobrevivência	7
Desemprego	6
Proibição de coletar no aterro sanitário	4
Ajudar o meio ambiente	1
Lugar fixo para trabalhar e deixar de coletar na rua	1
Ajudar em casa	1
Incentivo da prefeitura	1
Pagar as contas	1

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Questionados sobre os motivos que os levaram a trabalhar como catadores, tem-se como repostas mais citadas: necessidade de sobrevivência, desemprego e a falta de oportunidade de outro trabalho. Com relação aos motivos que levaram os catadores a trabalharem na Associação, o mais citado foi o conhecimento de alguém que já trabalhava no empreendimento, seguido da necessidade de sobrevivência e desemprego, sendo esses últimos também citados acima.

Fica claro, portanto, que esses trabalhadores encontraram na atividade de coleta de material e no trabalho na Associação a alternativa, até o presente momento, viável para a geração de renda, tendo em vista o alto índice de desemprego e a necessidade de sobrevivência de si e seus familiares. O empreendimento ainda se apresenta como uma forma de inclusão produtiva desses catadores.

**Quadro 6** - Respostas dos entrevistados com relação ao que eles entendem por Economia Solidária

<b>Respostas</b>	<b>Nº de entrevistados</b>
“Não sei.”	10
“Nunca ouvi falar.”	6
“É o que ajuda as pessoas.”	2
“É o que apoia a gente, o que precisamos eles têm que ajudar, ofício, cadastro, é um apoio dentro da prefeitura.”	1
“É uma grande ajuda para nós e para o mundo.”	1
“É igual uma cooperativa, trabalha em conjunto, tem o empreendimento e divide igualitário.”	1
“Ajuda as pessoas a resolver os problemas, cesta básica, cesta verde e currículo.”	1

<sup>15</sup> Mais de uma resposta por entrevistado.

“Uma coisa sem nexos, em que parte ela contribui para a vida de alguém?”	1
“Divisão em partes iguais e trabalho em equipe.”	1
“Uma união de gente trabalhando junto.”	1

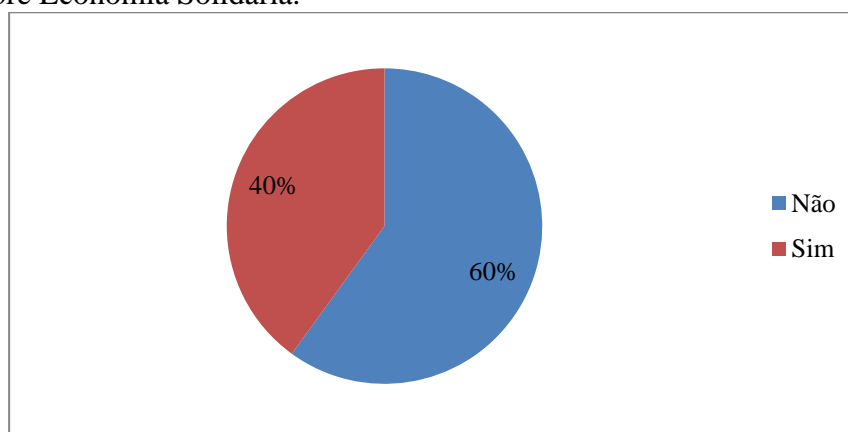
Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

O que mais chamou atenção nas falas dos entrevistados diz respeito à falta de conhecimento sobre a economia solidária. Ao serem questionados acerca do que compreendem por essa temática, 16 associados (o que representa 64% em termos percentuais) afirmaram não saber do que se trata ou nunca ter ouvido falar.

Esse fato é preocupante, pois os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários necessitam de um processo de formação acerca dos princípios e valores da economia solidária para compreender essa nova e distinta dinâmica de trabalho, baseada na solidariedade, na qual se encontram inseridos.

Esse deveria ser um dos passos iniciais dos associados, independentemente do tempo em que se encontram no empreendimento. Isto porque, somente com a inclusão desses trabalhadores em atividades visando à formação, à articulação e ao fortalecimento é que será possível a ampliação do entendimento acerca do importante papel que ocupam na cadeia de reciclagem, além da sobrevivência e desenvolvimento do empreendimento sob as bases da autogestão, democracia e igualdade.

**Gráfico 18** - Percentual dos associados que participaram de formação, encontro ou evento sobre Economia Solidária.



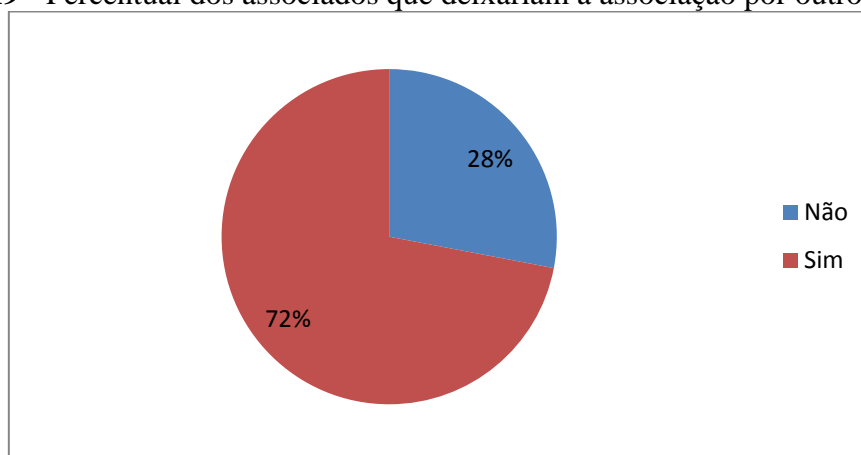
Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Ainda com relação à discussão acerca da importância dos associados compreenderem a economia solidária e as implicações dessa nova economia em suas vidas, tem-se que apenas 40% dos entrevistados já participaram de alguma formação, encontro ou evento que tratava dessa temática (Gráfico 18). Estes declararam ter

participado de atividades no Centro Público de Economia Solidária, entre elas reuniões e palestras, além da participação em eventos nas cidades de Campinas e Pirassununga.

É relevante destacar a importância de um processo contínuo de formação, processo esse que poderá ser moroso, porém extremamente necessário para a emancipação desses trabalhadores. Uma incubação também se faz imprescindível, com a presença permanente de profissionais das diversas áreas do conhecimento para apoiar as ações do empreendimento e auxiliar na resolução das demandas que surgem no cotidiano.

**Gráfico 19** - Percentual dos associados que deixariam a associação por outro trabalho



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Quando questionados se deixariam a Associação Novo Tempo por outro trabalho onde recebessem o mesmo valor, porém com carteira assinada, 72% dos entrevistados disseram que sim (Gráfico 19). Os motivos apontados dizem respeito aos benefícios que a carteira assinada proporciona, e entre eles foram citados: férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o recolhimento do INSS como garantia, caso ocorra algum acidente de trabalho e também para conseguirem aposentar.

Tratando-se do recolhimento do INSS, tem-se um fato preocupante, pois todos os entrevistados afirmaram não realizar o seu recolhimento, estando assim fora da cobertura previdenciária de que tanto necessitam. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013, p. 19):

Os indicadores de previdência apresentam o grau de proteção social em vigor na sociedade, garantindo ao trabalhador e à trabalhadora o direito a uma série de benefícios, tais como aposentadoria por tempo de serviço, salário maternidade, seguro acidente, entre outros. Entretanto, como o mercado de trabalho no Brasil é fortemente marcado pela informalidade, uma parcela significativa da nossa força de trabalho está fora da cobertura previdenciária.

Com relação aos apontamentos dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos do trabalho e da estrutura da Associação, que será apresentado no quadro 7 a seguir, tem-se um número maior de aspectos negativos, principalmente com relação à estrutura física. No que tange aos pontos positivos do trabalho, as respostas que foram mais citadas são: amizades, ter uma renda e nada de bom.

Sobre os aspectos negativos foram elencadas, em maior número, as seguintes respostas: nada de negativo, não sabe e baixa remuneração. A respeito dos pontos positivos da estrutura ocorreu um menor número de respostas, sendo que as mais citadas foram: barracão construído e coberto, nada de bom na estrutura e espaço bom. Já com relação aos aspectos negativos foram levantados os seguintes aspectos: alagamento do barracão com a chuva, não tem banheiro e nada.

**Quadro 7** - Pontos positivos e negativos com relação ao trabalho e à estrutura da Associação segundo os entrevistados<sup>16</sup>

	<b>Positivos/Freq</b>	<b>Negativos/Freq</b>
<b>Trabalho</b>	Amizades (7 pessoas) Ter uma renda (5 pessoas) Nada de bom (3 pessoas) Relacionamento bom com as pessoas (2 pessoas) Cesta básica (2 pessoas) Ter um trabalho (2 pessoas) Tranquilidade para trabalhar (2 pessoas) Tudo bom (2 pessoas) Não sabe (2 pessoas) Cesta de legumes (1 pessoa) Liberdade (1 pessoa) Contribui para o meio ambiente o material coletado não vai para o aterro sanitário (1 pessoa) Conhecimento (1 pessoa)	Nada de negativo (8 pessoas) Não sabe (4 pessoas) Baixa remuneração (3 pessoas) Problema de relacionamento por causa da língua (2 pessoas) Situação atual sem energia elétrica e sem os equipamentos (2 pessoas) Falta de respeito (2 pessoas) Humilhação (1 pessoa) Trabalhar no meio da água quando chove (1 pessoa) Falta de segurança (1 pessoa) Baixo valor na venda do material (1 pessoa) Ambiente de trabalho inadequado (1 pessoa) Conflitos entre os associados (1 pessoa) Sujeira (1 pessoa) Falta de organização (1 pessoa) Trabalho pesado (1 pessoa)

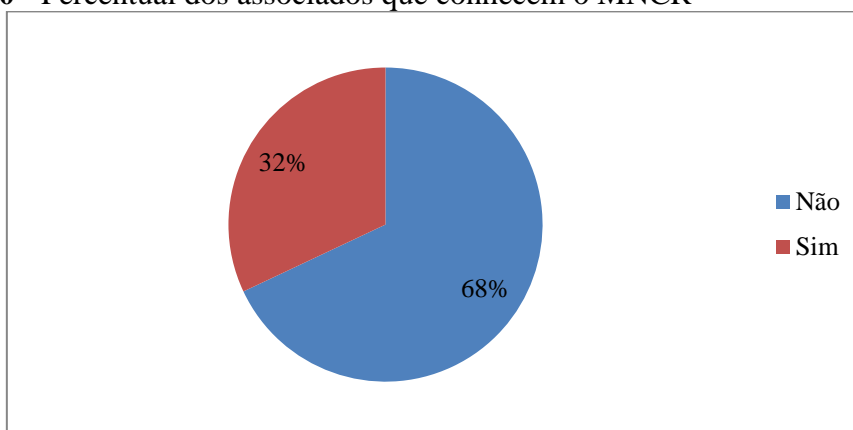
<sup>16</sup> Mais de uma resposta por entrevistado.

<b>Estrutura</b>	Barracão construído e coberto (8 pessoas) Nada de bom na estrutura (7 pessoas) Espaço bom (6 pessoas) Não sabe (3 pessoas) Ventilação (1 pessoa) Está razoável (1 pessoa) Ajuda das empresas parceiras (1 pessoa)	Alagamento do barracão com a chuva (9 pessoas) Não tem banheiro (6 pessoas) Nada (7 pessoas) Estrutura inadequada para esse tipo de atividade (4 pessoas) Apenas uma torneira com água (2 pessoas) Não tem energia elétrica (2 pessoas) Estrutura que esquenta muito (2 pessoas) Equipamentos ainda não foram entregues para a associação (prensa, triciclos, mesa de separação e balança) (1 pessoa) Não sabe (1 pessoa) Barracão ainda inacabado (1 pessoa) Tudo ruim (1 pessoa) Não tem segurança (1 pessoa) Necessidade de outro barracão (1 pessoa) Falta de ajuda da prefeitura (1 pessoa)
------------------	---	---

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

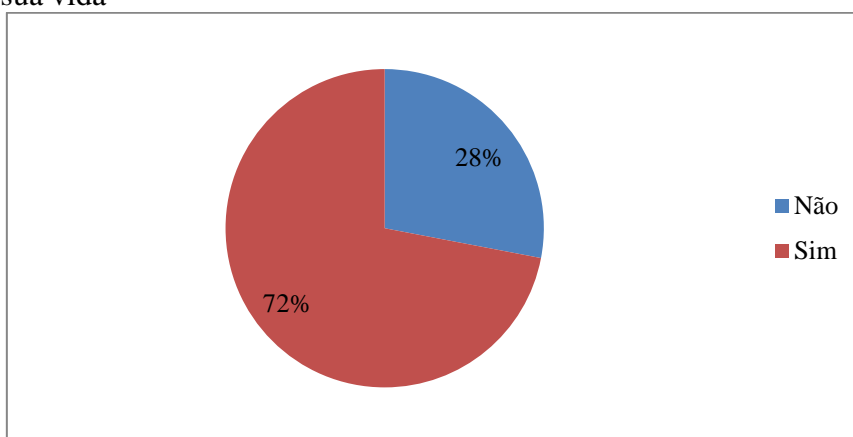
No Gráfico 20 observa-se que apenas 32% dos entrevistados têm conhecimento acerca da existência de um movimento que os represente, o MNCR, sendo que a associação ainda não é afiliada ao movimento. Desse modo, faz-se necessário o início da articulação com o movimento, caso ainda não tenha ocorrido, para fortalecer a categoria e, conseqüentemente, a associação, por meio da participação nos encontros, eventos e demais atividades que compreendem a ação política do movimento.

**Gráfico 20** - Percentual dos associados que conhecem o MNCR



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

**Gráfico 21** - Percentual dos associados que apontaram que a participação da associação melhorou sua vida



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

**Quadro 8** - Aspectos da vida que melhoraram com a participação na Associação, segundo os entrevistados<sup>17</sup>

Aspectos	Nº de respostas
Renda para sobreviver	9
Ter um trabalho	5
Conseguir pagar as contas	3
Em tudo	2
Conhecer pessoas e amizades	2
Saber onde vai trabalhar diferente de quando catava na rua	1
Se sente feliz	1
Alimentação	1

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

A respeito da qualidade de vida, segundo 72% dos entrevistados participar da associação acarretou melhoria em suas condições de vida (Gráfico 21). Os aspectos mais citados foram: a renda, ter um trabalho e conseguir pagar as contas. Os 28% que apontaram que nada melhorou em suas vidas citaram a baixa remuneração como o principal motivo da estagnação ou até a piora de sua qualidade de vida (Quadro 9).

**Quadro 9** - Respostas dos entrevistados sobre a existência de diálogo entre a Prefeitura e a Associação

Respostas	Nº de entrevistados
“Não sabe.”	9
“Não tem.”	3
“Sim.”	2
“Só promete não faz nada, tem diálogo, mas tudo que foi falado nada é feito de fato.”	1

<sup>17</sup> Mais de uma resposta por entrevistado.

“Vêm pessoas da prefeitura na associação, só promete, mas não executa.”	1
“Pouco diálogo.”	1
“Sim existe diálogo, mas nem tudo que é prometido acontece.”	1
“Vem, fala que vai ajudar, mas não ajudou em nada.”	1
“As pessoas da prefeitura vêm aqui.”	1
“Tem, devagar quase parando, vamos cobrar deles.”	1
“Parceria com a Economia solidária.”	1
“Vinhem no começo.”	1
“Vem aqui às vezes.”	1
“Vem gente da prefeitura faz reunião.”	1

Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Buscando compreender de que forma os entrevistados avaliam a relação entre a Associação e o poder público, primeiramente foi questionado sobre a existência de diálogo entre eles, sendo que 9 pessoas apontaram que não sabem, 3 responderam não ter e 13 afirmaram haver diálogo. Atribui-se às pessoas que responderam não saber da existência do diálogo o fato de terem iniciado suas atividades há pouco tempo na Associação.

Entre os que apontaram haver diálogo foram levantados importantes aspectos, entre eles a falta de comprometimento e credibilidade do poder público a partir das seguintes respostas: “Só promete não faz nada, tem diálogo, mas tudo que foi falado nada é feito de fato.”, “Vem pessoas da prefeitura na associação, só promete, mas não executa.”, “Sim, existe diálogo, mas nem tudo que é prometido acontece.”, “Vem, fala que vai ajudar, mas não ajudou em nada.”.

É relevante destacar que houve mudança da gestão municipal durante o processo de implantação e desenvolvimento da Associação. O primeiro momento, que compreendeu o processo burocrático de constituição do empreendimento, deu-se em uma gestão distinta da que assumiu em 2017. Houve assim uma ruptura no Programa de Economia Solidária quando essa nova administração assumiu o município, não dando a continuidade necessária para o fortalecimento desse empreendimento, como verificado nas falas dos entrevistados.

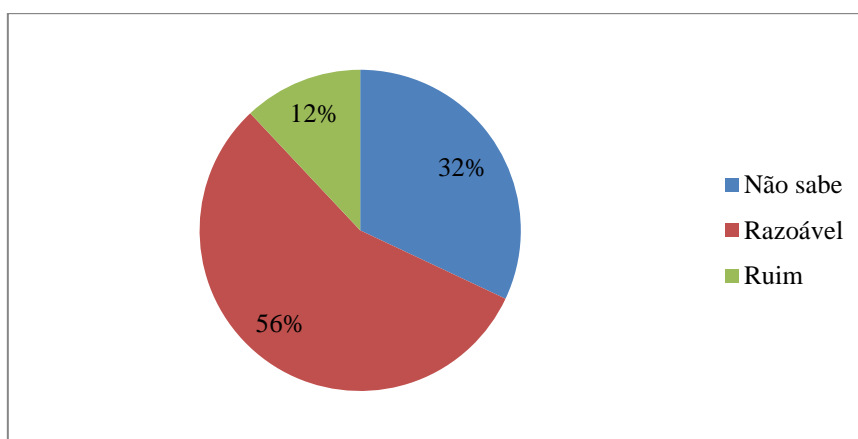
Em entrevista com o atual diretor do Departamento de Gestão de Programas Complementares, responsável pela economia solidária, o mesmo afirmou que, quando solicitado, oferece acompanhamento à Associação Novo Tempo e à Cooperviva.



Ainda segundo o diretor, a atuação da Economia Solidária junto à Associação Novo Tempo ocorre quando solicitada e por meio de assessoramentos pontuais. Além disso, controla o número de associados, faz também a entrega de cesta básica pelo Fundo Social de Solidariedade e da cesta verde pela Secretaria do Desenvolvimento Social.

Observa-se assim que as ações não partem do poder público local, pois atuam somente em atendimento das demandas que porventura surjam. Por outro lado, muitas vezes o que os catadores entendem como demandas não são atendidas, pois não têm o mesmo entendimento por parte dos gestores públicos. Dessa forma, pelo fato de não contarem com uma equipe técnica multidisciplinar para trabalhar com a priorização dessas demandas, as ações ficam prejudicadas, demonstrando que atualmente não existe uma política pública efetiva em prol desses catadores(as).

**Gráfico 22** - Como os entrevistados avaliam a relação entre a associação e o poder público



Fonte: Pesquisa direta, BRITSCHGY, L.F.C, 2018

Ao serem questionados sobre como avaliam a relação entre a associação e o poder público, em uma escala de muito boa, boa, razoável, ruim e não sabe, 56% dos entrevistados declararam ser razoável, 32% não sabem e 12% apontaram ser ruim (Gráfico 22), o que comprova a insatisfação dos associados com a ação do poder público. Nesse contexto, vale destacar que a PNRS prevê como um de seus instrumentos o fomento à constituição e ao desenvolvimento de associações e demais configurações de trabalho coletivo, de catadores de material reciclável. (BRASIL, 2010)

Nesse caso, o papel do poder público é atuar como principal órgão para o fomento, propiciando formas de incentivo ao desenvolvimento adequado da associação,

já que o município tem responsabilidade pela gestão integrada dos resíduos sólidos e a reciclagem um dos princípios que norteiam a PNRS.

Procurando fazer uma síntese final sobre o perfil social e profissional dos catadores(as) da Associação, podemos dizer que é formado por mulheres (64%); maioria de negros ou pardos (92%); com faixa etária predominante de 26 a 35 anos (48%); baixa escolaridade, possuindo ensino fundamental incompleto (48%); a maioria possui moradia própria (40%); os bairros são Jardim Novo I e II (24%) e bairros próximos ao aterro (97%). Quanto ao estado civil, a maioria é de solteiros (48%), possuem a sua renda como a principal renda familiar (60%) e estão participando da associação há até 1 mês (56%).

### **3.6 Considerações sobre os atores sociais apresentados**

Após os dados apresentados percebem-se algumas diferenças no perfil dos catadores(as), ainda mais acentuadas, entre a Cooperativa e a Associação, especialmente em relação aos níveis de qualidade de vida. Os que se encontravam em uma situação mais crítica eram os que atuavam no aterro sanitário, pois apresentavam alta dependência da coleta para a geração de renda, em um ambiente insalubre.

Ao ser constituída a Associação Novo Tempo, em 2016, visando à incorporação desses catadores(as) e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma qualidade de vida adequada, o que se observou foi que a Associação não foi capaz de eliminar algumas das fragilidades vivenciadas até aquele momento, como, por exemplo, a baixa remuneração e as condições estruturais precárias de trabalho.

Com relação às diferenças entre a Cooperviva e a Associação, estas estão ligadas a diversos aspectos, entre eles a infraestrutura, as condições de trabalho e o valor da remuneração. Os fatores que as diferenciam estão intrinsecamente ligados ao tempo de trajetória dos empreendimentos, já que a Cooperviva vem desenvolvendo estratégias para melhorar suas condições há mais de uma década, através de parcerias com agentes públicos e privados na busca de recursos de fomento, a partir da elaboração de projetos que viabilizam a sustentabilidade e a consolidação da Cooperativa.

O insuficiente investimento e fomento na Associação, observado pela precariedade das instalações e pela falta de acesso aos meios de produção, máquinas e equipamentos adequados para o trabalho, faz com que os associados travem uma luta diária para a sobrevivência do empreendimento, sendo privados do acesso a itens básicos, como a utilização de sanitários e água encanada.

Outro fato relevante diz respeito à identificação de uma visível disputa pelo material reciclável entre os atores sociais, identificada, no caso dos catadores autônomos, pela estratégia de se antecipar ao caminhão da coleta seletiva para ter acesso aos materiais e conseguir selecionar os que possuem melhores valores de venda, como o alumínio, aço, garrafa PET, entre outros.

No caso dos empreendimentos, essa disputa é em parte compreendida pelo fato da comercialização do material ser a única fonte de renda dos catadores, já que não recebem pela prestação de serviço. Daí a necessidade de discussão com o poder público municipal sobre a possibilidade de remuneração da força de trabalho desses catadores(as), através da contratação dos empreendimentos como visa a PNRs.

[...] dada a contribuição que essa parcela da classe trabalhadora tem dado para o desenvolvimento social e econômico do país, é justo que permaneça como alvo de políticas públicas, especialmente de Economia Solidária e de gestão de resíduos sólidos, bem como de permanentes estudos acadêmicos que possam contribuir para superação da dura realidade em que ainda se encontra, a despeito dos esforços dos órgãos públicos federais. (CARVALHO; RONDINI, 2017, p. 260)

Faz-se necessária uma articulação solidária em Rio Claro, visando à comercialização em conjunto do material reciclável da Cooperviva e da Associação Novo Tempo, tentando integrar também os catadores autônomos. É de extrema relevância uma articulação entre esses atores sociais e um diálogo, sem intermediação de agentes externos (públicos ou privados), garantindo o protagonismo da classe. Sobre isso, Carvalho (2008) aponta que:

[...] a possibilidade de superação dessa condição de tanta subordinação está na implementação de uma rede de comercialização entre grupos de catadores organizados. Solidariedade estratégica, que, além de possibilitar a concentração de grande volume de materiais, favorecendo as condições de negociação no mercado para buscarmos melhores preços, visa igualmente ao avanço na cadeia produtiva dos recicláveis, transformando materiais, como alguns plásticos, agregando-lhes valor. (CARVALHO, 2008, p. 7-8)

Só assim os conflitos com relação à disputa pelo material podem desaparecer, dando lugar à solidariedade e à união dos catadores(as). O cenário de desarticulação apresentado contribui para o fortalecimento do mercado, já que assim é mais fácil manter o *status quo*, representado pela exploração, baixos valores para o material e a concentração da riqueza.

#### **4. O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO PROJETO DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES(AS)**

O presente capítulo foi elaborado para responder a dois objetivos específicos: elaborar um quadro-síntese do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”, e analisar os impactos do mesmo. Para tanto, inicialmente serão apresentados alguns pressupostos e desafios do referido Projeto, contemplado pelo edital 004/SENAES.

Ao longo dessa análise foi importante elaborar o quadro-síntese, pois o mesmo permitiu uma análise global do Projeto. Por meio dessa síntese qualitativa, conseguimos apontar as principais ações, avanços e deficiências, atendendo aos objetivos traçados na proposta dessa pesquisa de mestrado.

Por meio da literatura e de entrevistas realizadas com uma parcela dos catadores(as), foi possível subsidiar a análise dos impactos do Projeto, procurando observar se, de algum modo, ele repercutiu em um possível desenvolvimento socioespacial, tendo como base as condições de trabalho e de vida dos catadores(as).

##### **4.1 Análise do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”**

O Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”, que será aqui analisado, teve por finalidade a promoção de ações e atividades para a elaboração, implementação, monitoração e avaliação das políticas públicas voltadas para a questão dos resíduos sólidos recicláveis, por meio da constituição e fomento de empreendimentos solidários. Para tanto, foi realizado um levantamento dos catadores que atuavam no município e que deveriam passar por um processo de sensibilização e formação visando ao aprimoramento de suas atividades, por meio do Programa Municipal de Economia Solidária. (RIO CLARO, 2015a)

Buscou-se integrar esses catadores na economia solidária por meio de assistência técnica e formações, visando à difusão dos princípios solidários, da autogestão, do cooperativismo, do associativismo; promovendo o fortalecimento da categoria e priorizando a população que se encontra em situação de extrema pobreza. (RIO CLARO, 2015a) Sobre a relevância dessa outra economia tem-se que:

[...] posicionar a Economia Solidária como instrumento central de transformação social, demonstrando que esse enfoque privilegia a inserção no mercado de trabalho de setores marginalizados economicamente no sistema formal de trabalho, possibilitando formas coletivas de propriedade e dos laços de solidariedade entre os trabalhadores. Somente assim conseguiremos inverter a forte subordinação do trabalho e a ausência de perspectiva de futuro que acompanha as populações residentes, não apenas em nosso município, como em áreas metropolitanas ou em outras pequenas localidades. (RIO CLARO, 2015a, p. 3)

O projeto, com duração prevista de 36 meses, abarcou, na cidade de Rio Claro, os territórios de abrangência dos CRAS, que são equipamentos públicos localizados em áreas de vulnerabilidade social e econômica, que oferecem serviços buscando o fortalecimento de vínculos das famílias atendidas e apoio a ações da comunidade.

Segundo o Projeto Base, a proposta era a realização de um trabalho que compreendesse a identificação dos catadores que atuam no aterro sanitário e sua mobilização para que pudessem deixar de coletar nesse local, cumprindo o que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos e fortalecendo-os como classe trabalhadora, buscando assim integrá-los à cooperativa ou fomentar um novo empreendimento. Segundo o artigo 4º da Lei n 12.305, de 2 de agosto de 2010:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

Buscou-se, com este projeto, realizar um trabalho junto aos atores sociais escolhidos, a fim de integrá-los ao Programa Municipal de Economia Solidária, promovendo a valorização do trabalho da mulher, a erradicação do trabalho infantil e visando à melhoria da coleta seletiva municipal, colocando o catador no centro da cadeia de reciclagem de resíduos sólidos, reconhecendo e valorizando seu trabalho. (RIO CLARO, 2015a)

O projeto teve como objetivo geral “fomentar e articular redes de cooperação e trocas de experiências entre os catadores e catadoras do município de Rio Claro, fomentando a organização coletiva, com a possibilidade de inserção na cooperativa de catadores já existentes”. (RIO CLARO, 2015a) Os objetivos específicos estão descritos no quadro abaixo:

**Quadro 10** - Objetivos específicos do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”

Objetivo	Descrição
Objetivo específico 1	Identificar, sensibilizar e mobilizar catadores e catadoras de material reciclável atuantes no Município de Rio Claro.
Objetivo específico 2	Incubar e Assessorar tecnicamente os EES constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis.
Objetivo específico 3	Criar redes de cooperação entre os EES de catadores e catadoras de materiais recicláveis com vistas à consolidação organizativa, técnica e econômica das atividades associativas de coleta e reciclagem.
Objetivo específico 4	Promover articulação e parcerias com o poder público e os diversos setores da sociedade, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), com vistas à construção de soluções locais para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.
Objetivo específico 5	Ampliar o acesso aos serviços públicos de proteção social, educação, saúde, cultura e lazer às pessoas trabalhadoras da coleta seletiva e triagem de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Fonte: RIO CLARO, 2015a.

Para o cumprimento dos objetivos específicos, o projeto foi composto por cinco metas, descritas abaixo:

**Quadro 11** - Metas do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”

Meta	Descrição
Meta 1	Diagnosticar e constituir um Plano de Ação para organização dos catadores e catadoras em EES.
Meta 2	Constituir, incubar e assessorar tecnicamente os EES formados por catadores e catadoras atuantes no aterro sanitário e “carrinheiros” nas vias públicas.
Meta 3	Formar Rede de Cooperação Regional entre os EES pertencentes à cadeia produtiva de resíduos sólidos.
Meta 4	Implantar o Programa Municipal de Reaproveitamento de Resíduos Sólidos Recicláveis.
Meta 5	Complementação da Meta 3 – formar rede de cooperação regional entre os EES pertencentes à cadeia produtiva de resíduos sólidos.

Fonte: RIO CLARO, 2015a.

A fonte de recursos para sua execução foi proveniente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da SENAES, acompanhada de uma contrapartida do município, como consta na tabela a seguir. A composição das despesas do projeto para o cumprimento das metas compreendeu serviços técnicos, assessoria e consultoria técnica ou jurídica, além da aquisição de máquinas e equipamentos de natureza industrial, equipamentos de proteção individual, uniformes, entre outras despesas. (RIO CLARO, 2015a).

**Tabela 8** - Valor total do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”

<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Custeio</b>	<b>Investimento</b>	<b>Valor Total</b>
MTE	R\$ 345.000,00	R\$ 205.000,00	R\$ 550.000,00
Contrapartida		R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Rendimentos	R\$ 640,00		R\$ 640,00
Total	R\$ 345.640,00	R\$ 280.000,00	R\$ 625.640,00

Fonte: RIO CLARO, 2015a.

A primeira ação prevista pelo projeto foi a identificação e sensibilização dos catadores desarticulados, visando à elaboração de um diagnóstico que contemplasse as potencialidades da cadeia produtiva de resíduos sólidos recicláveis em Rio Claro. Esse levantamento ocorreu em três frentes: aterro, sucateiros e carrinheiros, sendo realizado pelos Agentes de Desenvolvimento e Economia Solidária (ADES), contratados para o desenvolvimento desse trabalho entre os residentes nos territórios. (RIO CLARO, 2017)

O resultado dessa etapa foi a elaboração de um plano de ação que contemplasse um planejamento estratégico das ações para a atuação dos catadores, visando à possibilidade da cooperativa incorporar novos membros ou à possibilidade de formar novos empreendimentos. (RIO CLARO, 2017)

Com os catadores que demonstraram interesse na adesão ao Programa Municipal de Economia Solidária foi iniciado um processo de incubação, por meio de uma oficina de formação sobre Economia Solidária e suas perspectivas. (RIO CLARO, 2017)

Foram realizadas, mensalmente, oficinas com duração de 4 horas, buscando a formação dos catadores, o levantamento de demandas e a avaliação das ações executadas. No primeiro semestre de execução do projeto o empreendimento foi assessorado por técnicos em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, identificando as demandas e possibilidade de acesso dos catadores a programas e benefícios. (RIO CLARO, 2015a)

Após a exposição de algumas informações que constam no projeto base e a leitura dos relatórios de execução, optou-se por elaborar um quadro síntese, apresentado a seguir, pontuando as principais ações, avanços e deficiências por meio de um ponto de vista crítico.

**Quadro 12** - Síntese do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”.

<b>Ações</b>	<b>Avanços</b>	<b>Deficiências</b>
Elaboração de diagnóstico das potencialidades socioeconômicas dos catadores e catadoras autônomos, da Cooperviva e do Aterro Sanitário.	Identificação por meio de busca ativa do real número de catadores(as) que atuavam no município, sendo possível traçar seu perfil para a atuação de políticas públicas.	O plano de ação para os catadores(as) autônomos não foi identificado de maneira clara pelos relatórios de acompanhamento. Além da entrega dos EPIs e da participação nos encontros, o que de fato foi realizado para melhorar as condições de trabalho desses trabalhadores? Não foi possível integrá-los numa rede de comercialização mais justa.
Oficinas de formação em Economia Solidária.	Possibilidade de um espaço para o encontro dos catadores(as), discussão acerca do trabalho e conhecimento sobre a economia solidária, sendo realizada nos diversos territórios.	Baixa adesão dos catadores(as), considerando o número de catadores identificados, além de fraca articulação e constituição de vínculos entre os catadores(as) da cooperviva, autônomos e aterro sanitário.
Incubação e Assessoria Técnica aos EES.	Acompanhamento da Cooperviva. Participação em todo o processo de formação do novo EES, dando apoio técnico e jurídico para sua viabilização.	Curto período de tempo de incubação e assessoria técnica ao EES constituído, sendo insuficiente frente aos desafios enfrentados pelo empreendimento.
Constituição de um novo EES de resíduos sólidos – a Associação de Catadores Novo Tempo.	O empreendimento foi formado por parcela dos catadores(as) que atuavam no Aterro Sanitário e autônomos.	A Associação de Catadores Novo Tempo criada não foi integralmente articulada com a Cooperviva. Além disso a nova Associação enfrentou dificuldades para se estabelecer no local designado para a atividade, além de não ter acesso a todos os equipamentos.



Aquisição de equipamentos para transporte, triagem, prensagem e acondicionamento de materiais recicláveis coletados pelos EES incubados.	Aquisição de uma esteira para a Cooperviva, duas prensas (uma destinada à Cooperviva e uma para a Associação) e triciclos que foram destinados para a Associação.	Falta do protagonismo da classe, sendo necessária integral participação dos catadores(as) na elaboração do projeto, identificando as reais necessidades quanto às máquinas e equipamentos.
Aquisição de EPI.	Foi entregue um kit de EPI com luva (02 pares), máscara, óculos de proteção e um par de botas para os catadores autônomos.	Falta de um monitoramento para a verificação do uso correto e diário desses equipamentos.
Fortalecimento e valorização dos catadores(as).	Foi o maior montante de recursos financeiros disponibilizados até o momento para um trabalho que abrangeu grande parcela dos catadores(as), não ficando restrito somente aos que já se encontravam organizados.	Nenhum catador(a) identificado pelo projeto foi integrado à Cooperviva, não sendo possível constituir uma rede solidária sólida entre os catadores(as).

Fonte: RIO CLARO, (2014, 2015b, 2016d).

Elaborado pela autora.

#### 4.2 Análise do impacto do Projeto e o desenvolvimento socioespacial

Para construir uma análise do impacto do Projeto 004/SENAES, sob o prisma do desenvolvimento socioespacial, foram realizadas entrevistas com uma amostragem de 10% de cada um dos grupos de atores sociais beneficiários do projeto (catadores cooperados, autônomos e da Associação).

A partir das falas dos catadores(as) foi possível verificar se ocorreram ou não avanços nos parâmetros subordinadores (autonomia individual e coletiva) e nos parâmetros subordinados (qualidade de vida e justiça social), para então verificar se com a execução do Projeto foi possível promover o desenvolvimento socioespacial. Esse método de análise utilizado nesta parte da pesquisa foi apresentado por Marcelo Lopes de Souza, em 2003, em seu livro: *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Assim, segundo o autor:

A pergunta inicial que se deve formular, diante da tarefa de avaliar os impactos de uma intervenção realizada ou em curso ou de estimar os prováveis efeitos da implementação de uma estratégia de desenvolvimento, é, portanto, a seguinte: *como e em que extensão a intervenção ou estratégia em questão contribuiu, tem contribuído ou*

*contribuiria para maiores autonomia individual e coletiva? As demais indagações, tais como de que modo e em que extensão a intervenção ou estratégia em questão contribuiu, tem contribuído ou contribuiria para maior justiça social? e como e em que extensão a intervenção ou estratégia em questão contribuiu, tem contribuído ou contribuiria para uma melhor qualidade de vida? [...]. (SOUZA, 2003, p. 67)*

A seguir, iremos apresentar como a avaliação da autonomia individual e coletiva, da qualidade de vida e da justiça social dos catadores, pode nos levar a considerar a possibilidade dos catadores de Rio Claro terem conseguido melhorar ou não as condições do desenvolvimento socioespacial.

#### **4.2.1 Parâmetros subordinadores para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Autonomia individual e coletiva**

Inicialmente, apresentaremos o conceito de autonomia a partir da visão de Castoriadis (1992), que discorre sobre o surgimento da autonomia possuindo como germe uma questão explícita e ilimitada, levando em consideração os significados do imaginário social e seu fundamento provável. Refletindo na construção de uma nova sociedade e, conseqüentemente, de outro perfil de cidadão, “[...] a autonomia, tanto social como individual, é um *projeto*.” (CASTORIADIS, 1992, p. 139)

Pautando-se nesse conceito de autonomia, pode-se dizer que seria possível à sociedade trilhar um novo caminho, abandonando valores preestabelecidos e condutas até então impostas, voltando a atenção individual e coletiva para a reflexão crítica pautada pela liberdade. Sendo assim, é necessário, a princípio, entender a seguinte questão proposta por Castoriadis (1992): em que perspectiva o sujeito consegue tornar-se autônomo? Para o autor, essa indagação compreende uma perspectiva interna e uma externa.

A perspectiva interna refere-se ao sujeito e toda a sua complexidade de sentimentos, emoções e vivências, que não faz sentido suprimir, até porque a sua própria capacidade de reflexão e sua clareza são, em parte, conseqüências disso. (CASTORIADIS, 1992) Ainda segundo o autor:

A autonomia do indivíduo consiste no seguinte: outra relação é estabelecida entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, como também entre seu presente e a história graças à qual ele se fez tal qual ele é, e pôde escapar à servidão da repetição, refletir sobre ele mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do certo e elucidação de seu desejo. (CASTORIADIS, 1992, p. 140)

Assim, a partir do momento em que essa autonomia consegue, de fato, transformar a conduta do sujeito, ele deixa então de ser somente fruto da sua psique, de suas vivências e da instituição que lhe transmitiu ensinamentos. Ou seja, o desenvolvimento de uma instância baseada na reflexão e deliberação da autêntica subjetividade permite uma imaginação extrema do indivíduo, sendo fonte de inspiração e mudança. Desse modo, “[...] a formação dessa instância faz com que ele atinja uma liberdade efetiva, que pressupõe certamente a indeterminação do mundo psíquico e sua permeabilidade ao sentido.” (CASTORIADIS, 1992, p. 141)

Com relação à perspectiva externa, ela refere-se à imensidão e à complexidade do contexto social e histórico em que o indivíduo se encontra inserido. Não existe a possibilidade de um sujeito ser livre sozinho, nem tampouco independentemente da sociedade. (CASTORIADIS, 1992) Não se pode, assim, desvincular o indivíduo da coletividade, pois ao mesmo tempo em que o sujeito constrói a sociedade ele também é construído por ela.

É necessário que a instituição se modifique de tal forma que possa ser questionada pela sociedade que a construiu e pelos sujeitos que dela participam. A expressão verdadeira da instituição são os sujeitos que se expressam e se manifestam. (CASTORIADIS, 1992)

Buscando trazer o conceito de autonomia para uma situação concreta, nesse caso para subsidiar a análise do impacto do projeto 004/SENAES na autonomia dos catadores(as) beneficiários, é relevante levar em consideração o exposto por Souza (2013), de que:

A autonomia, entendida muito simplificada como uma democracia autêntica e radical, é, ao mesmo tempo, um *princípio ético-político* e um *critério de julgamento*, e é essa segunda característica que lhe confere um sentido operacional: os *ganhos efetivos de autonomia* são um critério que pode ser empregado no exame da utilidade social de situações e processos concretos [...]. (SOUZA, 2013, p. 268-269)

A autonomia é valorizada também no campo da economia solidária, pois, segundo Mendes (2015, p. 20), “[...] as experiências, as práticas e os princípios que norteiam a economia solidária visam, sobretudo, à autonomia coletiva, o que pressupõe uma sociedade autônoma e uma territorialidade autônoma.”

Souza (2013) discorre que para a análise de um projeto ou intervenção no mesmo deve ser considerada, principalmente, a sua colaboração em curto e longo prazo,

diretamente ou de maneira indireta, para a diminuição ou aumento da heteronomia, assim como para a possibilidade de incentivos amplos ou limitados (podendo ser até inexistentes) em direção à autonomia. De modo empírico, é nisso que se baseia “[...] uma avaliação do desenvolvimento sócio-espacial como um processo no sentido ora advogado. Em cada caso, a pergunta fundamental tem a ver com a redução ou superação da heteronomia e com a conquista da autonomia.” (SOUZA, 2013, p. 269)

Baseando-se nisso, foram realizadas entrevistas com uma parcela dos beneficiários do Projeto, que responderam à seguinte questão: No seu trabalho, em quais momentos é possível desenvolver a autonomia? Houve mudanças em sua autonomia após a participação no Projeto? Dê exemplos.

Como melhor forma de organização e análise das respostas, optou-se por agrupar as respostas de cada categoria dos atores sociais separadamente. Assim, serão apresentadas e analisadas, inicialmente, as falas dos catadores(as) da Cooperviva.

Verificou-se nas respostas de três entrevistados uma perspectiva individual de autonomia, ficando claro que o entendimento desse conceito limita-se, segundo as falas, à liberdade para agir sem interferência externa.

Para Souza (2013), a autonomia individual está baseada na capacidade do indivíduo em escolher, com conhecimento aprofundado e de forma lúcida, seu bem-estar, livre de pressão formal. É relevante indagar até que ponto os entrevistados conseguem, de fato, ter liberdade para suas escolhas, sendo que estes estão inseridos em um forte contexto externo de opressão e heteronomia.

“Eu consigo resolver, só eu, só com o meu olhar.” Entrevistado 1

“Tenho autonomia para fazer o meu serviço. Não tem alguém de fora, faço o que faço.”  
Entrevistado 2

“Tenho liberdade para ensinar as pessoas que ainda não sabem. Tenho liberdade para trabalhar na prensa.” Entrevistado 3

Existe uma questão fundamental, que não pode ser desconsiderada, que compreende o seguinte: em um sistema econômico capitalista, em que seus valores hegemônicos proliferam para além da esfera econômica, é possível o exercício pleno da autonomia, seja no trabalho, seja na esfera privada da vida dos indivíduos? O posicionamento aqui defendido e que pode ser verificado nas falas dos entrevistados (apresentadas acima) que se encontram inseridos em uma cooperativa, sobre os valores e a lógica da economia solidária, é de que a concretização da autonomia só será possível

em uma lógica contrária da capitalista, baseada na solidariedade e visando ao empoderamento dos sujeitos.

Com relação a essa outra lógica, a economia solidária, Singer (2002) coloca que se almeja que essa seja uma alternativa distinta e ao mesmo tempo mais adequada por promover aos sujeitos que nela se encontram inseridos uma vida satisfatoriamente melhor. Essa vida melhor vai além de questões estritamente econômicas e de consumo, abrangendo assim outras dimensões, melhorando, entre outras coisas, o:

[...] relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 114-115)

A seguir, destacam-se duas falas referindo-se à importância da questão do coletivo e do apoio do poder público, sem, contudo, retirar o protagonismo da classe e a autonomia da Cooperviva. Nelas fica clara a tentativa de se chegar a uma autonomia coletiva.

Segundo Souza (2013), a autonomia coletiva engloba a sociedade como promotora das próprias leis, fundamentada no desejo consciente dos cidadãos e na “[...] existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo.” (SOUZA, 2013, p. 265)

Sem projeto não tem cooperativa, a gente não consegue comprar. Vamos correr atrás de projeto. Projeto que corre atrás para ter prensa e demais equipamentos. Tem que ter catadores se não tem catadores acompanhando não tem projeto. A prefeitura acompanha, mas o projeto é da Cooperviva. Entrevistado 1

“A gente trabalha tudo em conjunto, aqui procura estar sempre unido, fazer todo o serviço juntos, um ajudando o outro, grupo de cooperados.” Entrevistado 4

É relevante considerar, segundo Mendes (2015), que a economia solidária vai além de novas formas de produzir, distribuir e consumir, tendo que se considerarem seus impactos propositivos na defesa da liberdade plena e na emancipação dos sujeitos. Esta outra economia preocupa-se em gerar valores centrados no ser humano, respeitando as especificidades culturais e buscando o empoderamento local.

Ainda segundo o autor, “o empoderamento coloca os cidadãos como produtores de políticas públicas não governamentais e como aqueles que não ficam esperando pelas

iniciativas do governo.” (MENDES, 2015, p. 23). Até porque, em um cenário político e econômico como o que vem se apresentando atualmente, com quedas no investimento público em políticas sociais e, especificamente, com o processo de desmonte da economia solidária, a saída para a manutenção, principalmente das ações e dos empreendimentos, encontra-se fora do fomento governamental.

Vislumbra-se assim um novo momento para a economia solidária brasileira, que será (re)construída, principalmente, por meio da autonomia coletiva. As cooperativas e associações de catadores(as) têm papel importante nisso por apresentarem, entre outras coisas, uma identidade de classe representada pelo MNCR, um número considerável de empreendimentos e uma articulação social e política histórica no Brasil.

Em relação aos catadores autônomos, verifica-se apenas a esfera individual nas respostas apresentadas. Nota-se, nas respostas de três entrevistados, apresentadas a seguir, o desenvolvimento de estratégias e critérios visando apenas a sua sobrevivência, e assim essa autonomia pode ser considerada positiva e ao mesmo tempo ser interpretada como uma fragilidade, já que sua liberdade fica condicionada à estrutura fundamentada na heteronomia, que é predominante.

“Aqui a gente depende da gente mesmo. A autonomia está na mesma depois do projeto.” Entrevistado 1

“Eu mesmo que tenho autonomia. Não consegui ver nada. A única mudança ia ser a associação. Na autonomia não melhorou nada, ficava contente nos encontros, divertia com a turma.” Entrevistado 2

“Faz 20 anos que trabalho com reciclagem, mas tem um porém, veja bem, às vezes tem polícia que vem ver se tem coisa roubada. Cato, ganho até bem, saio cedo, cato umas 2 viagens, não entrego nada para ladrão.” Entrevistado 3

Outra questão de extrema relevância surgiu a partir da fala de uma entrevistada, exposta a seguir, que possui como entrave para o desenvolvimento de sua autonomia o controle do companheiro, o qual exerce um poder de dominação frente à liberdade de trabalho e vida da catadora.

Verifica-se assim uma dupla opressão vivenciada pela entrevistada, que vai além da opressão da classe de catadores, uma opressão por ser mulher, historicamente existente na nossa sociedade. Nesse caso, faz-se necessário, segundo Cortez (2006), a redefinição dos paradigmas sociais determinados para ambos os gêneros, visando ao empoderamento das mulheres que ainda se encontram fora do sistema produtivo, além

de elevar seu leque de possibilidades e sua liberdade de escolha, caminhando assim para sua autonomia.

Desse modo, a necessidade de empoderamento das mulheres representa, antes de tudo, o reconhecimento das restrições sociais a que essa categoria está submetida, por ser compreendida como o “elo mais fraco” da relação homem-mulher, e da necessidade de reversão dessa situação, fazendo-se notar por mudanças em um contexto amplo, público (inserção em cargos políticos, aumento da escolaridade, acesso à educação não sexista e a serviços de saúde adequados), e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento na autonomia e na autoconfiança das mulheres). (CORTEZ, 2006, p. 9)

“O meu patrão é ele (o marido). Faço mas sempre ele está no meu pé, ele cuida de mim.” Entrevistada 4

Ao ampliar o olhar sobre a economia solidária, pode-se considerar sua relevância e suas possibilidades de atuação no que tange às questões de gênero. Segundo Nobre (2003), partindo-se dessa outra economia busca-se tornar possível uma democracia de fato, uma partilha igualitária da riqueza, visando alicerçar seus pilares para além da esfera econômica, mas também na sociedade. É relevante voltar o olhar para as mulheres como sujeitos e buscar uma ampliação do diálogo com o movimento feminista e suas concepções. Assim segundo a autora, “a economia solidária é um terreno privilegiado para exercitarmos novas práticas e proporcionarmos vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres.” (NOBRE, 2003, p. 9)

Para grande parte dos entrevistados, a autonomia está ligada ao poder de escolha e liberdade para desenvolver e criar estratégias para seu cotidiano de trabalho. Por isso é que se constatou a dificuldade dos catadores(as) em adentrar num espaço coletivo, onde eles teriam que se adaptar a essa nova dinâmica, saindo do seu ponto de vista individualista e já enraizado para um contexto coletivo totalmente desconhecido.

“Ninguém pega no meu pé, trabalho tranquila.” Entrevistado 5

“Trabalho por minha conta, faço do jeito que eu quero, ninguém interfere. Minha autonomia continua a mesma. Pego de pouco e separo, é melhor para mim.”

Entrevistado 6

“Já deixo os sacos nas casas, aí eles me ligam e vou buscar. O que eu achar que tem que ser feito, faço.” Entrevistado 7

“Eu mesmo faço, separo o material em casa.” Entrevistado 8

“Tenho liberdade para trabalhar.” Entrevistado 9

“Faço do jeito que sei fazer, trabalho certinho. Mesma coisa, material muito fraco, trabalho 2 vezes na semana.” Entrevistado 10

“Trabalho pegando as coisas, o que não vende nem pego. Tem bastante gente pegando, ganhei o carrinho de um amigo, aí melhorou.” Entrevistado 11

Para 2 entrevistados, a participação nos encontros do Projeto refletiu positivamente em sua autonomia, além de impactar em suas vidas. Pode-se concluir que esses espaços contribuíram de alguma forma para a legitimação do conhecimento e do empoderamento desses catadores individuais.

“Eu mesma que faço sozinha. Os encontros foram muito bons.” Entrevistado 12

“Toda hora eu faço o que eu quero. Creio que sim, por causa da gente ir lá, tanta coisa que explicava para a gente lá.” Entrevistado 13

Com relação à Associação, verificou-se, a partir da fala de um entrevistado, que a heteronomia ainda prevalece em detrimento da autonomia, pontuando sua dificuldade de vivenciar a liberdade, de fato, no empreendimento. Um aspecto relevante é exposto por Carvalho, Giraldi e Avighi (2008, p. 5):

Ao se deslocarem desse lugar de sujeitos submissos para o de sócios, membros do Conselho de Administração, eleitos entre os pares, estes sujeitos enfrentam de forma mais acentuada o conflito de poder, uma vez que lhes são delegadas responsabilidades administrativas e de gestão que pressupõem autonomia e poder. A grande maioria desses trabalhadores depara-se, pela primeira vez em suas vidas, com um espaço que lhes oportuniza, ou melhor, solicita o exercício da democracia. Vivenciam uma experiência em gestão democrática e social nunca antes vividas.

Por se tratar de um empreendimento recentemente constituído, entende-se que o processo em direção ao desenvolvimento da autonomia representa um desafio a ser enfrentado em longo prazo, já que seus associados não vivenciaram, até então, um protagonismo e autonomia como a que agora se faz necessária.

[...] enquanto houver *heteronomia* – isto é, enquanto houver assimetria estrutural de poder (dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), enquanto houver iniquidades, pobreza e injustiça [...] fará sentido almejar uma mudança para melhor na sociedade, rumo a mais *autonomia*. (SOUZA, 2013, p. 265)

“Não tanta autonomia pela falta de equipamento. A decisão era possível, referente a conquistar alguma coisa não tinha tanta liberdade.” Entrevistado 1



Na resposta de um segundo entrevistado percebe-se uma ambiguidade, pois não fica claro se para ele ter autonomia é realizar o mesmo tipo de trabalho (triagem do material) no mesmo cenário ou executar a mesma tarefa num cenário diferente. Segue a resposta abaixo:

“Trabalho mais na mesa, já sei como fazer. Mesma coisa que antes.” Entrevistado 2

O relato do entrevistado a seguir aponta para a possibilidade de exercício da liberdade durante o trabalho na Associação, além do mesmo ter se identificado com o trabalho coletivo, posicionando-se criticamente em relação às melhorias necessárias.

“Temos liberdade para fazer tudo, a gente trabalha bem à vontade, mas tem muita coisa para melhorar. Melhorou porque antes era mais difícil, aqui é diferente.” Entrevistado 3

Deve-se ressaltar, segundo Souza (2013), a necessidade de inserir a autonomia como princípio e critério de avaliação, no contexto geográfico, e especializá-la. Tratando-se de escala, tem-se que a elevação da autonomia em reduzida escala, acompanhada de aumento dos benefícios a parcelas da população que se mantêm na esfera econômica, a partir da exploração do trabalho e da dominação de outros, diz respeito a “[...] uma autonomia que se apoia em uma flagrante *heteronomia* em uma escala mais abrangente – constituindo, portanto, uma *pseudo* autonomia, do ângulo da justiça social.” (SOUZA, 2013, p. 272)

Sendo assim, seria a autonomia apontada pelos entrevistados uma pseudo autonomia? Até que ponto foi possível ou não romper com a heteronomia dominante? A liberdade citada pelos entrevistados não está condicionada à (re)produção da exploração desses trabalhadores?

Percebe-se que a autonomia compreendida pelos catadores da Cooperviva refere-se, segundo os entrevistados, à liberdade com que desenvolvem o trabalho como cooperados. Nota-se também que dois entrevistados evidenciam a questão da coletividade no trabalho e a busca por uma autonomia coletiva. Em relação à melhora da autonomia após a execução do Projeto 004/SENAES, nenhum entrevistado apontou aspectos que evidenciam essa melhora.

Com relação aos catadores autônomos, destaca-se a independência pessoal que a maioria dos entrevistados diz possuir para a organização de seu trabalho, compreendendo desde a quantidade de dias e a forma de coleta do material que julgam adequado até sua separação. Somente dois entrevistados relataram a participação nos encontros do Projeto 004/SENAES como uma possível proposta de melhoria em sua autonomia.

No que tange aos catadores da Associação verificaram-se respostas distintas entre os entrevistados. Para um entrevistado existe uma moderada autonomia até o momento, estando isso condicionado à falta de equipamentos para trabalhar; outro não deixa claro sua resposta dando margem a uma interpretação ambígua, enquanto que o terceiro sinaliza a existência de liberdade total para trabalhar. Sobre o Projeto 004/SENAES, é possível pensar na dificuldade dos associados em relacionar a Associação como parte integrante deste, já que nenhuma fala contempla as ações e atuações do Projeto, deixando assim uma lacuna na legitimidade do processo.

Observa-se que a equipe técnica envolvida no projeto não se ateve à necessidade de refletir com os diferentes grupos sobre a questão da autonomia. Ou seja, de levá-los a pensar sobre a necessidade de construir juntos, continuamente, a autonomia, como uma meta capaz de minimizar a força da heteronomia tão arraigada na sociedade capitalista atual.

[...] a autonomia, mesmo sendo, logicamente, uma *meta* (que é ou pode vir a ser assumida por vários grupos e movimentos e, hipoteticamente, por sociedades inteiras, dependendo de suas características culturais), não corresponde a um “estágio” alcançável de uma hora para outra. A superação da heteronomia é um processo longo, penoso, aberto à contingência e multifacetado; ganhos de autonomia aqui podem ser neutralizados com retrocessos heterônomos acolá... (SOUZA, 2013, p. 272)

A superação da heteronomia já enraizada social e culturalmente é muito difícil de ser alcançada de forma rápida e eficaz. Neste contexto, embora o projeto tenha contribuído de alguma forma para promover o encontro e o debate desses atores envolvidos, isso representou muito pouco ainda no sentido de se conseguir uma autonomia consistente. Destaca-se ainda que o projeto contou com um curto período de execução e limitados recursos financeiros.

Assim, em nossas análises por meio do contato direto com os atores pudemos observar algumas fragilidades e fragmentações no desenvolvimento do projeto, principalmente aquelas relacionadas, entre outras coisas, ao envolvimento de outras secretarias municipais e da construção de políticas públicas integradas. Isso porque a economia solidária exige um planejamento participativo e intersetorial.

Ressaltamos assim que o referido projeto foi apenas o primeiro passo em direção à criação de espaços de diálogo e envolvimento dos beneficiários visando à desconstrução de ideias e comportamentos fundamentados na heteronomia. Ressalta-se,

portanto a necessidade de continuidade desse processo, a partir de políticas e/ou ações públicas para a legitimação da autonomia.

Por fim, a construção de uma outra sociedade, de um outro mundo, como se almeja através da economia solidária, só será possível a partir de cidadãos autônomos que priorizem a coletividade e o bem comum.

#### **4.2.2 Parâmetros subordinados para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Qualidade de vida**

Segundo Ferraz (2006), a qualidade de vida diz respeito a uma noção complexa, não sendo de fácil manejo, já que a mesma está atrelada à ideia de desenvolvimento, acabando assim por resultar em um “[...] caráter subjetivo, qualitativo e relativo, afinal o que se entende por “qualidade de vida” varia de acordo com o grupo social.” (FERRAZ, 2006 p. 99)

O surgimento da ideia de qualidade de vida tem como pano de fundo a sociedade industrial urbana da Europa do século XIX, a qual possuía inúmeros problemas relacionados à salubridade. A expansão dessa ideia ocorreu ao final do século XX, quando foi apontado o ambiente como um elemento essencial da existência, deslocando-se assim para o ponto de vista da sustentabilidade. (FERRAZ, 2006)

Com relação à América Latina, os debates sobre a determinação do desenvolvimento encontravam-se vinculados, especialmente, ao entendimento de que apenas o crescimento econômico não representaria garantia de avanço social. Isso aconteceu após ser verificado, em alguns países latino-americanos, que a elevação do Produto Interno Bruto não proporcionou aumentos na equidade, avanços na justiça social e progressos na qualidade de vida de sua população, ao contrário, o que se notou foi o aumento da miséria e da desigualdade. (FEU, 2005)

Neste cenário, “[...] as temáticas relacionadas à qualidade de vida diziam respeito às necessidades básicas, à alimentação ou à mortalidade infantil, ou seja, questões relacionadas aos direitos mínimos a serem garantidos coletivamente.” (FEU, 2005, p. 5155-5156)

Para Feu (2005), a qualidade de vida engloba uma diversidade de aspectos e necessidades que são elencadas a partir do entendimento objetivo e subjetivo do sujeito.

Assim:

Podemos dizer que a qualidade de vida consiste em um conceito complexo que aborda parâmetros objetivos – basicamente representados pelas necessidades básicas – e em parâmetros subjetivos

– ligados à percepção do indivíduo com relação às suas condições de vida, à sua satisfação e a elementos como liberdade política, participação nos processos decisórios da comunidade, beleza cênica, lazer, entre outras coisas. (FEU, 2005, p. 5157)

Ainda segundo o autor, existe uma concordância entre as diversas áreas do saber a respeito dos componentes que são incorporados na ideia de qualidade de vida. Essa concordância pode ser evidenciada, em parte, pelo fato de ser reconhecido que a qualidade de vida representa uma concepção sócio-histórica e, concomitantemente, envolve uma dimensão espacial. (FEU, 2005)

Trazendo esse conceito para a realidade brasileira, uma questão relevante exposta por Herculano (2000, p. 3) é “o que é exatamente qualidade de vida e qual seria o grau de prioridade desta discussão em um país onde milhões de pessoas não têm suas necessidades básicas atendidas?”

Essa questão envolve, sem dúvida, o contexto profundo de desigualdade social em que o Brasil se encontra emergido, e a discussão acerca da qualidade de vida perpassa a superação desse cenário. Trata-se de um passo crucial em direção à melhoria das condições de acesso, de grande parte da população, a políticas públicas, principalmente na área da saúde, habitação, educação e cultura, podendo assim exercer plenamente sua cidadania.

[...] a noção de qualidade de vida sirva de base para o desenho não da utopia e da perfeição impossíveis, mas para um compromisso ético de uma sociedade garantidora da vida, onde as potencialidades humanas não sejam brutalizadas nem a natureza destruída. (HERCULANO, 2000, p. 3)

Almeja-se, então, que por meio da economia solidária seja possível o alcance de melhores condições para manutenção e reprodução da vida dos sujeitos, buscando um desenvolvimento que contemple o respeito ao meio ambiente. Segundo Culti (2014), essa outra economia “contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo.” (CULTI, 2014, p. 7)

Buscando compreender como os catadores(as) se situam frente a qualidade de vida, foram realizadas entrevistas com uma parcela dos beneficiários que responderam à seguinte questão: O Projeto viabilizou desenvolvimento em sua qualidade de vida? Em quais aspectos? Comente.

Como melhor forma de organização e análise das respostas, optou-se por agrupar as respostas de cada categoria dos atores sociais separadamente. Assim serão apresentadas, inicialmente, as falas dos catadores(as) da Cooperviva.

Todos os entrevistados sinalizaram melhoria em sua qualidade de vida após a entrada na cooperativa, conforme as falas apresentadas abaixo. Para eles a renda proveniente do trabalho foi um elemento que possibilitou melhoria na alimentação e moradia, ou seja, itens mínimos para a sobrevivência. Nesse caso, nota-se que o entendimento de qualidade de vida para os entrevistados não vai além da garantia de suas necessidades básicas. É relevante que “a discussão sobre qualidade de vida como uma das premissas norteadoras na busca do desenvolvimento e do bem-estar deve ser considerada como um direito de cidadania.” (VITTE, 2002, p. 31)

“Desde quando saí do lixão para trabalhar na cooperativa minha vida já mudou. É um ganha pão, para eu, meu esposo e meu filho. Graças a Deus depois que estou nesse serviço consegui comprar os móveis da minha casa, tudo com o serviço na cooperativa.”

Entrevistado 1

“Melhorou bastante. Antigamente o ganho era menor, depois do projeto aumentou o material e o ganho, consegui comprar o que estava precisando para dentro de casa.”

Entrevistado 2

“Melhorou em tudo, ajudou em casa. Minha situação melhorou em tudo, graças a Deus tem me abençoado.” Entrevistado 3

“Melhorou bastante, na alimentação, minhas filhas conseguiram serviço aqui, já ajuda, a gente consegue comprar, hoje tenho a minha casa, antes não tinha, consigo pagar as prestações.” Entrevistado 4

Com relação aos aspectos positivos da constituição de coletivos de trabalhadores, Cunha (2002) apresenta “a idéia de que a formação de laços de cooperação e a organização em associações podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de populações pobres tem adquirido força entre teóricos e atores políticos.” (CUNHA, 2002, p.1)

Essas formas de organização do trabalho sob o prisma da solidariedade apresentam, sem dúvida, inúmeros ganhos no que tange à inclusão social e produtiva de parcelas da população “excluídas”, proporcionando acesso à renda, a bens de consumo, à moradia, ao exercício da cidadania, enfim, melhoria nas condições de vida de si e de seus familiares.

Foi possível identificar na resposta de um entrevistado, que será apresentada abaixo, um componente que vai além da melhoria da renda para se considerar a qualidade de vida. O entrevistado voltou seu olhar para a melhoria das condições de saúde e do bem-estar físico dos trabalhadores, o que foi possível com a instalação da esteira proveniente do Projeto.

“Para nós melhorou, estamos fazendo menos peso para todos por causa da esteira, melhorou a saúde, dava muito problema na coluna de ficar erguendo o bag.”

Entrevistado 1

É relevante destacar que o entendimento que os entrevistados possuem sobre qualidade de vida, bem como sobre os elementos que julgam como essenciais, poderá se alterar ao longo do tempo, incorporando novos anseios e desejos que, anteriormente à execução do Projeto, não era possível ser vislumbrado. Assim “[...] é esperado que a análise da qualidade de vida inclua as transformações das expectativas e os anseios que dada sociedade vai apresentando no decorrer do tempo. Daí ser este conceito, sem dúvida, bastante abrangente.” (VITTE et al, 2002, p. 43)

Com relação aos catadores autônomos, para quatro entrevistados não foi possível identificar nenhuma melhoria em sua qualidade de vida após a execução do Projeto. Isso pode estar ligado à complexidade desse conceito, que está fundamentado na subjetividade do sujeito, e pela sua dificuldade de compreensão, já que o mesmo apresenta várias facetas. Assim “[...] a qualidade de vida está relacionada a fatores psicossociais de cada indivíduo, decorrentes da satisfação ou insatisfação de suas necessidades.” (VITTE et al, 2002, p. 43)

Tem-se que considerar que “[...] devemos levar em conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas.” (HERCULANO, 2000, p. 5)

“A qualidade de vida continua a mesma coisa, continuo pagando aluguel, não melhorou em nada.” Entrevistado 1

“Não, ficou tudo na mesma. Tem parte que é do governo, mas aí ele quer tirar.”

Entrevistado 3

“Continua a mesma coisa. Hoje não está fácil para nada, enquanto deixarem eu trabalhar vou tocando.” Entrevistado 5

“Quando me chamaram para fazer isso já estava aposentado, nada mudou.” Entrevistado

6

É interessante observar a fala do entrevistado apresentada a seguir, o qual enfatiza a relevância da convivência social, da formação de vínculos de amizade com as outras pessoas, o que foi possível com a participação dos encontros do Projeto. Mesmo não considerando, a princípio, uma melhoria na qualidade de vida, pois isso é relativo e está condicionado ao seu entendimento sobre o conceito, tem-se que de algum modo o convívio social proporcionou a ele bem-estar e felicidade. É relevante considerar que esses aspectos da vida social, a busca por proximidade e qualidade nas relações, são valorizados pela economia solidária.

“Não teve melhoria em nada na qualidade de vida. O bom foi conhecer as pessoas, as amizades e alguns conhecimentos. Cada amigo que arruma é uma alegria.” Entrevistado 2

Outros entrevistados, cujas respostas estão expostas a seguir, afirmaram, a princípio, não terem obtido nenhuma melhoria na qualidade de vida, relacionando isso à questão da renda (como apontado pelo entrevistado 12). Porém, logo em seguida identificaram a importância do recebimento dos EPIs provenientes do Projeto para se protegerem dos riscos de acidentes de trabalho. Assim, pode-se concluir que o acesso a esses equipamentos foi um passo importante em direção à melhoria das condições de vida, ajudando a preservar a saúde desses trabalhadores.

“Para mim não mudou nada. Com o que foi entregue, melhorou (luva, óculos, EPI). Apesar que quando vou mexer machuco a mão depois que vou lembrar da luva. Tem coisa que não vou lembrar de colocar a luva.” Entrevistado 7

“Não melhorou nada com relação à renda. Preciso de mais um par de luvas porque já gastou bem, faz 2 anos. Me ajudaram a me proteger.” Entrevistado 12

Um fato que chamou a atenção foi a fala de uma catadora, apresentada a seguir, que conseguiu, a partir dos encontros do Projeto, identificar que enfrentava um problema relacionado ao acúmulo excessivo de objetos e materiais e que essa situação estava acarretando a ela um mal-estar físico e psíquico.

O diagnóstico de Transtorno de Acumulação, segundo Araújo e Lotufo Neto (2014), diz respeito a pessoas que acumulam uma infinidade de bens, produtos ou materiais (que independem de seu valor monetário), pois acreditam que necessitam guardá-los, sofrendo um forte sentimento de angústia e sofrimento com a ideia de ter que desfazer-se desses objetos.

Ao conseguir identificar isso, foi possível para a entrevistada refletir sobre seus hábitos e tentar se libertar desse comportamento. Nesse caso, o Projeto impactou

diretamente a saúde física e mental da entrevistada, e sendo assim houve um ganho importante de qualidade de vida.

Ajudou bastante porque gostava de guardar as coisas, as pessoas dão muita coisa na rua, eu acumulava as coisas, elas falando lá ajudou a perceber que era uma doença. Estou me libertando aos poucos. As meninas me ajudaram. Fazia mal pra mim porque tinha muita coisa acumulada. Melhorou até na saúde, vivia doente. Muitas orientações boas, as pessoas de fora falando, aí você vê que se encaixa no seu dia a dia. Entrevistado 4

A maioria dos entrevistados evidenciou, em suas respostas (que serão expostas abaixo), a importância dos EPIs oriundos do Projeto para o desenvolvimento seguro de sua atividade. Para eles, isto representou um ganho ajudando na proteção de diversos riscos, principalmente da contaminação, de doenças e de acidentes de trabalho, aos quais se encontram expostos diariamente. Com isso um passo importante foi dado em direção à melhoria na qualidade de vida desses catadores(as). O EPI pode ser considerado por muitos como um elemento mínimo para o trabalho, mas para esse público era algo ainda distante anteriormente ao Projeto, devido a fatores como a falta de recursos financeiros para sua aquisição e a falta de informação sobre seu uso correto.

“A única coisa que mudou foi que eles deram luva, óculos, sapato, protetor de ouvido, pra gente ajuda bastante porque não precisa tirar do bolso para comprar.” Entrevistado 7

“Sapato, luva ajudou a me proteger no trabalho.” Entrevistado 8

“Ajudou a gente trabalhar mais sossegado a luva ajudou. Melhorou muito, com a luva, sapato, óculos o kit completo. Quando não usava a luva me machucava muito, ainda que tenho diabetes, me machuco muito.” Entrevistado 9

“Peguei luva, sapato, óculos. Deram 2 pares de luva.” Entrevistado 10

“Ganhei luva, sapato, óculos, isso me ajudou a me proteger.” Entrevistado 11

“Ajudou que a gente começou a usar mais (a luva), a gente usava de vez em quando. A gente percebeu que tem que usar direito para estar trabalhando.” Entrevistado 13

Sobre as respostas dos entrevistados da Associação, tem-se que um entrevistado sinaliza, por meio de sua fala, uma piora de sua qualidade de vida após se tornar associado, deixando claro que seu entendimento sobre esse conceito está relacionado à questão econômica, pontuando que ocorreu diminuição de sua renda e, conseqüentemente, de seu poder aquisitivo. Por se tratar de um segmento da população que sofre intensamente os resultados do processo de exclusão e de desigualdade, uma



queda na renda pode comprometer a satisfação de necessidades básicas para si e sua família.

“Piorou, tinha meu depósito, trabalhando na associação diminuiu a minha renda. Governo não ajuda em nada, quem vai lá tem que botar dinheiro e não tirar.”

Entrevistado 1

Já a partir da resposta de outro entrevistado, foi possível identificar uma ampliação de seu entendimento de qualidade de vida para além da questão econômica, pois mesmo sinalizando que não ocorreu melhoria em sua renda, evidenciou que ao entrar para a Associação obteve ganhos em sua qualidade de vida. Houve melhora nas condições de trabalho relacionadas não só à salubridade, mas também devido ao estabelecimento de uma rotina, o que antes não era possível. Ressalta-se assim a complexidade desse conceito, “[...] de conteúdo subjetivo, de caráter qualitativo, exprimindo juízos de valor, caráter ético e político.” (VITTE et al., 2002, p. 40)

“Na renda não melhorou, lá (aterro) ficava mais exposto a risco de saúde. Agora acordo cedo venho trabalhar, antes (no aterro) ia às 16 horas e não tinha hora para sair.”

Entrevistado 2

Para o terceiro entrevistado, sua qualidade de vida melhorou em diversos aspectos. Inicialmente devido à renda, pois recebe pelo Programa Capacitação (o qual já foi explicado no capítulo anterior), e também pela melhoria em sua alimentação com a cesta básica e de legumes que recebe. Além disso, sua fala revela o quão é importante o trabalho associado, servindo como um promotor de bem-estar físico e emocional.

Melhorou na renda, porque agora recebo pela capacitação. Recebemos 2 cestas, 1 cesta básica e a de legumes toda terça, é uma benção. Comecei a pagar as contas de água e de luz atrasada. Vivía com dor de cabeça, enjoada, com febre depois que vim trabalhar aqui passou. O médico falou que era stress. Tô aqui só penso no serviço esqueço dos problemas de casa. Entrevistado 3

Como pode ser verificado, a economia solidária contribuiu, por meio da constituição da Associação, para mudanças abrangentes na vida de seus membros, trazendo ganhos para a saúde física e psíquica. Segundo Lisboa (2005), esses empreendimentos visam o aumento do bem-estar e das condições de vida em detrimento do lucro.

Assim, com relação aos catadores da Cooperviva, verificou-se que todos os entrevistados apontaram melhoria em sua qualidade de vida, principalmente no que tange ao aumento da renda e, conseqüentemente, ao acesso a bens de consumo,

melhoria na alimentação e moradia própria. Além disso, um entrevistado expôs que a instalação da esteira advinda do Projeto 004/SENAES resultou na diminuição de dores na coluna e na melhoria da saúde dos trabalhadores.

No que tange aos catadores autônomos entrevistados, tem-se que 4 apontaram que não ocorreram melhoria na qualidade de vida, continuando a mesma situação anterior ao Projeto 004/SENAES. Já para a grande maioria dos catadores, a entrega dos EPIs (principalmente luva e sapato) pelo Projeto foi uma forma de se protegerem dos riscos e acidentes de trabalho, trazendo assim ganhos para a saúde desses trabalhadores. Além disso, foi com os encontros do Projeto que uma entrevistada se identificou como acumuladora e deu início a um processo para se libertar dessa condição.

Já para os catadores da Associação, segundo dois entrevistados, após ingressarem no empreendimento foi possível perceber melhoria na qualidade de vida, apontando maior salubridade no ambiente de trabalho, melhoria na renda e na alimentação, além do aumento do bem-estar físico e emocional. Para um entrevistado, porém, a participação na associação gerou diminuição de sua qualidade de vida devido à queda na renda.

Para Vitte (2002), mesmo que a ideia de qualidade de vida esbarre em diversos conteúdos e abranja questões subjetivas, é necessária sua integração na agenda das políticas e ações públicas, permitindo assim:

[...] a) pensar em alternativas que considerem, juntamente com a racionalidade técnica, a expressão dos indivíduos quanto aos seus sonhos e desejos relativos à cidade, à sociabilidade e à urbanidade; b) pensar em alternativas que sejam discutidas socialmente; c) que as pessoas tenham a ousadia de sonhar com uma vida diferente e avançar criticamente sobre quais aspectos as políticas urbanas e sociais devem valorizar. (VITTE, 2002, p. 32)

Em geral, pode-se dizer que com o Projeto 004/SENAES foi possível dar alguns passos em direção à melhoria da qualidade de vida dos catadores, promovendo, entre outras coisas, o acesso dos beneficiários aos EPIs, a espaços de diálogo e de informação, por meio dos encontros, a formação de uma Associação visando à retirada dos catadores do ambiente totalmente insalubre do Aterro Sanitário, além de prover a esteira para a Cooperviva. É necessário que os projetos ou ações futuras abram espaço para incorporar as demandas e desejos dos catadores em direção a uma vida melhor.

### 4.2.3 Parâmetros subordinados para a promoção do desenvolvimento socioespacial: Justiça social

Com relação à justiça social, sua discussão foi impulsionada predominantemente no período do Iluminismo, na Europa (séculos XVIII e XIX), incentivada pelas transformações no cenário político, além das mudanças em âmbitos sociais e econômicos, não somente na Europa, como também nos EUA. Existem duas subdivisões básicas e diferentes “[...] de argumentação racional sobre a justiça entre importantes filósofos ligados ao pensamento radical daquele período.” (SEN, 2009, p. 27).

Uma abordagem — iniciada por Thomas Hobbes no século XVII, e seguida, de diferentes modos, por destacados pensadores, como Jean-Jacques Rousseau — concentrou-se na identificação de arranjos institucionais justos para uma sociedade. Essa abordagem, que pode ser chamada de “institucionalismo transcendental”, tem duas características distintas. (SEN, 2009, p. 27)

A primeira característica mostra relevância no que considera a justiça perfeita, não se preocupando assim com distinções entre justiça e injustiça e não tendo como base a “[...] comparação entre sociedades viáveis, todas podendo não alcançar os ideais de perfeição. A investigação visa identificar a natureza do “justo”, em vez de encontrar algum critério para afirmar que uma alternativa é “menos injusta” do que outra.” (SEN, 2009, p. 27)

Para Sen (2009), a segunda diz respeito a buscar a perfeição, se concentrando a priori em ajustar as instituições, sem colocar em evidência justamente as sociedades concretas e as que, conseqüentemente, possam emergir. Ainda segundo o autor, é evidente que a “[...] natureza da sociedade que resultaria de determinado conjunto de instituições depende necessariamente também de características não institucionais, tais como os comportamentos reais das pessoas e suas interações sociais.” (SEN, 2009, p. 27)

Ambas as características se relacionam com o modo “contratualista” de pensar, que Thomas Hobbes iniciou e que foi levado adiante por John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. Um “contrato social” hipotético, supostamente escolhido, claramente diz respeito a uma alternativa ideal para o caos que de outra forma caracterizaria uma sociedade, e os contratos que foram mais discutidos por tais autores lidavam sobretudo com a escolha de instituições. O resultado geral foi o desenvolvimento de teorias da justiça que enfocavam a identificação transcendental das instituições ideais. (SEN, 2009, p. 27-28)

Confrontados os pressupostos do institucionalismo transcendental, diversos intelectuais iluministas empregaram variadas abordagens comparativas remetendo-se “[...] às realizações sociais (resultantes de instituições reais, comportamentos reais e outras influências).” (SEN, 2009, p. 28) Diferenciadas opções do pensamento comparativo são localizadas nos trabalhos de “[...] Adam Smith, do Marquês de Condorcet, de Jeremy Bentham, Mary Wollstonecraft, Karl Marx, John Stuart Mill, entre vários outros líderes do pensamento inovador nos séculos XVIII e XIX.” (SEN, 2009, p. 28)

Ainda que esses autores, com suas ideias muito diferentes sobre as exigências da justiça, tenham proposto modos bastante distintos de fazer comparações sociais, pode-se dizer, [...] que todos estavam envolvidos com comparações entre sociedades que já existiam ou poderiam surgir, em vez de limitarem suas análises a pesquisas transcendentais de uma sociedade perfeitamente justa. Tais comparações focadas em realizações tinham com frequência como principal interesse a remoção de injustiças evidentes no mundo que viam. (SEN, 2009, p. 28)

A abordagem que trata da Justiça Social, proposta por Sen (2009), não foca nos ideais de justiça determinados segundo as instituições e sim considerando esses ideais a partir da vida e das liberdades dos sujeitos em questão, sem deixar de considerar que as instituições possuem um papel relevante no alcance da justiça. Assim, “junto com os determinantes do comportamento individual e social, uma escolha apropriada das instituições tem um papel criticamente importante na tarefa de melhorar a justiça.” (SEN, 2009, p. 10)

Ainda sobre as instituições, Sen (2009) destaca a possibilidade que estas representam de colaborarem diretamente para o cotidiano de vida dos sujeitos a partir da valorização do que julgam como referência. Podem também ser relevantes para auxiliar nossa competência de observar detalhadamente os valores e as preferências que podemos supor, acima de tudo através de oportunidades para a discussão pública.

Para Sen (2009), referindo-se à esfera individual, não importa somente a reflexão baseada na onipresença da razão (nem se pressupõe que os sujeitos estejam propensos a argumentar só dessa maneira) para se chegar à ideia de justiça, pois:

O que mais importa é o exame do que o raciocínio argumentativo exigiria para a busca de justiça — levando em conta a possibilidade de existirem muitas diferentes posições razoáveis. Esse exercício é totalmente compatível com a possibilidade, até mesmo a certeza, de que, em determinado momento, nem todas as pessoas estejam

dispostas a realizar tal análise. A argumentação racional é central para a compreensão da justiça mesmo em um mundo que inclui muita “desrazão”; na verdade, ela pode ser especialmente importante em um mundo assim. (SEN, 2009, p. 15).

É nesse mundo de desrazão em que vivemos que a economia solidária desponta como uma possibilidade de superar as questões gritantes de injustiça em nossa sociedade. Para Ortigoza e Mendes (2015b), essa outra economia baseia-se na igualdade de relações e oportunidades de trabalho permeadas pela busca da democracia e da emancipação dos sujeitos. Ainda segundo os autores, “[...] uma cultura de solidariedade, com ética, transparência e liberdade, não é algo fácil, justamente porque os interesses do mercado e do lucro a todo custo estão cotidianamente pressionando toda a sociedade.” (ORTIGOZA; MENDES, 2015b, p. 13)

Buscando compreender a justiça social a partir da vida e das liberdades dos catadores(as), foram realizadas entrevistas com uma parcela dos beneficiários, que responderam à seguinte questão: O Projeto promoveu a justiça social? Em quais aspectos? Comente.

Como melhor forma de organização e análise das respostas, optou-se por agrupar as respostas de cada categoria dos atores sociais separadamente. Assim serão apresentadas, inicialmente, as falas dos catadores(as) da Cooperviva. Verificou-se que dois entrevistados optaram por não se posicionar com relação a essa questão. Suas respostas foram:

“Prefiro não responder, não vou contar mentira.” Entrevistado 1

“Não sei se vou responder não.” Entrevistado 4

Nas falas de dois entrevistados, que serão apresentadas a seguir, ficou claro que não ocorreu melhoria. A percepção do entrevistado 3 com relação à injustiça que sofre e que não se restringe somente ao seu caso é evidenciada em sua fala, quando afirma que toda essa classe de trabalhadores incorre nessa mesma injustiça. A percepção que o entrevistado possui do sofrimento que lhe é causado, fruto dessa injustiça, não é a mesma de grande parte da sociedade com relação a isso. Dejours (2007) expõe que:

[...] O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça. Evidentemente, quando não se percebe o sofrimento alheio, não se levanta a questão da mobilização numa ação política, tampouco a questão de justiça e injustiça. (DEJOURS, 2007, p. 19)

“Não melhorou.” Entrevistado 2

“Nós sofre humilhação na rua, chama a gente de vagabunda. O catador é muito humilhado, não é reconhecido.” Entrevistado 3

A economia solidária pode ser considerada como um movimento de resgate, entre outras coisas, do respeito à dignidade humana, da solidariedade que se perdeu ao longo do desenvolvimento capitalista, que se intensificou ao final do século XX e início do século XXI. Para Ortigoza e Mendes (2015b), “como contraponto ao capitalismo, essa outra economia faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade [...]” (ORTIGOZA; MENDES, 2015b, p.1)

Com relação aos apontamentos dos catadores autônomos, apresentados a seguir, fica evidente para o entrevistado 1 a insatisfação com a atual conjuntura política, acompanhada da descrença de que é possível existir uma justiça social em nosso país. “Infelizmente nosso país é desigual, fora os preconceitos e esse governo acabando com o que resta. Para mim não mudou nada.” Entrevistado 1

Por se tratar de uma categoria em situação de desvantagem social e que, portanto, se encontra constantemente excluída de decisões no âmbito político, social, público e econômico, almeja-se que, por meio da economia solidária, sejam superadas a exclusão e as contradições oriundas do capitalismo, pois só assim poderá ocorrer uma efetivação real da justiça social, saindo do campo utópico no qual ainda se encontra em nosso país.

Nas respostas a seguir verificou-se uma diferença do repertório cultural e de significado dos entrevistados, não ficando clara a compreensão que possuem de justiça social. O entrevistado 2 evidencia que a valorização da classe dos catadores, realizada pelo Projeto, no seu entender, é uma forma de justiça social.

“Acho que foi bem valorizado o trabalho do catador com o Projeto. Foi um projeto bom, para não acabar com o carrinheiro e valorizar a classe dos carrinheiros.” Entrevistado 2

“Ajudar ajudou, mas cada cabeça é diferente.” Entrevistado 3

“Está bom.” Entrevistado 10

“Ajudou, as pessoas guardam o material para mim agora.” Entrevistado 11

“As pessoas agora respeitam, separam o lixo, antes tinha que remexer no lixo.” Entrevistado 12

Na exposição do entrevistado 6, a seguir, verificou-se que ele apresenta um sentido muito vago quando coloca que ocorreu melhora na justiça social. Nota-se também que não foi possível, até o momento, que ele se percebesse como vítima de um

processo de injustiça, além de não se sensibilizar com o sofrimento da classe de trabalhadores à qual pertence e que vivencia essa mesma injustiça.

Por outro lado, nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social seriam também vítimas de uma *injustiça*. Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça. Essa clivagem é grave. Para os que nela incorrem, o sofrimento é uma adversidade, é claro, mas essa adversidade não reclama necessariamente reação política. (DEJOURS, 2007, p. 19).

“Melhorar melhora. Tem gente reclamando porque vai catar e chegando lá não tem mais material, então vai catar de manhã cedo. Tinha que ir mais cedo.” Entrevistado 6

Na fala de outro entrevistado, apresentada a seguir, ficou evidenciado que seu entendimento com relação à justiça social está relacionado ao reconhecimento e respeito pelo trabalho do catador, sendo isso possível em partes, devido aos encontros do Projeto 004/SENAES.

A exclusão e a adversidade infligidas a outrem em nossas sociedades, sem mobilização política contra a injustiça, derivam de uma dissociação estabelecida entre adversidade e injustiça, sob o efeito da banalização do mal no exercício de atos civis comuns por parte dos que não são vítimas da exclusão (ou não o são ainda) e que contribuem para excluir parcelas cada vez maiores da população, agravando-lhes a adversidade. (DEJOURS, 2007, p. 21).

“Melhorou, porque tem muita gente que fala mal, que não é um serviço. A gente tá limpando a cidade e eles xingam. Depois das reuniões passaram a valorizar um pouco mais o serviço.” Entrevistado 9

Sobre essa desvalorização do trabalho, Dias (2009) expõe que, além da situação de pobreza que os catadores(as) vivenciam, a todo momento eles têm que enfrentar a falta de reconhecimento do seu trabalho ou um reconhecimento, muitas vezes, deturpado e acompanhado por estigmas sociais. Assim, para a modificação deste imaginário desfavorável é necessário esforço político e social. (DIAS, 2009).

Com a execução do Projeto em Rio Claro foi possível divulgar e esclarecer questões acerca do trabalho dos catadores(as), principalmente durante os encontros que contaram também com a participação da sociedade civil. O caminho em direção à valorização do trabalho do catador(a) e de justiça social foi iniciado, e esse processo, que deve ser contínuo, encontra-se atrelado à vontade política municipal para a manutenção e/ou desenvolvimento de ações e políticas públicas intersetoriais.

A intersetorialidade é imprescindível quando se trata da economia solidária, sendo necessário incluí-la nas pautas das diversas secretarias, indo além da área da assistência social, onde historicamente está inserida. Faz-se necessário ainda a incorporação da economia solidária como eixo transversal para o apoio e o desenvolvimento de ações, principalmente, nas áreas de habitação, saúde, educação e meio ambiente, resultando, entre outras coisas, no fortalecimento desta outra economia, na inclusão social, geração de renda, melhoria da qualidade de vida, viabilizando assim uma maior justiça social.

Segundo as respostas dos entrevistados, que se seguem, observa-se que não foi possível reconhecerem uma melhoria da justiça social com a execução do Projeto 004/SENAES. Na fala do entrevistado 4 tem-se uma avaliação crítica a respeito dos critérios de fornecimento de cesta básica pelo poder público municipal.

“Não melhorou, sou muito revoltada, não recebo nada social, só recebo do meu suor, tem muita gente que recebe cesta básica da Prefeitura, se depender disso você morre.”

Entrevistado 4

“Não notei nada, tudo na mesma.” Entrevistado 5

“Acho que não essa é difícil.” Entrevistado 8

“Acho que não, que ficou na mesma. Não mudou nada não.” Entrevistado 13

Pelo exposto na fala do entrevistado 7, sobre sua participação nos encontros promovidos pelo projeto, vê-se que o mesmo possibilitou a ele identificar a injustiça da qual estava sendo vítima durante a comercialização do material, praticada por agentes externos que se beneficiavam economicamente dessa transação desonesta. A partir daí foi possível traçar novas estratégias visando à saída dessa exploração. Para o entrevistado, todo esse processo foi uma maneira de comercializar seu material de forma justa e, conseqüentemente, uma forma de justiça social.

Antes juntava e vendia para outro depósito, eu tava pagando o frete do caminhão e ele ficava com mais dinheiro, ganhava em cima. Depois dos encontros eu fui acordar, não vendo mais para depósito pequeno, hoje eu levo direto para os maiores. Para mim melhorou bastante, saí fora dos piratas, hoje onde eles entregam eu também entrego. Antes só andava pra trás. Entrevistado 7

No que tange aos entrevistados da Associação, verifica-se que a noção de justiça social para o entrevistado 1 está relacionada ao apoio do poder público municipal no desenvolvimento do empreendimento. Em sua visão não foi o que aconteceu, responsabilizando também o poder público por conflitos que ocorreram no grupo. Para



esse entrevistado há necessidade de acompanhamento permanente do poder público após a finalização do Projeto 004/SENAES.

“Não, porque eles mesmos colocaram conflito, tentaram colocar a gente em conflito, estão tentando destruir em vez de ajudar.” Entrevistado 1

Sobre a questão da justiça social, Cunha (2002) discorre que alguns autores e teóricos alegam:

[...] que o Estado tem historicamente agido contra a possibilidade de organizações autônomas emergirem em comunidades de baixa renda, mas exemplos recentes mostram que atores estatais também podem incentivar e apoiar estas comunidades para que se auto-organizem, o que pode ser decisivo para que elas se desenvolvam em termos sociais e econômicos. (CUNHA, 2002, p. 1).

Para dois entrevistados, ocorreram alguns avanços em direção à justiça social. O entrevistado 2 relacionou a justiça social com o reconhecimento do poder público municipal que só ocorreu a partir de uma ação política do grupo (manifestação na Câmara Municipal). O entrevistado 3 ressaltou a importância da retirada dos catadores do aterro sanitário, que se encontravam em uma situação de injustiça e exclusão social, para sua inclusão na Associação, compreendendo esse processo como uma forma de justiça social.

“Melhorou um pouco sim. Agora tá começando a valorizar, depois que nós fomos lá (Câmara municipal) eles começaram a vir aqui.” Entrevistado 2

“Sim, porque ajudou a tirar o pessoal do aterro, porque trabalhar lá não é digno para ninguém, ali só trabalha para não passar fome. Essa associação é uma benção e vai ser ainda mais.” Entrevistado 3

Em resumo verificou-se que nenhum dos entrevistados da cooperativa apontou que o Projeto 004/SENAES promoveu, de alguma forma, a justiça social. O que se destacou entre as falas desses catadores foi o receio em se manifestarem com relação a esse tema e a percepção de um entrevistado da injustiça vivenciada por essa classe de trabalhadores.

Em relação aos catadores autônomos entrevistados, tem-se que 4 sinalizaram não ter ocorrido melhoria na justiça social e 5 catadores apresentaram respostas com diferenças de repertório de significado, dificultando o entendimento do que compreendiam por esse conceito. Verificou-se também que um entrevistado mostrou insatisfação com a conjuntura política atual e descrença da possibilidade de alcance de justiça social no país. Já para outro entrevistado a justiça social avançou na medida em

que o Projeto 004/SENAES promoveu o aumento do reconhecimento do trabalho do catador pela sociedade.

Os entrevistados da Associação relacionaram a possibilidade de existência de justiça social com o apoio do poder público municipal. Por outro lado, para um entrevistado não houve avanços na justiça social pelo fato de não ocorrer esse apoio do poder público municipal. Para dois entrevistados o Projeto 004/SENAES foi uma forma de possibilitar melhoria da justiça social, sendo que um catador apontou como motivo a retirada dos catadores do Aterro Sanitário.

Observa-se, pelo exposto, que a justiça social envolve uma complexidade de aspectos, instituições e possibilidades de entendimento e interpretação por parte das diferentes classes sociais e políticas, ou seja, por toda a sociedade. Em um país como o Brasil, que historicamente apresenta um elevado nível de injustiça social, que afeta principalmente a população empobrecida, é mais complexo, moroso e difícil romper com a estrutura dominante que se beneficia da (re)produção de tais injustiças.

O projeto que foi aqui analisado teve como um de seus objetivos contribuir com a organização de uma nova Associação, o que possibilitou um grande salto qualitativo nas condições de vida e de trabalho para algumas das pessoas envolvidas. Contribuiu de maneira mais eficaz com aquelas pessoas que viviam em condições subumanas, vivendo grande parte de suas vidas no Aterro Sanitário, ao tirá-las de lá para que pudessem abandonar aquela realidade e enxergar novos sentidos para seu trabalho e para a sua vida.

Num primeiro momento pode-se considerar até que ocorreram discretos avanços na justiça social com a execução do projeto, mas ao aprofundarmos o olhar sobre o passado e o presente das pessoas envolvidas percebemos que sem o desenvolvimento desse projeto elas estariam vivendo precariedades sociais ainda maiores. Claro que falta muito ainda para que a promoção da justiça social seja, de fato, alcançada por esses atores sociais, pois ela depende de transformações institucionais mais gerais e de vontade política, o que é muito difícil em nosso país. Haja vista que, conforme já apontado, assistimos à concentração do poder nas mãos de poucos, muitos privilégios econômicos e uma diferenciação de renda extremamente abusiva. Porém, não podemos nos esquecer de que um dos maiores desafios da economia solidária é tornar o país mais justo. Assim, é relevante acrescentar nessa discussão o que Ortigoza (2014) expõe:

Para que haja novas possibilidades de uma globalização que permita uma vida coletiva, com maior justiça social e solidária, são necessárias mudanças profundas no modo de pensar e de agir da sociedade. Temos que deixar de continuar privilegiando os que já são privilegiados, isso porque os privilegiados sempre pensaram e agiram em benefícios próprios e de uma classe social específica. (ORTIGOZA, 2014, p. 244).

Portanto, pode-se dizer que o Projeto foi uma forma de priorizar esses atores sociais que, historicamente, encontram-se em desvantagem social e econômica. Buscou-se assim dar início à construção de um novo caminho, no qual se espera abandonar os privilégios (que vão além da questão econômica) e a concentração do poder de determinados grupos sociais, econômicos e políticos. Esse é um processo contínuo e que deve ser um objetivo para toda a sociedade, pois só assim será possível alcançar uma justiça social, acompanhada de uma transformação das instituições e da promoção da equidade.

#### **4.3 Considerações sobre o desenvolvimento socioespacial e a economia solidária**

Procurando fazer um balanço geral sobre o projeto 004/SENAES e seu papel na melhoria do desenvolvimento socioespacial de seu público-alvo, foi de extrema relevância ouvir as pessoas sobre as suas condições e conquistas, tais como a autonomia, qualidade de vida e justiça social.

Por meio da economia solidária, nesse caso com a execução do Projeto 004/SENAES, foi possível notar avanços no desenvolvimento socioespacial na medida em que o mesmo produziu mudanças substanciais nas relações entre os atores sociais aqui mencionados e destes com a comunidade onde estão inseridos. O Projeto contribuiu para a autodeterminação dos mesmos, superou obstáculos, incentivou a autonomia individual e coletiva na perspectiva de autoconhecimento e da dimensão do papel que cada um deles ocupa dentro da sociedade.

Com todo o arsenal de informações coletadas, observou-se que o projeto propiciou que as pessoas envolvidas dessem importantes passos em direção à conquista da autonomia por meio, principalmente, dos espaços de diálogo e de formação, realizados. Sobre a relação da autonomia com a Economia Solidária tem-se que:

Os caminhos de uma economia popular e solidária passam necessariamente pela definição e compreensão da chamada autonomia. Diferente da construção de autonomia individual, devemos

ressaltar a autonomia coletiva, como resultado não dos propósitos efetivos de cada indivíduo, mas muito mais da aceitação e resignação da preponderância do interesse comum. Superar a cultura da individualidade, é o desafio que incumbe a todos, visto que é algo que está arraigado em nosso íntimo e que precisa ser cultivado dia a dia, nas esferas decisórias do processo democrático. (VERAS NETO, 2005, p. 40).

Houve, mesmo que de forma inicial, a promoção da qualidade de vida, a partir da realização dos encontros, da entrega dos EPIs e da formação da Associação Novo Tempo, que retirou uma parcela dos catadores do aterro sanitário e de suas condições precárias de salubridade. Pode-se dizer que a economia solidária promoveu assim um resgate da cidadania e melhoria das condições de vida desses trabalhadores e operou profundas mudanças na autoestima e no autocuidado dos mesmos.

Com relação à justiça social, por se tratar de uma conquista gradual e muito mais complexa e, principalmente, difícil de ser mensurada, observou-se que o fato de se ter conseguido retirar os catadores do aterro e criar uma nova Associação já foi um importante passo, principalmente se levarmos em conta a conjuntura social, econômica e política de nossa sociedade.

Assim, atrelado ao mesmo movimento de transformações, podemos dizer que houve pequenas mudanças positivas rumo ao desenvolvimento socioespacial, pois a autonomia, qualidade de vida e justiça social interferem diretamente na realidade dessas pessoas. O espaço é assim um produto dessas novas relações sociais que emergiram a partir dessas melhorias nas condições de vida, as quais, embora não muito aparentes para algumas das pessoas ouvidas, é observável por meio da análise de seus discursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária no Brasil desenvolveu-se, a partir da década de 1980, como uma possibilidade de enfrentamento da desigualdade social, desemprego, pobreza e demais perversidades que foram agravadas com o processo de globalização. A partir de 2016, no entanto, teve início um processo de desmonte da economia solidária, fruto da crise política instaurada após a mudança de governo pós-impeachment, ocorrendo, entre outras coisas, uma redução drástica dos recursos financeiros destinados à SENAES.

Diante deste cenário, é imprescindível que o movimento da economia solidária no Brasil aprofunde suas discussões a respeito do novo caminho que deverá trilhar em nosso país, resistindo à diminuição brusca dos recursos financeiros governamentais e se posicionando duramente frente a esse cenário de retrocessos para garantir a sobrevivência das ações, práticas e dos empreendimentos autogestionários e solidários, de caráter popular. Além disso, não se pode deixar de enfatizar a importância que esse modelo de desenvolvimento econômico, pautado na solidariedade, tem ao se contrapor a toda lógica perversa do capitalismo.

Não se pode, também, deixar retroceder todo o avanço em direção à institucionalização da economia solidária como política pública, que ocorreu ao longo de todos esses anos. Faz-se necessário lutar por sua autonomia, para que seu desenvolvimento não fique dependente apenas de governos que acreditam no ideal da economia solidária como um instrumento de transformação social.

A economia solidária de Rio Claro, que já possuiu um convênio com a UNESP, realizou inúmeras ações e projetos visando ao fortalecimento dessa outra economia, a inclusão social e produtiva, principalmente para os catadores de materiais recicláveis, encontra-se, desde 2017, estagnada e tendo mudanças negativas em seu arcabouço legal, a partir da aprovação da Lei nº 5109, de 27 de outubro de 2017, que revogou a Lei Municipal nº 4.036, de 06 de março de 2010, e todos os Decretos Regulamentadores que dela decorreram.

Esta nova lei modificou alguns aspectos da antiga, entre eles, o Conselho Municipal de Economia Solidária deixou de ser deliberativo, mantendo apenas seu caráter consultivo, além de ser extinto o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária. Além disso, verificou-se, por parte dessa nova administração pública de Rio Claro, um desconhecimento da realidade da economia solidária no município, como o

número de EES e a filosofia dessa outra economia, ao incluir a terminologia “empreendedores individuais” em seu discurso.

Dessa forma, a economia solidária, assim como na escala federal, na escala municipal também vivencia retrocessos que estão desestimulando toda a comunidade envolvida nesse movimento social.

No que tange aos catadores(as) de materiais recicláveis de Rio Claro, foi possível verificar, nos últimos anos, importantes avanços após a execução do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”, principalmente aqueles relacionados ao acesso aos EPIs a todos os catadores(as), promoção de encontros para articulação e difusão da economia solidária, aquisição de máquinas e equipamentos para os EES, constituição de um novo empreendimento para acolher parte dos catadores(as) do aterro.

Além disso, o referido projeto foi um importante instrumento de identificação do perfil social e profissional dos catadores(as) da Cooperviva, dos autônomos e dos que atuavam no aterro sanitário. Foi possível também verificar o grande contingente de mulheres catadoras identificadas a partir da análise do Projeto 004/SENAES, o que não é uma especificidade de Rio Claro, pois ocorre em muitos outros municípios brasileiros, atestando assim a relevância do papel das mulheres no processo de emancipação produtiva. Com essas informações é notória a necessidade de priorizar a inclusão dessas trabalhadoras nas políticas públicas de saúde, assistência social, habitação, entre outras. Além disso, é necessário pensar novos caminhos para o desenvolvimento de uma economia solidária que possibilite a ampliação da autonomia e o empoderamento dessas mulheres.

As análises empreendidas em relação à Cooperviva nos permitiram concluir que a mesma vem passando por algumas dificuldades nos últimos anos, entre elas a diminuição na quantidade de material coletado, resultado da menor adesão da população na separação e na disponibilização do material nos dias adequados da coleta seletiva, e também do insuficiente número de caminhões disponibilizados para a coleta.

Uma alternativa para esse cenário seria a realização de atividades e ações do poder público voltadas à sensibilização e mobilização baseada na educação ambiental, incentivando a população a uma adequada separação dos resíduos e o respeito ao cronograma municipal da coleta seletiva de materiais. Além disso, o poder público municipal deveria remunerar os EES de catadores por sua prestação de serviço, por meio de contratação, o que ainda não ocorre.

Sobre os catadores(as) autônomos, foi possível verificar que apresentam resistência em aderir a um projeto coletivo, valorizando sua independência e possibilidade de remuneração diária.

A criação da Associação Novo Tempo foi relevante ao acolher parte dos catadores(as) que atuavam no interior do aterro sanitário, porém sofre com inúmeros problemas com relação à infraestrutura e à alta rotatividade dos associados, principalmente devido à baixa remuneração e à descrença no poder público municipal. Foram detectadas ainda algumas fragilidades, entre elas as condições inadequadas de trabalho e as limitações econômicas, as quais deverão ser superadas ao longo do tempo.

Para que se efetive esta superação, faz-se necessário um processo de incubação e assessoria técnica voltado a esse empreendimento, visando desenvolver vínculos entre os trabalhadores, na busca pela autonomia e por uma articulação capaz de construir parcerias e angariar recursos via projetos, como foi verificado na Cooperviva.

O poder público municipal tem papel importante nesse processo, devendo disponibilizar profissionais capacitados para viabilizar um acompanhamento sistemático da Associação Novo Tempo, passando a atender as demandas necessárias para que ela possa ser, de fato, vitoriosa. Com o tempo essa Associação ganhará independência como a Cooperviva que, atualmente, já tem um desenvolvimento autônomo, garantindo sua continuidade, independentemente da visão de mundo e do apoio dos diversos governos municipais.

É preciso ainda que Rio Claro tenha um projeto político autônomo de cidade, que seja independente dos sucessivos governos municipais e que reconheça, de forma permanente, a economia solidária como solução de muitos problemas de ordem social, pois só assim contribuirá para a transformação da sociedade e o aprofundamento da democracia.

Por fim, essa pesquisa que agora concluímos nos permitiu compreender, por meio da fala dos entrevistados, que com a execução do projeto 004/SENAES houve ganhos rumo ao desenvolvimento socioespacial, já que foram observados alguns sinais de conquistas da autonomia, qualidade de vida e justiça social. A esperança de novas conquistas e de melhores condições de vida continua guiando esses trabalhadores de Rio Claro e mantendo-os em uma luta diária e permanente. E, realmente, é isso que move a economia solidária em todo o mundo, o otimismo e a esperança em dias melhores para todos os excluídos e/ou marginalizados do sistema capitalista vigente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C.; LOTUFO NETO, F. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, n. 1, v. 16, abr. 2014. Disponível em: <<http://usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/659>>. Acesso em: 24 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NOVO TEMPO. **Estatuto**. Rio Claro, 2016.

BAPTISTA, V. F. A solidariedade na economia e a economia solidária das cooperativas. **Otra Economía**, n. 15, v. 8, p. 128-140, 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.02>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Orçamentária Anual**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Orçamento da União**. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 10 jan., 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 19 jul. 2012. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm)>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Como funciona**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Habitação de Interesse Popular**. 2018b. Disponível em: <[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_de\\_repasso\\_do\\_OGU/habitacao\\_interesse\\_social.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_de_repasso_do_OGU/habitacao_interesse_social.asp)>. Acesso em: 10 maio 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida** – habitação urbana. 2018a. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis-considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, n. 4, v. 7, p. 591-606, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3232/323227823006/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

CARVALHO, A. M. R.; GIRALDI, G. G.; AVIGHI, M. M. Autonomia e poder em uma associação de catadores: contradições e desafios. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Ed. Grafica Massoni, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CARVALHO, A. M. R. Os sentidos da produção e os rendimentos em uma cooperativa de catadores. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília: Ed. Gráfica Massoni, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CARVALHO, A. M. R.; RONDINI, C. A. Perfil socioprofissional de catadoras e catadores em associações e cooperativas do Oeste Paulista. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Org.). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CAVALCANTE, L. P. S.; DA SILVA, M. M. P.; DE LIMA, V. L. A. Análise comparativa de riscos ergonômicos e de acidentes que envolvem catadores de materiais recicláveis organizados e informais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 5., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2014. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/III-038.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM (CEMPRE). **Cooperativas**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/servico/cooperativas>>. Acesso em: 20 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano nacional de economia solidária (2015- 2019)**. Brasília, 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de atuação ministerial: encerramento dos lixões e Inclusão social e produtiva de catadoras e catadores de materiais recicláveis**. Brasília: CNMP, 2014.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Org.). **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

CORAGGIO, J. L. América Latina: necesidad y posibilidades de otra economia. **Otra Economía**. n. 2, v. 2, 2008. p. 8-11. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1076>>. Acesso em: 20 maio 2017.

CORAGGIO, J. L. Economia social e solidária: os alcances do projeto e da política. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Org.). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

CORAGGIO, J. L. Los caminos de la economía social y solidaria. **Íconos**, v. 13, n. 33, p. 29-38, 2009. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/314/306>>. Acesso em: 20 maio 2017.

CORNELIAN, A. R. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/99005>>. Acesso em: 12 maio 2017.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORTEZ, M. B. **Maridos dominadores, esposas (in)subordinadas: as implicações do empoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal**. 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2006.

CULTI, M. N. Economia solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 8., 2014, Évora. **Anais...** Évora: Universidade de Évora, 2014. Disponível em: <[http://historico.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0220.pdf](http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0220.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CULTI, M. N. et al. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. 2002. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002. Disponível em: <[file:///D:/Usu%C3%A1rios/User/Downloads/dissertacao\\_gabrielacunha.pdf](file:///D:/Usu%C3%A1rios/User/Downloads/dissertacao_gabrielacunha.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2018.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos fóruns lixo e cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. 391 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Dias\\_Thesis.pdf](http://www.wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Dias_Thesis.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2018.

FERRAZ, M. L. **Indicadores de qualidade de vida urbana como instrumento de avaliação do desenvolvimento sócio-espacial no pólo tecnológico de São José dos Campos – SP**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95712/ferraz\\_ml\\_me\\_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95712/ferraz_ml_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FERREIRA, L. H. W.; CECCATO, M. A. B. Economia Solidária como política pública no município de Rio Claro. In: MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G; CORTEZ, A. T. C. (Org.). **Territórios resilientes em economia solidária: movimentos sociais e alternativas sustentáveis**. Rio Claro: Gráfica CS, 2015.

FERREIRA, L. H. W.; CECCATO, M. A. B. Economia solidária e ações sociais em Rio Claro/SP. In: MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G; CORTEZ, A. T. C. (Org.). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

FEU, R. C. A noção de qualidade de vida: uma revisão. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/21.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FORTE, J. P. S. A luta pelo direito ao trabalho associado e à economia solidária no Brasil. In: SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Org.). **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (Org.). **Economía dos sectores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, T. M. P. **O Espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis: usos e contradições**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005.

Disponível em:

<[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95610/godoy\\_tmp\\_me\\_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95610/godoy_tmp_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 8 abr. 2017.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. Empreendimentos econômicos de catadores de resíduos e legislações vigentes: avanços e limites. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, p. 113-121, dez. 2011. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202011000300002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202011000300002)>. Acesso em: 11 maio 2018.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, S. C.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. (Org.). **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base cartográfica vetorial contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM**. versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<ftp://geofp.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**.

Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354390&search=sao-paulo|rio-claro>>. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável região Sudeste**.

Brasília, 2013. Disponível em: <

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/130910\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_regiao\\_sudeste.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130910_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_regiao_sudeste.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 2018. Disponível em:

<<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

JESUS, M. C. **Antologia pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LANDSAT/USGS. **Open Street Maps**. 2017.

LAVILLE, J.L. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**. v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, V. S. Aspectos ambientais do trabalho desenvolvido por cooperativas de catadores pautados na política nacional de resíduos sólidos: caso Cooperviva - Rio Claro (SP). In: MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C. (Org.). **Territórios resilientes em economia solidária: movimentos sociais e alternativas sustentáveis**. Rio Claro: Gráfica CS, 2015.

LIMA, V. S. **Estratégias para gestão de pessoas e economia solidária: o estudo da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro – SP**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, São Carlos, 2013b.

LIMA, V. S. O papel do cooperativismo na economia solidária: o caso da COOPERVIVA de Rio Claro/SP. In: MENDES, A. A.; CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013a.

LISBOA, A. de M. Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p.109-115, jul./set., 2005. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol45-num3-2005/economia-solidaria-autogestao-imprecisoos-limites>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

LOCKS, P. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, v. 8, n. 14, p. 45-59, 2014.

LOPES, L.; ALBUQUERQUE, F. P. Do trabalho informal à organização. In: PINHEL, J. R. (Org.). **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Unidad Mujer y Desarrollo. Projecto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL - Santiago de Chile, junho, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/5943>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MENDES, A. A. Economia solidária em territórios resilientes. In: MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C. (Org.). **Territórios resilientes em economia solidária: movimentos sociais e alternativas sustentáveis**. Rio Claro: Gráfica CS, 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **História do MNCR**. 2011. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **O que é o movimento?**. 2015. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/o-que-e-o-movimento>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. (MNCR). **Mulheres da Comissão Nacional mobilizam núcleos de gênero**. 2017. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-da-comissao-nacional-mobilizam-nucleos-de-genero>>. Acesso em: 15 maio 2018.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

OLIVEIRA FILHO, J. D. **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis**. Relatório técnico final. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/analise-do-custo-do-postos-de-trabalhos-na-economia-urbana-para-o-segmento-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

OLIVEIRA, M. C.; AZEVEDO, A. M. S.; ARAÚJO, G. C. Os sentidos de rotatividade em uma cooperativa de reciclagem. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 1, p. 227-243, mar. 2014. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1367>>. Acesso em: 22 maio 2018.

ORTIGOZA, S. A. G.; MENDES, A. A. Movimentos sociais econômicos: A valorização do saber popular, do bem viver e da solidariedade como princípios de uma outra economia. In: CONGRESSO INTERANCIONAL SETED-ANTE, 2., / SEMINARIO ESTADO, TERRITORIO E DESENVOLVIMENTO. O GOBERNO DOS TERRITORIOS. **Anais...** Santiago de Compostela, 2015a.

ORTIGOZA, S. A. G.; MENDES, A. A. O papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015. São Carlos. **Anais...** São Carlos: Diagrama Editorial, 2015b. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 6, p. 241-257, dez, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n6/n6a14.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PAIVA, C. C. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Idéias**, v. 7, n. 2, p. 151-174, 2016.

PEREIRA, E. R, et al. Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. **Revista Psicologia-Teoria e Prática**, v. 14, n. 3, p. 34-47, set./dez. 2012.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis In: PINHEL, J. R. (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim mercado de trabalho**. Ipea, n. 39, p. 57-62, 2009.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

REGO, A. P. E. A. Famílias monoparentais femininas e a (des) proteção social: o caso das catadoras de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes (RJ). ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2015 e ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 10., 2015. Vitória. **Anais...** 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/10069>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Diário Oficial. Poder executivo. Decreto nº 10.501 de 05 de fevereiro de 2016b. Institui e aprova o Regimento Interno do Recinto Feiral de Economia Solidária de Rio Claro, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio Claro, 19 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/02/20160219\\_736.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/02/20160219_736.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Diário Oficial. Poder executivo. Lei nº 5109 de 27 de outubro de 2017b. Dispõe sobre a política municipal de fomento e apoio ao desenvolvimento local e a economia solidária no município de Rio Claro/SP e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio Claro, 01 nov. 2017. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2017/11/20171101\\_867.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2017/11/20171101_867.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.



RIO CLARO. Poder executivo. Decreto nº 10.500 de 05 de fevereiro de 2016a. Institui o Centro Público de Economia Solidária no Município de Rio Claro e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio Claro, 19 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/02/20160219\\_736.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/02/20160219_736.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Poder executivo. Decreto nº 10.551 de 03 de maio de 2016c. Dispõe sobre a criação da Incubadora Pública Municipal de Economia Solidária no Município de Rio Claro. **Diário Oficial**, Rio Claro, 20 maio 2016. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/05/20160520\\_762.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/05/20160520_762.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2018.

RIO CLARO. Poder executivo. Decreto nº 10.639 de 13 de outubro de 2016d. Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Fomento a Economia Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio Claro, 21 out. 2016. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/10/20161021\\_805.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/10/20161021_805.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Poder Executivo. Decreto nº 10.698 de 20 de dezembro de 2016e. **Diário Oficial**, Rio Claro, 23 dez. 2016. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/12/20161223\\_817.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2016/12/20161223_817.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Poder executivo. Decreto nº 10.793 de 29 de março de 2017a. **Diário Oficial**, Rio Claro, 30 mar. 2017. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2017/03/20170330\\_835.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2017/03/20170330_835.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Poder executivo. Lei nº 4036 de 08 de março de 2010. Dispõe sobre a política Municipal de fomento e apoio ao desenvolvimento local e a economia solidária no Município de Rio Claro - SP e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio Claro, 12 mar. 2010. Disponível em: <[http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2010/03/20100312\\_223.pdf](http://www.rioclaro.sp.gov.br/diariooficial/2010/03/20100312_223.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatórios de execução do Projeto Cooperação e desenvolvimento sustentável:** a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP. Rio Claro, 2014.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Projeto base - projeto cooperação e desenvolvimento sustentável:** a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP. Rio Claro, 2015a.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Relatórios de execução do Projeto Cooperação e desenvolvimento sustentável:** a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP. Rio Claro, 2015b.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Cartilha Rio Claro solidária.** Rio Claro, 2016a.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Diagnóstico das potencialidades socioeconômicas dos catadores e catadoras da Cooperativa de Resíduos Sólidos do município de Rio Claro/SP.** Rio Claro, 2016b.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Diagnóstico situacional catadores autônomos.** Rio Claro, 2016c.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Relatórios de execução do Projeto Cooperação e desenvolvimento sustentável:** a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP. Rio Claro, 2016d.

RIO CLARO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social.  
**Projeto base - projeto cooperação e desenvolvimento sustentável:** a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP. Rio Claro, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: C. J.; GOES, F. L.; PEREIRA, B. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis:** um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Org.). **A economia solidária na América Latina:** realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

SCHNEIDER, A. F.; COSTA, R. P.; MESQUITA, M. A. A atividade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista ORG & DEMO**, v.

18, n. 2 p. 105-120, jul./dez. 2017. Disponível em:  
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/7588>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Companhia das letras, 2009. Versão eletrônica.

SILVA, M. C. P. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis de Uberaba-MG e a relação com os dois circuitos econômicos da reciclagem. **Revista Pegada**, v. 18, n.3, p. 202-233, set./dez. 2017. Disponível em:  
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5257>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA, R. F.; CARVALHO FILHO, M. V. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. **Mercado de trabalho**, 64, IPEA, p. 153-161, abr. 2018. Disponível em:  
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8392>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do Ministério do trabalho e emprego. **Boletim mercado de trabalho**, Brasília: Ipea, n. 39, p. 43-48, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**, n. 54, p. 114-139, 2004.

STROH, P. Y.; SANTOS, M. A. Lixo, trabalho e cidadania. **Latitude**, v. 1, n.2, p.135-150, 2007. Disponível em:  
<[http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/82/pdf\\_7](http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/82/pdf_7)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). **Quem somos**. 2018. Disponível em:  
<[http://unicopas.org.br/?page\\_id=17](http://unicopas.org.br/?page_id=17)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

VERAS NETO, F. Q. Autonomia coletiva na economia solidária. **Revista JURIS**, v.11, p. 27-41, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/600/142>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

VITTE, C. C. S. et al. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A. P. (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

VITTE, C. C. S. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado da cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A. P. (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Roteiro de Entrevista com os catadores(as) beneficiários do Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Bairro:

Estado civil:

1. No seu trabalho, em quais momentos é possível desenvolver a **autonomia**? Houve mudanças em sua autonomia após a participação no Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP”? Dê exemplos
2. O Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” viabilizou desenvolvimento em sua **qualidade de vida**? Em quais aspectos? Comente.
3. O Projeto “Cooperação e desenvolvimento sustentável: a valorização do trabalho dos catadores e catadoras do município de Rio Claro – SP” promoveu a **justiça social**? Em quais aspectos? Comente.

**APÊNDICE B** – Questionário para identificar o perfil dos catadores(as) da Associação Novo Tempo

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino  
 2. Idade: \_\_\_\_\_  
 3. Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 4. Raça/cor: \_\_\_\_\_  
 5. Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 6. Moradia: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Ocupada  
 Caso a resposta for própria, a moradia é proveniente de algum programa habitacional?  
 ( ) Sim ( ) Não Especificar o programa: \_\_\_\_\_  
 7. Bairro: \_\_\_\_\_  
 8. Estado civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Amasiado(a) ( ) Divorciado(a)  
 ( ) Viúvo(a)  
 9. Quantos filhos você tem? \_\_\_\_\_  
 10. Composição familiar:

Sexo	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão

11. Qual o valor da sua remuneração mensal? \_\_\_\_\_  
 12. A origem da principal renda familiar é:  
 ( ) Própria  
 ( ) Companheiro(a)  
 ( ) Filhos(as)  
 ( ) Mãe/Pai  
 Outro: \_\_\_\_\_  
 13. Recebe algum benefício social? ( ) Sim ( ) Não  
 Se sim, qual?  
 ( ) Bolsa família  
 ( ) BPC  
 ( ) Renda Cidadã  
 Outro: \_\_\_\_\_  
 14. Você contribui para a previdência? ( ) Sim ( ) Não  
 15. Há quanto tempo está na associação? \_\_\_\_\_  
 16. Trabalhou como catador(a) anteriormente à associação? ( ) Sim ( ) Não  
 Se sim, em qual das opções abaixo:  
 ( ) Cooperviva  
 ( ) Autônomo  
 ( ) Aterro Sanitário  
 17. Trabalhou em outras áreas além da coleta de material reciclável? ( ) Sim ( ) Não  
 18. Qual(is) trabalhos já realizou?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 19. Qual(is) atividade(s) realiza na associação?  
 ( ) Coleta  
 ( ) Triagem  
 ( ) Comercialização

Outra:

---

20. Você faz uso de EPI? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

21. Qual o motivo que o (a) levou a trabalhar como catador(a)?

---

---

---

22. Qual o motivo que o (a) levou a trabalhar na Associação?

---

---

---

23. O que você entende por Economia Solidária?

---

---

---

24. Participou de alguma formação sobre Economia Solidária? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

---

---

---

25. Você deixaria a associação por outro trabalho no mercado formal, com registro em carteira, de igual rendimento? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, por qual motivo?

---

---

---

26. Quais os pontos positivos e negativos do trabalho na associação?

---

---

---

27. Quais os pontos positivos e negativos da estrutura da associação?

---

---

---

28. Conhece o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR)?

( ) Sim ( ) Não

29. Participar da Associação, melhorou sua vida? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, em que aspectos?

---

---

---

30. Existe diálogo entre o poder público (Prefeitura municipal) e a associação?

---

---

---

31. Como você avalia a relação entre a associação e o poder público?

( ) Muito boa ( ) Boa ( ) Razoável ( ) Ruim ( ) Não sabe

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro (Cooperviva)**

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado:

Função:

1. Hoje em dia, a Cooperviva possui qual infraestrutura? Quantos equipamentos? Quantas máquinas?
2. A coleta é realizada no município todo?
3. Qual a quantidade coletada de material reciclado por mês?
4. Da quantidade coletada, quanto não tem valor de mercado e é descartado?
5. Além da venda do material, há outra fonte de renda da Cooperativa?
6. As mulheres e os homens realizam atividades diferentes dentro da Cooperativa?
7. Quais as parcerias que a cooperativa possui atualmente? Parcerias com agentes públicos? Ou privados?
8. O que envolve essas parcerias? Recurso financeiro? Capacitações? Aquisição de máquinas e equipamentos?
9. Qual a contrapartida da cooperativa nessas parcerias?
10. Qual a relação da Cooperviva com o poder público?
11. Hoje em dia, os cooperados estão passando por algum processo de formação ou capacitação?
12. Há envolvimento da Cooperviva com alguma rede?
13. Como é a participação da Cooperviva em atividades e eventos atualmente?
14. Quais os pontos positivos e negativos na Cooperativa atualmente?
15. Atualmente, qual o nível de autonomia da Cooperativa?
16. Quais os pontos positivos e negativos do Projeto 004?
17. Houve alguma mudança na cooperativa com o projeto?
18. A respeito de equipamentos e máquinas o que foi proveniente do projeto?
19. Como foi o envolvimento da Cooperviva com o Projeto?
20. Algum catador foi inserido na Cooperviva durante o projeto?
21. Houve um processo de incubação e assessoria técnica?
22. Qual a relação da Cooperviva com a Associação?
23. Existe relação com os catadores autônomos?



**APÊNDICE D** – Roteiro de entrevista com a Presidente da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Tempo

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado:

Função:

1. Quando tiveram início as atividades da Associação?
2. Qual o número de associados? Quantos homens e mulheres?
3. As mulheres e os homens realizam atividades diferentes dentro da Associação?
4. Atualmente qual a infraestrutura da Associação? Quantas máquinas e equipamentos?
5. A coleta é realizada em quais bairros do município?
6. Como é realizada a coleta do material?
7. Além da venda do material existe outra fonte de renda da Associação?
8. A Associação possui alguma parceria atualmente?
9. O que envolve essas parcerias?
10. Qual a contrapartida da Associação nessas parcerias?
11. Qual a relação da Associação com o poder público?
12. Atualmente os associados estão passando por algum processo de formação ou capacitação?
13. Há envolvimento da Associação com alguma rede?
14. A Associação participa de atividades e eventos?
15. Quais os pontos positivos e negativos da Associação?
16. Qual o nível de autonomia da Associação?
17. Você tem conhecimento sobre o Projeto 004?
18. Quais os pontos positivos e negativos do Projeto 004?
19. Qual a contribuição do Projeto para a formação da Associação?
20. A respeito de equipamentos e máquinas o que foi proveniente do projeto?
21. Como foi o envolvimento da Associação com o Projeto?
22. Quantos catadores se associaram devido ao Projeto?
23. Houve um processo de incubação e assessoria técnica?
24. Qual a relação que a Associação possui com a Cooperviva?
25. Existe relação da Associação com os catadores autônomos?

**APÊNDICE E** – Roteiro de entrevista com o gestor municipal no período de 2009 a 2012

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### **IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado:

Cargo:

1. Qual a relação da assistência social com a economia solidária?
2. Como se deu a institucionalização da economia solidária como política pública em Rio Claro?
3. Por que a economia solidária foi inserida na secretaria da assistência social?
4. Quais os avanços e as dificuldades da política pública de economia solidária nesse período?
5. Quais os desafios para a sustentabilidade da economia solidária como política pública?
6. A economia solidária no período representou de fato uma política de emancipação social e produtiva?
7. O que a política pública de economia solidária representou em Rio Claro?
8. O que a política pública de economia solidária representou para os catadores de material reciclável?
9. O projeto 004 promoveu a autonomia individual e coletiva dos catadores?
10. O que é justiça social e qualidade de vida para você? Com o projeto 004 foi possível melhorar os níveis de justiça social e qualidade de vida dos catadores?
11. Qual sua avaliação do Projeto 004? Identifique os pontos positivos e negativos.
12. Quais os desafios da política pública de economia solidária quando se trata da Cooperviva, da Associação Novo Tempo e dos catadores individuais?

**APÊNDICE F** – Roteiro de entrevista com o gestor municipal no período de 2013 a 2016

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado:

Cargo:

1. Quando e como foi criado o departamento de gestão de programas complementares? Como a economia solidária foi inserida nesse departamento?
2. Quais ações e projetos o departamento desenvolveu, voltados ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária nesse período?
3. Quais os avanços e as dificuldades da política pública municipal de economia solidária nesse período?
4. Quais os desafios para a sustentabilidade da economia solidária como política pública?
5. Como foi a relação do poder público com a Cooperviva, nesse período?
6. Qual sua avaliação do Projeto 004? Identifique os pontos positivos e negativos.

**APÊNDICE G – Roteiro de entrevista com o atual gestor municipal**

Data da aplicação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome do entrevistado:

Cargo:

1. Quais as ações e projetos que estão atualmente em desenvolvimento, voltados à economia solidária?
2. Quantos e quais são os Empreendimentos Econômicos Solidários existentes no município?
3. Qual o papel e as atividades do Centro Público de Economia Solidária?
4. Como é a relação com os catadores de material reciclável autônomos, da Cooperviva e da Associação Novo tempo?
5. Quais ações e/ou projetos estão sendo realizados para o fomento e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da Cooperviva e da Associação Novo Tempo?
6. Há ações e/ou projetos futuros para esses Empreendimentos?
7. Como avalia os resultados no Projeto 004/SENAES:

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos

Observações:

---

---

---

---